



República Federativa do Brasil

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XXXVIII — Nº 136

CAPITAL FEDERAL

SÁBADO, 15 DE OUTUBRO DE 1983



SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 178ª SESSÃO, EM 14 DE OUTUBRO DE 1983

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Comunicações da Presidência

— Recebimento do Ofício nº S/26/83 (nº 689/83, na origem), do Presidente do Tribunal de Contas do Distrito Federal, encaminhando o Relatório e o Parecer Prévio daquele Tribunal, sobre as contas do Governo do Distrito Federal relativas ao exercício financeiro de 1982, juntamente com os Balanços da Administração Centralizada e o Balanço Consolidado, elaborados pela Secretaria de Finanças.

— Recebimento do Ofício nº S/27/83 (nº 202/83, na origem), do Governo do Estado da Bahia, solicitando autorização do Senado Federal a fim de que aquele Estado possa realizar operação de empréstimo externo no valor que menciona para o fim que especifica.

1.2.2 — Discursos do Expediente

SENADORA IRIS CÉLIA — “Dia do Professor.”

SENADOR ITAMAR FRANCO — Considerações sobre artigo publicado em órgão da Imprensa sob o título “Galvêas adverte Congresso sobre dívida.”

1.3 — ORDEM DO DIA

— Projeto de Lei da Câmara nº 110/83 (nº 946/83, na Casa de Origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que altera a Lei nº 6.099, de 12 de setembro de 1974, que “dispõe sobre o tratamento tributário de arrendamento mercantil, e dá outras providências”, e o Decreto-lei nº 1.811, de 27 de outubro de 1980. **Votação adiada por falta de “quorum”.**

— Requerimento nº 793/83, solicitando urgência para o Requerimento nº 784/83, de autoria do Senador Henrique Santillo, que solicita criação de uma Comissão Especial que deverá ser formada de 11

Senadores e 11 Deputados Federais, com vigência de 120 dias, para discutir e avaliar aspectos do contexto econômico, social e institucional do País. **Votação adiada por falta de “quorum”.**

— Projeto de Lei do Senado nº 280/80, de autoria do Senador Itamar Franco, determinando que a Ordem dos Advogados do Brasil opine sobre a escolha de magistrados que devam integrar tribunais com jurisdição em todo território nacional. (Apreciação preliminar da constitucionalidade). **Votação adiada por falta de “quorum”.**

— Projeto de Lei do Senado nº 39/83, que autoriza o Poder Executivo a conceder um abono de emergência de 70% para os servidores públicos federais, e dá outras providências. (Apreciação preliminar da constitucionalidade). **Votação adiada por falta de “quorum”.**

— Projeto de Lei do Senado nº 70/83, de autoria do Senador Nelson Carneiro, que estabelece critério e limite para os reajustes dos

Ata da 178ª Sessão, em 14 de outubro de 1983

1ª Sessão Legislativa Ordinária,
da 47ª Legislatura

Presidência dos Srs. Moacyr Dalla
e Almir Pinto

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Iris Célia — Fábio Lucena — Aloysio Chaves — José Sarney — Alberto Silva — Almir Pinto — Virgílio Távora — Carlos Alberto — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha — Marco Maciel — Luiz Cavalcante — Lourival Baptista — João Calmon — Moacyr Dalla — Itamar Franco — Benedito Ferreira — Henrique Santillo — Pedro Simon — Octavio Cardoso.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — A lista de presença acusa o comparecimento de 20 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos. Não há Expediente a ser lido.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — A Presidência recebeu, do Presidente do Tribunal de Contas do Distrito Federal, o Ofício nº S/26, de 1983 (nº GP 689/83, na origem) encaminhando o Relatório e o Parecer Prévio daquele Tribunal, sobre as contas do Governo do Distrito Federal relativas ao exercício financeiro de 1982, juntamente com os Balanços da Administração Centralizada e o Balanço Consolidado, elaborados pela Secretaria de Finanças.

Nos termos do art. 393, do Regimento Interno, a matéria será despachada à Comissão do Distrito Federal que concluirá seu parecer por projeto de resolução, aprovado ou rejeitado as contas, para posterior apreciação pelas Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — A Presidência recebeu, do Governo do Estado da Bahia, o Ofício nº S/27, de 1983 (nº 202/83 na origem), solicitando, nos termos do item IV do artigo 42 da Constituição, autorização do Senado Federal a fim de que aquele Estado possa realizar operação de empréstimo externo no valor de US\$ 109.000.000,00 (cento e nove milhões de dólares americanos), para o fim que especifica.

A matéria ficará aguardando, na Secretaria Geral da Mesa, a complementação dos documentos necessários.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra à nobre Senadora Iris Célia.

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

AIMAN GUERRA NOGUEIRA DA GAMA

Diretor-Geral do Senado Federal

ALOISIO BARBOSA DE SOUZA

Diretor Executivo

LUIZ CARLOS DE BASTOS

Diretor Industrial

RUDY MAURER

Diretor Administrativo

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre	Cr\$ 3.000,00
Ano	Cr\$ 6.000,00

Exemplar Avulso: Cr\$ 50,00

Tiragem: 2.200 exemplares

preços de ingressos de jogos de futebol. (Apreciação preliminar da constitucionalidade). **Votação adiada** por falta de "quorum".

— Projeto de Lei do Senado nº 21/83, que dispõe sobre a redução do preço do álcool para venda a proprietários de veículos de aluguel empregados nos transportes individual de passageiros, mediante subsídio, nas condições que especifica. (Apreciação preliminar da constitucionalidade). **Votação adiada** por falta de "quorum".

— Projeto de Lei do Senado nº 337/81, de autoria da Comissão Especial do Juri Popular, que altera dispositivo do Código de Processo Penal. **Discussão sobrestada** por falta de "quorum", para votação do Requerimento nº 800/83.

1.4 — DISCURSOS APÓS A ORDEM DO DIA

SENADOR ADERBAL JUREMA — Conclusão do conjunto habitacional "Bola na Rede", em Recife.

SENADOR BENEDITO FERREIRA — Descapitalização da agropecuária brasileira. Concessão de anistia às pessoas físicas ou jurídicas que tenham praticado infrações às normas de crédito rural até 30-6-83.

SENADOR HUMBERTO LUCENA — Aspecto social da prorrogação do prazo de garimpagem manual em Serra Pelada.

SENADOR LOURIVAL BAPTISTA — Encerramento da campanha "Nordestinos — O Brasil em busca de soluções", promovida pela Rede Globo de Televisão — LBA.

SENADOR RAIMUNDO PARENTE — Comemorações religiosas alusivas à padroeira do Município de Tefê-Am.

SENADOR JOÃO CALMON — Constituição da Fundação Jônice Tristão destinada à preservação da memória capixaba.

1.5 — DESIGNAÇÃO DA ORDEM DO DIA DA PRÓXIMA SESSÃO. ENCERRAMENTO.

2 — DISCURSOS PRONUNCIADOS EM SESSÕES ANTERIORES

— Do Sr. Roberto Campos, proferidos na sessão de 6-10-83

— Do Sr. Almir Pinto, proferido na sessão de 13-10-83

— Do Sr. Virgílio Távora, proferido na sessão de 13-10-83

— Do Sr. Marco Maciel, proferido na sessão de 13-10-83

3 — PORTARIA DO SR. DIRETOR-GERAL
Nº 47, de 1983

4 — MESA DIRETORA

5 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

6 — Composição das Comissões Permanentes

nais, sem nos preocuparmos com a dignificação do magistério, seria exigir demais.

Os dados estatísticos do próprio Ministério da Educação estão a nos apontar uma situação um tanto deprimente do magistério brasileiro.

Com relação à qualificação, garantia básica de que o professor possa fazer um trabalho melhor na sua sala de aula, excetuando-se, é bem verdade, as suas qualidades natas, aqui elevamos a nossa voz de louvor e de agradecimento a tantos professores que, com a dignidade do seu autodidatismo, da sua própria personalidade, garantiram um bom trabalho nas salas de aula. Refiro-me aos professores não-titulados deste País, aos professores que mantêm esse sistema de ensino rural; a esses heróis anônimos, agradecemos e elevamos o nosso voto de valor.

A qualificação ainda é um componente básico na garantia da qualidade do ensino. Vejamos o que nos mostram os dados do Ministério de Educação. Esses dados são de 1979, recentemente utilizados pela Diretora de Ensino de 1º e 2º graus, a eminente Professora Anna Bernardes, quando ocorreu ao chamado da Câmara dos Deputados.

Há no País, nas zonas urbanas, 22,81% de professores não-titulados atuando no 1º Grau; 26,21% de professores não-titulados atuando no 2º Grau; e 75,65% de professores não-titulados atuando na zona rural. Uma particularidade o Nordeste, por ser Região que mereceu ultimamente estudos, através de dados e pesquisas, a respeito da qualidade e das tendências do ensino, mostra-nos que temos 47,43% de professores não-titulados atuando no 1º Grau e aproximadamente 40% de professores não-titulados atuando no 2º Grau.

A questão de titulação ainda nos dá um dado muito curioso: 2% dos professores não-titulados são egressos recentes do MÓBRAL.

À guisa de reflexão, indagamos como exigiríamos de uma massa de professores não qualificados uma melhoria de qualidade do ensino.

Este é aspecto que nos preocupa, como está preocupando as autoridades educacionais do nosso País, como preocupa os Ministros da Educação, como preocupa atualmente a nossa Ministra, Professora Esther Ferraz. Esse é um dado que também deve preocupar a todos nós brasileiros, que queremos e devemos garantir à criança uma escola, uma escola na qual ela encontre algo de bom para aprender, com um ensino mais dignificado.

Outro aspecto que nos vem preocupando e que talvez seja contributivo dessa qualificação é o salário. A questão salarial do professor é dramática. Distó sei que V. Ex^{as} têm consciência.

A SRA. IRIS CÉLIA (PDS — AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Hoje, véspera da festa dos professores, eu gostaria de dirigir a palavra aos Srs. Senadores, como uma homenagem a essa laboriosa classe de trabalhadores do nosso País.

Nos últimos dias, tem sido patente a preocupação dos Srs. Senadores com relação à qualidade do ensino brasileiro. Não há elemento que possa melhor garantir a qualidade do ensino, não há elemento mais indicado para a consolidação dessa melhoria, de garantia dessa qualidade, do que o professor. Ele é quem conhece seus alunos, ele é quem sabe a causa da evasão, da repetência, dos problemas existentes na escola, no sistema de um modo geral. Ele é quem pode promover a integração entre a escola e a família, a inter-relação dessas duas entidades, e garantir a consecução dos objetivos educacionais. É ele quem pode instalar na sala de aula o clima de amor e de respeito que garanta os princípios de solidariedade humana, de mútuo respeito, de democracia e liberdade. É

esse ser, é essa unanimidade nacional que é o professor, a garantia do valor deste País, da grandeza deste País, porque um país é grande quando os seus filhos também são grandes, e grandes pela educação, grandes pela cultura, grandes pelo que podem construir da sua capacidade e dignidade.

Mas, ao invés de uma saudação garantida com as palavras bonitas, com a poesia sempre dedicada pela humanidade a esse ser que é o professor, com a delicadeza dos poetas, com os gestos das crianças, nós queremos hoje chamar a atenção, e muito preocupadamente dos Srs. Senadores, para a situação do professor no Brasil. Naturalmente que será como uma reflexão, mas uma reflexão comprometida com a verdade, comprometida com a vontade e com a garantia de envidar esforços no sentido de tentar solucionar ou apontar soluções para os problemas do magistério brasileiro.

As responsabilidades que transferimos ao professor, da melhoria da qualidade do ensino, como não poderia ser diferente, porque a ele realmente é quem afeta parte dessa responsabilidade, é com ele que podemos contar para a garantia dos princípios e dos objetivos educacio-

Preocupou-me trazer alguns dados neste dia de homenagem ao professor. O salário do professor é diversificado de região para região, na própria região, entre os municípios, no próprio município, em consonância com os diversos salários. Esta é sobretudo, uma causa de evasão do magistério.

Quando o sistema educacional procura ampliar as oportunidades de qualificação e investe em qualificação, perde a mão-de-obra qualificada, na grande maioria das vezes, por causa dos baixos salários que oferece. Isto acontece muito abertamente em nossos dias e neste momento. Há um inflacionamento dos demais órgãos federais, estaduais, sobre educação, porque têm mais condições, porque são mais aquinhoados com recursos.

Quando qualificamos os nossos professores, sobretudo nos municípios mais carentes, os perdemos para o INCRA, para a EMATER, para os bancos, para toda sorte de empresa. O sistema acaba sendo constantemente um qualificador de mão-de-obra e nunca ultrapassa os seus altos índices de professores não-titulados, acaba substituindo esses professores por uma mão-de-obra desqualificada, porque é mais barata.

O Sr. Almir Pinto — Permite-me V. Ex^a um aparte?

A SR^a IRIS CÉLIA — Pois não.

O Sr. Almir Pinto — Nobre Senadora Iris Célia, inicialmente, solidarizo-me com V. Ex^a na homenagem que presta ao professor, pelo seu Dia. São interessantes os dados que V. Ex^a traz a esta Casa, o número de professores não-titulados que exercem o magistério. Por outro lado, sabemos, que não é pequeno o número de professoras de 1º Grau diplomadas pelas escolas normais sem emprego. Sabemos também dessa diversidade de vencimentos de Estado para Estado, de município para município. Sabemos ainda — como bem disse, nesta Casa, o Senador João Calmon — da mísera quantia que ganha a professora municipal em determinadas comunas, aquela importância ínfima de 500 a 900 cruzeiros mensais. É um sofrimento, duro mesmo, para o magistério: o não-reconhecimento do verdadeiro papel que o professor representa na sociedade, a não compreensão do verdadeiro valor do professor. Daí a oportunidade do pronunciamento de V. Ex^a, Senadora da República, Professora de um dos Estados, mais carentes, talvez, deste País, o Estado do Acre, não carente de água, porque tem em abundância o precioso líquido, situação muito diferente da do nosso Estado, o Ceará, que está, a estas horas, sofrendo a falta do precioso líquido. Como mestra, e quando V. Ex^a falou em didatismo, me lembrei do trabalho que V. Ex^a tem executado, no seu Estado. V. Ex^a fala com conhecimento de causa. Daí eu ter pedido este aparte, cortando um pouco o fio da meada do seu discurso, para parabenizá-la e associar-me, como disse no início, a esta homenagem muito justa — que V. Ex^a, como professora, e hoje como Senadora, presta neste instante, em nome do Senado Federal — acredito —, ao professorado brasileiro.

A SR^a IRIS CÉLIA — Muito obrigada, nobre Senador Almir Pinto. Suas palavras muito me honram no seu reconhecimento da situação do professorado brasileiro. Não queiram V. Ex^{as}, nobres Senadores, saber o quanto me sinto entristecida em ter que colocar essa situação do professorado brasileiro. Melhor seria que hoje eu pudesse dirigir uma homenagem diferente, com palavras lindas, com que sempre os poetas e os grandes mestres dirigiram-se aos mestres do ensino, sobretudo do ensino de 1º grau. E, felizmente, aqui não vai nenhuma maldade nas minhas colocações. Eu devo colocar um quadro, não cor-de-rosa, para que o País inteiro, hoje neste momento, chamado a esta reflexão, reflita conosco e juntos enctemos esta campanha de dignificação do magistério tão bem representada, aqui, pelo nosso querido Senador João Calmon, por V. Ex^a, pelo Senador Marco Maciel,

nas minhas humildes palavras e por todos vocês, por todos vós que quereis tão bem ao magistério, que tanto dependem também do professor, que tanto amais pelo vosso passado e pelo presente dos vossos filhos.

O Sr. João Calmon — Permite um aparte, nobre Senadora?

A SR^a IRIS CÉLIA — Pois não, nobre Senador João Calmon.

O Sr. João Calmon — A homenagem que V. Ex^a presta ao magistério do Brasil não poderia ter, na tarde de hoje, melhor intérprete. V. Ex^a é professora do Estado do Acre e eu jamais poderei esquecer que partiu do Acre a única colaboração, de Assembléia Legislativa, ao Projeto Educação, que foi uma iniciativa do Senado Federal. No momento em que V. Ex^a focaliza a figura admirável do Professor, eu evoco a minha primeira professora primária, no interior do Estado do Espírito do Santo, que sofria de uma doença que jamais vi qualquer outra pessoa. Ela tinha uma obstrução no canal lacrimal, e permanentemente lhe rolavam lágrimas pelas faces. A partir da época da minha remota infância, nunca mais vi ninguém enfrentando esse problema. Entretanto, as professoras deste País continuam a chorar, mesmo sem nenhuma obstrução do canal lacrimal, porque, realmente, até hoje, a sociedade brasileira não deu ao magistério a importância que ele deveria ter. O nobre Senador Almir Pinto focalizou há pouco o salário inacreditável das professoras municipais, principalmente do Nordeste do Brasil. Há poucos dias comentei, aqui, a revelação do Secretário de Educação do Rio Grande do Norte, que declarou, na Comissão de Educação, que uma professora primária municipal daquela unidade da Federação estava ganhando entre Cr\$ 500,00 e Cr\$ 1.000,00, por mês, portanto, menos de um dólar por mês. Esse mesmo quadro se repete em outras unidades da Federação e quando comentei esse assunto com o ex-Governador da Bahia, o Professor Roberto Santos, ele adantou outro detalhe, segundo ele, para ser incluído no meu melancólico repertório. É que na Bahia, como em outras unidades da Federação, há centenas de professorinhas que dão aulas gratuitamente, na esperança de um dia, virem a ser incluídas nas folhas de pagamento. Na hora em que é titular do Ministério da Educação e Cultura uma eminente professora, Esther de Figueiredo Ferraz, nós todos deveríamos nos unir em torno do novo esforço que vai ser empreendido, agora, no mês de novembro, pelo Congresso Nacional, no sentido de canalizar recursos mais vultosos para a Educação. Tudo isso dependerá, apenas, de uma decisão nossa, de uma decisão dos Senadores e dos Deputados. Quando eu penso que estas galerias receberam, na semana passada, cerca de 300 garimpeiros de Serra Pelada, que conseguiram, a jato, batendo provavelmente um recorde na História Parlamentar do Brasil, a aprovação de um projeto de lei, de iniciativa do Nobre Deputado Sebastião Curio, eu fico a imaginar, qual será a posição do Congresso Nacional no dia 9 de novembro, quando se tratará do problema de 7 milhões de crianças em flor, neste País, que estão fora das escolas de 1º grau. Eu aproveitaria a oportunidade, quando ocupa a nossa tribuna uma admirável Senadora, que integra, com muito brilho, a bancada da Educação no Congresso Nacional, para solicitar que cada um de nós se encarregue de entrar em contato com um colega da nossa Câmara Alta, ou da Câmara dos Deputados, para que eles compareçam, no dia 9 de novembro ao plenário da Câmara Federal, a fim de que possamos aprovar essa proposta de emenda à Constituição, que já foi apresentada várias vezes, inclusive por representantes da Oposição. Permita-me recordar de novo, que quando dois Deputados do PMDB apresentaram a mesma proposta de emenda à Constituição, compareceram à sessão do Congresso Nacional apenas 19 parlamentares. Aproveito a oportuni-

dade da sua presença, nobre Senadora, na tribuna, para renovar a V. Ex^a e aos meus nobres colegas do Congresso Nacional, o pedido, para que todos nós, unidos num mutirão em favor da educação, possamos aprovar essa proposta de emenda, que não é de iniciativa de só um membro do Senado, pois ela foi subscrita por mais de 2/3 dos integrantes da Câmara Alta e da Câmara dos Deputados. Muito obrigado a V. Ex^a, e aceite as minhas felicitações, como Senadora e como professora, pela magnífica homenagem que está prestando no dia de hoje a essa sofridora classe.

A SR^a IRIS CÉLIA — Muito obrigada, Sr. Senador João Calmon. Suas palavras me comovem até às lágrimas. Ser testemunha da lembrança, da evocação de sua professora, nos faz sentir a felicidade, a alegria de pensar que nem tudo está perdido, que na humanidade resta o que ficou da passagem desta figura grandiosa de um mestre, na alma da infância, e que sobrepõe-se a todas as vicissitudes da vida, às próprias indisposições partidárias, ao poder, e a tudo o que se pode concentrar no caminho da humanidade. A imagem do professor, sobretudo do professor primário, que fala tão alto dentro de nós, que significa o que nós somos, que mostra os nossos caminhos, mesmo depois de adultos, está presente, neste momento, nesta Casa, através do depoimento de V. Ex^a.

O Sr. Octávio Cardoso — Permite V. Ex^a um aparte? Naturalmente, com a tolerância da Mesa.

A SR^a IRIS CÉLIA — Pois não. Ouço o aparte de V. Ex^a com muito prazer.

O Sr. Octávio Cardoso — Eu queria dizer que V. Ex^a também fala em nome da Bancada do PDS, na oportunidade em que presta homenagem ao professor, a quem todos nós tanto devemos. E a minha Bancada também presta homenagem a V. Ex^a, como professora, na oportunidade em que temos o privilégio de tê-la como nossa colega no Senado da República. V. Ex^a falou, portanto, e está falando, em nome da Bancada do PDS nesta Casa.

A SR^a IRIS CÉLIA — Muito obrigada, Sr. Senador, muito me sensibilizam as suas palavras.

Queria pedir ao Presidente tolerância para que eu pudesse terminar a minha preleção.

Queríamos ainda nos referir, quanto à questão de salário, à questão trabalhista. Essa grande quantidade de professoras colocadas aqui como não tituladas é exatamente a que compõe a grande massa daqueles desprovidos dos mínimos direitos legais e trabalhistas. A grande maioria não tem sequer a segurança do emprego, está em situação de subemprego, pelos poucos salários, pelas faltas e pela não garantia dos benefícios previdenciários e trabalhistas, de modo geral.

Trouxemos, para apresentar a V. Ex^{as}, dados sobre alguns salários. No Nordeste, por exemplo, a grande massa dos professores não titulados ganham o salário de 2.500 cruzeiros, quando a legislação nos impõe o salário mínimo como o mínimo de dignidade ao homem. Significa que o professor não ganha nem um terço dessa dignidade. O professor normalista, em alguns Estados do Nordeste, faz um salário de 9.000 cruzeiros. Irrisório, portanto, na escala dos salários mínimos. Existem situações análogas em todo o País, porém existem situações ainda piores, como as que tivemos no depoimento do Senador João Calmon, numa lembrança ao Secretário de Educação do Espírito Santo, se não me engano.

Não há nenhuma garantia trabalhista, nenhuma legislação que defina direitos e deveres desses professores chamados recibados. E quando não se paga o salário integral ao professor, diz-se que é porque ele não dá o expediente integral. O professor, que assume uma sala de aula em 4 horas diárias, durante 5 dias, com um número excedente de alunos e leva para casa as responsabilidades

do planejamento, das correções dos deveres, das preocupações com os resultados da classe e do próprio estudo, não dá expediente integral, não pode ter um salário integral porque não permanece 8 horas na sala de aula...

Mas, o que é mais grave ainda é que esse professor, além das preocupações com as responsabilidades da sua classe, da sua sala de aula, multiplica os seus trabalhos para somar bicos salariais à sua manutenção, à sua própria subsistência; ele multiplica os seus empregos. Há professores lavando roupa, costurando, cozinhando, trabalhando em roçado, trabalhando em toda a sorte de serviços, para ganhar um pouco mais, para o sustento mínimo, para aquilo que for mais necessário para a sua subsistência.

Essa multiplicidade de trabalhos, de afazeres cansa o professor, esgota o professor, leva o professor ao limite da sobrevivência humana, como está acontecendo com os nossos professores, sobretudo os nossos professores de zona rural. Professores que caminham horas e horas, para chegar às escolas, que têm a responsabilidade da limpeza, da confecção da merenda escolar e, além da responsabilidade desses trabalhos forçados, eles, os professores não titulados os professores de salários minimíssimos, os professores que não têm respaldos trabalhistas, assumem o maior desafio educacional que pode existir, para quem entende de requisitos pedagógicos. Assume a responsabilidade da unicodência, que nenhum universitário aceita, que nenhum professor qualificado quer assumir, a responsabilidade do ensino multigraduado, de aceitar as quatro séries numa só, de atender, individualmente, aos alunos com problemas diversos, de subnutrição, de doenças de visão, de audição, de tudo que é sorte de anomalias e de problemas decorrentes da própria vida do pobre, do desamparado.

O Sr. Humberto Lucena — Permite-me V. Ex^a um aparte?

A SR^a ÍRIS CÉLIA — Pois não, Sr. Senador.

O Sr. Humberto Lucena — Desejo levar-lhe, em nome da Bancada do PMDB, a nossa solidariedade às homenagens que V. Ex^a presta, antecipadamente, nesta sessão, ao Dia do Professor que amanhã se comemora. E nenhum tributo poderia ser mais justo do que o discurso que V. Ex^a profere, com absoluta competência, conhecedora da causa como é. Nesse sentido, desejo esclarecer que todos nós temos bem presente o que significa o professor, no contexto da sociedade brasileira. Por isso mesmo é que lutamos no Congresso Nacional, para assegurar a diminuição do limite de tempo para a aposentadoria do professor, que hoje tem uma aposentadoria especial, com sabe V. Ex^a, o homem aos 30 anos e a mulher aos 25 anos. Por igual, apresentei há uns 3 ou 4 anos, ao Senado, um projeto de lei que, infelizmente, ainda não veio à Ordem do Dia, fixando um piso salarial para o professor, justamente para evitar essas anomalias a que se refere V. Ex^a, notadamente nas regiões menos desenvolvidas do País, como o Nordeste que, como bem acentuou V. Ex^a, paga aos professores, de um modo geral, no âmbito estadual e municipal, remunerações muitíssimo abaixo do salário-mínimo, o que é um verdadeiro absurdo. Seria de todo salutar que o Governo Federal, que detém em suas mãos maiores recursos financeiros, sobretudo porque a partir de 1965, com a reforma tributária então patrocinada pelo Ministro Roberto Campos, através do Ministério da Educação e Cultura, procurasse melhorar o salário-educação e entregá-lo adequadamente, através de convênios, aos Municípios e Estados, justamente para assegurar complementação salarial dos professores dos Estados e Municípios. Meus parabéns a V. Ex^a.

A SR^a ÍRIS CÉLIA — Muito obrigada, eminente Senador Humberto Lucena. A solidariedade de V. Ex^a e do seu Partido me faz muito feliz, neste momento.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, não me queira alongar tanto, mas alguns aspectos que eu trouxe aqui deverão merecer a consideração da nossa reflexão nesta tarde dedicado ao professor. Além do supertrabalho e do pluriemprego, que também é enfrentado pelos professores qualificados das zonas urbanas, e da qualificação, queríamos evidenciar a falta de critério para a seleção do professor. Aqui tivemos o depoimento do nobre Senador Almir Pinto de que há muitos professores qualificados no Nordeste que estão sem emprego.

Há problemas como a falta de assistência técnica e pedagógica e, sobretudo, a unicodência, há falta de apoio ao professor com material didático e de apoio ao professor na questão de moradia e de saúde, além disso, com o advento dos estatutos do magistério, os professores estatutários ficaram desamparados de assistência previdenciária. Mas não apenas os estatutários estão desamparados pela assistência previdenciária como também os professores regidos pela CLT que habitam a zona rural e, muitas vezes, deslocam-se de suas localidades para irem aos centros urbanos, enfrentando filas em busca da assistência médico-hospitalar e que deveriam merecer um tratamento mais humano.

No que tange à opção de lazer, os nossos professores estão totalmente desprovidos de quaisquer equipamentos que lhes possibilitem isto. O trabalho que desenvolvem é muito cansativo, porque se encontram, quase sempre, debruçados, nos fins de semana, sobre suas tarefas, não tendo a possibilidade de um encontro, de uma integração social com seus colegas e de um pouco mais de divertimento.

Entretanto, Sr. Presidente e Srs. Senadores, desejaria que, nesta tarde em que estamos comovidos, pudéssemos, conosco mesmos, fazer um pacto de solidariedade e nos esforçarmos no sentido de apoiar todas as sugestões que os nossos colegas Senadores trazem a esta Casa em favor do magistério. Não nos furtemos a isto apenas por nos lembrarmos de nossas professoras primárias, mas por necessitarmos de um país mais forte, de um país que possa superar a sua própria crise, de um país mais fortalecido, que não poderá ter outro caminho senão o da educação de seus filhos que, nas mãos dos professores, colocamos com a maior sensibilidade e com o maior amor possível.

Precisamos ter a certeza de que, na sala de aula, os nossos filhos estão sendo atendidos por pessoas que são dignificadas no seu trabalho, por pessoas que estão felizes consigo mesmo, por pessoas que são capazes de mostrar a eles o que é a realidade da vida, de ensinar-lhes o amor a Deus, de indicar-lhes o caminho do bem, de assegurar-lhes o amor à Pátria, de, sobretudo, formá-los para serem unidos uns aos outros, para o amor ao próximo, para a fraternidade, que nos custa tanto e que é tão responsável pelos descaminhos, pelos desencontros e pelo desamor sobre essa terra; que os nossos professores agradecidos, louvados e honrados com o nosso trabalho, possam ser felizes e fazer mais felizes os nossos filhos; que as crianças brasileiras, que no dia de hoje estão correndo nos corredores das escolas a levar flores aos seus mestres, a dizer poesias e palavras lindas, possam realmente levar a nossa palavra de encanto, a nossa palavra de esperança, a nossa palavra de tranquilidade a esses mestres. E que no sorriso de cada criança vá, também, o nosso sorriso, sem maldade, sem desentendimento e com muito amor.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, que o nosso amor aos professores não fique apenas na emoção desta tarde, mas seja o testemunho da nossa luta pelo seu bem-estar e por melhores dias ao magistério.

Sr. Presidente, era o que tinha a dizer. Muito obrigado, Sr. Presidente, muito obrigado, Srs. Senadores (Muito bem! Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Senador Itamar Franco.

O SR. ITAMAR FRANCO PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

Altevir Leal — Mário Maia — Eunice Michiles — Raimundo Parente — Galvão Modesto — Odacir Soares — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Aderbal Jurema — Guilherme Palmeira — Passos Pôrto — Amaral Peixoto — Severo Gomes — Carlos Chiarelli

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

As matérias da pauta, constituída dos Projeto de Lei da Câmara nº 110/83; Requerimento nº 793/83; Projetos de Lei do Senado nºs. 280/80, 39/83, 70/83, 21/83 e 337/81, acham-se em fase ou pendentes de votação.

Não havendo quorum, a Presidência não irá submetê-las a votos, ficando as mesmas adiadas para a próxima sessão ordinária.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Senador Aderbal Jurema.

O SR. ADERBAL JUREMA (PDS — PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Antes de entrar no assunto do meu discurso, desejo informar à Casa do estado de saúde do atual Presidente do Senado Federal, Senador Nilo Coelho. S. Ex^a se encontra no Instituto do Coração, em São Paulo, submetendo-se a exames preliminares. Devo, por outro lado, salientar que seu estado geral é bem animador.

Sr. Presidente, o segundo assunto que me traz à tribuna diz respeito a Pernambuco, mais especificamente à capital Recife, cujo crescimento desmedido, constitui para todos os governos um grave problema social. Não foi o BNH, quem primeiro, em Pernambuco, veio em socorro das populações necessitadas de casa própria é preciso que se faça justiça na voz da História — foi Agamenon Magalhães, quando interventor, em 1937, que idealizou as vilas populares para combater a expansão do mocambo. O mocambo tem servido de estudo não apenas aos sanitaristas, mas a sociólogos, políticos, como Josué de Castro, a antropólogos sociais, como Gilberto Freire, porquanto há nesses estudos, opiniões que às vezes nos chocam.

Sr. Presidente, o problema da casa própria no Brasil é um problema muito complexo, sobretudo tendo-se em conta o preço da casa e o que paga o usuário, e que cada vez mais se agrava. Houve época em que se pensava em estilizar o mocambo, fazendo do mocambo uma habitação condigna. Por quê? Porque o seu material era um material ecologicamente barato, tirado das palmas dos coqueiros e do barro do massapé. Mas, Sr. Presidente, com o progresso urbano deste País, com o esquecimento do campo, hoje, não há homem público nem sociólogo que se aventure a defender o mocambo estilizado como uma solução barata para aquela multidão de pessoas que marginalizam sempre as grandes capitais. E, daí, no Recife, o problema tem se agravado sistematicamente. Até as Forças Armadas cooperam. Mas, as soluções, como mutirão, como vilas operárias não têm resolvido quando não se cuida de uma infra-estrutura. É para essa modalidade de cuidado que eu chamo a atenção da Casa, para um conjunto habitacional, iniciado no Governo Marco Maciel e agora concluído no Governo Roberto Magalhães, porque esse conjunto ficou situado perto do campo de futebol do Santa Cruz Futebol Clube, tomou o

nome curioso, que só mesmo o povo sabe dar, de "Bola na Rede". Por aí vemos quando nós homens públicos e homens de letras precisamos estar ligados sempre ao povo, porque é do povo que vêm as grandes idéias, é do povo que vem, sem dúvida, o humus para alimentar a cultural nacional.

Esse conjunto de 400 casas, ocupando 60 hectares, porquanto ele tem campo para plantação, é uma experiência nova. Não é a casa, não é o terreno de cada um, é que há a escola, há o mercado e o terreno para haver lá o que nós chamamos de horta coletiva. É a infra-estrutura, a fim de que aquela gente possa viver, o mercado ali à mão, para não pagar transporte, para que possa adquirir gêneros alimentícios, tendo, também, a escola, havendo locais para diversas igrejas ou, então, para uma igreja só, ecumênica.

O Sr. Alberto Silva — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. ADERBAL JUREMA — Pois não, ouço o aparte de V. Exª

O Sr. Alberto Silva — Nobre Senador, quero felicitar o Governo de Pernambuco, na pessoa de V. Exª, pela feliz idéia de iniciar um conjunto dessa espécie na Cidade do Recife, com essa infra-estrutura previamente determinada, para que não se transforme nesses monstros que existem em outras Capitais e que apenas ocuparam a área, sem nenhuma preocupação com as condições de habitabilidade para os que neles residem. O que é de se estranhar, nobre Senador Aderbal Jurema, é que o Ministério do Interior, o BNH, não aproveite uma experiência como esta para definir que nenhum conjunto habitacional deveria ser feito na periferia dos grandes centros, como existe lá no Nordeste, e V. Exª conhece bem, simplesmente um amontoado de casas sem quintal, sem infra-estrutura viária, sem qualquer outro tipo de infra-estrutura; constroem milhares e milhares de casas, como no meu Estado, 5, 10 mil casas de um quarto apenas, para uma família nordestina que nunca tem menos de 6 pessoas. São verdadeiros atentados à dignidade de uma família esses conjuntos habitacionais. V. Exª traz aqui ao conhecimento da Casa uma experiência do mais alto valor, em termos humanos, em termos de uma estrutura habitacional capaz de dar melhores condições de vida àquelas famílias. Eu aproveito para cumprimentar, por intermédio de V. Exª, o Governo de Pernambuco, e fazer aqui uma sugestão: por que o BNH não manda os seus técnicos examinarem isso e não determina que, daqui para a frente, só se empreste dinheiro para fazer conjunto habitacional nas periferias das cidades com uma infra-estrutura idêntica a essa que V. Exª está trazendo ao nosso conhecimento? Quero dar um testemunho a V. Exª: quando Governador do Piauí, construí 90 casas, apenas, partindo do pressuposto de que o homem que ganha salário mínimo não pode pagar uma prestação de casa.

O SR. ADERBAL JUREMA — Um parêntese, por essas casas, eles vão pagar 4 mil cruzeiros, por mês.

O Sr. Alberto Silva — Então, veja V. Exª, o custo delas foi tão baixo que permitiu o pagamento de apenas 4 mil cruzeiros. Foi baseado nesse mesmo princípio que eu fiz construir, lá no meu Estado, 90 casas, na Capital do Piauí, cada uma com três quartos, sala, cozinha, lavanderia e quintal murado, pelo preço, em 1975, de 12 mil cruzeiros, cada casa. Isso foi objeto de larga pesquisa de engenharia, coisa que não se faz neste País e que hoje, eu diria a V. Exª, eu vi em Minas Gerais, no CETEC, um trabalho que deveria ser encampado pelo BNH, de construções com materiais pré-fabricados, ou pré-dimensionados, que permitem fazer uma casa popular barata. Agora, diminuir o custo da casa apenas diminuindo a área, é sinal puro de incompetência. Parabéns ao Governo de Pernambuco e a V. Exª por ter abordado esse assunto, nesta tarde, nesta Casa.

O SR. ADERBAL JUREMA — V. Exª é engenheiro, se não me engano. V. Exª sabe que o BNH — como outras organizações anteriores ao BNH, porque o BNH herdou aquele problema de casa própria do Ministério do Trabalho — contrata engenheiros, contrata arquitetos, financia empresas, abre concorrências para que essas empresas construam casas, como V. Exª falou, monte de casas; no sertão há vilas fechadas, não é só no sertão de Pernambuco, não, nos sertões, como diria Euclides da Cunha, há vilas fechadas. Mas, até hoje, eu, modesto professor universitário, nunca vi um sociólogo de habitação como funcionário do BNH. Eu nunca vi um fisicólogo social como funcionário do BNH, porque, infelizmente, neste País, a universidade brasileira vai para um lado e o desenvolvimento incompetente vai para o outro lado. Não há um casamento de amor entre a inteligência, entre a pesquisa universitária e as obras que os governos executam.

Isso nos traz esses erros clamorosos que V. Exª ainda há pouco assinalou, independente de posições partidárias. Em verdade, nós, hoje, Sr. Senador pelo Piauí, devíamos, em vez de nos preocupar com medidas primárias de desenvolvimento, devíamos nos preocupar com a inteligência brasileira, no sentido de que ela comande o desenvolvimento deste País.

O Sr. Alberto Silva — Apoiado.

O SR. ADERBAL JUREMA — Por isso é que essas vilas são acampamentos improvisados e não habitação social; acampamentos improvisados à base dos juros e de correções monetárias drásticas que nada resolvem.

Por essa razão, vim à tribuna, para chamar a atenção para a posição de Pernambuco, através de um Governador jovem como Roberto Magalhães, do qual discordo em determinadas posições, mas que encontro, através da poética vila chamada "Bola na Rede" um exemplo a seguir: 340 casas, para 1.500 pessoas, com amplo terreno para horta — o que espantou até o nosso grande fazendeiro Benedito Ferreira —, com igreja e mercado.

Era esta a comunicação que eu queria trazer à Casa, nesta tarde. O que me sugere fazer, futuramente, um discurso mais minucioso sobre o problema da casa popular brasileira, em face da burrice dos que vêm tratando desse assunto.

O Sr. Alberto Silva — V. Exª terá o meu total apoio nesse rumo que V. Exª vai dar ao seu discurso. Quero me incorporar, desde já, à sua campanha, e mandar os parabéns ao Governador de Pernambuco, por intermédio de V. Exª

O SR. ADERBAL JUREMA — Muito obrigado.

O Sr. Pedro Simon — Permite V. Exª um aparte?

O SR. ADERBAL JUREMA — Com prazer, nobre Senador Pedro Simon.

O Sr. Pedro Simon — Está V. Exª encerrando o pronunciamento?

O SR. ADERBAL JUREMA — Não. E, se tivesse encerrado, eu reabriria o pronunciamento.

O Sr. Pedro Simon — É que não queria interromper o pronunciamento de V. Exª, mas V. Exª fez uma apreciação inicial sobre a qual eu queria me referir e, em nome da Bancada do PMDB, também desejar o pronto restabelecimento do Presidente desta Casa e Presidente do Congresso Nacional, Senador Nilo Coelho. Gostaria de dizer que a Bancada lá esteve muitas vezes, inclusive encontramos com V. Exª

O SR. ADERBAL JUREMA — Fui testemunha da visita de V. Exª e do Líder Humberto Lucena.

O Sr. Pedro Simon — E estamos acompanhando com muita preocupação, com muito interesse, com muita es-

perança, na certeza de sua pronta recuperação, porque, pelo seu passado, pelo que S. Exª prestou a esta Casa, pela sua dignidade, pela maneira com que sempre conduziu os trabalhos desta Casa, não há dúvida nenhuma de que nós temos muito a receber do trabalho, da orientação, da bravura do Sr. Senador Nilo Coelho, vosso amigo e representante do bravo Pernambuco, como V. Exª. E que, se Deus quiser, o mais breve possível, nós o teremos novamente em nossa companhia. Este o sentimento da Bancada do PMDB na grande expectativa de sua pronta recuperação.

O SR. ADERBAL JUREMA — Incorporo agradecido, em nome não apenas da família do Presidente Nilo Coelho, mas em nome do meu Pernambuco, os votos de restabelecimento que acaba de fazer o Sr. Senador Pedro Simon, que ainda ontem estava na Casa de Saúde Santa Lúcia visitando o Sr. Senador Nilo Coelho. Todos nós, de fato, temos hoje, neste Senado, uma preocupação permanente: que o Senador Nilo Coelho atravesse esta ponte difícil em que se encontra.

Quanto ao outro assunto,...

O Sr. Benedito Ferreira — Permite V. Exª uma pequena observação?

O SR. ADERBAL JUREMA — Pois não, nobre Senador, com muito prazer.

O Sr. Benedito Ferreira — V. Exª deve ter observado que fiz uma observação clandestina no seu pronunciamento,...

O SR. ADERBAL JUREMA — Muito oportuna.

O Sr. Benedito Ferreira — ...quando estranhei a área...

O SR. ADERBAL JUREMA — Tão grande, não é?

O Sr. Benedito Ferreira — ...tão grande para cada casa.

O SR. ADERBAL JUREMA — Não é para cada casa, não, mas para as casas.

O Sr. Benedito Ferreira — Sim, para a vila, para o conjunto, visto que V. Exª falava em 400 casas.

O SR. ADERBAL JUREMA — São 340 casas.

O Sr. Benedito Ferreira — Imagine que eu havia entendido 400. Mas vê V. Exª que, onde há áreas que o Governo possa apropriar por preços compatíveis, muito bem, mas o que lamentavelmente temos que verificar é a especulação imobiliária desenfreada, sobretudo no que diz respeito a terrenos destinados à construção desses conjuntos. É um verdadeiro absurdo. Em Goiás, por exemplo, tivemos uma experiência, ainda no ano passado, e já pedi, inclusive ao Dr. José Lopes, Presidente do BNH, para que ele incrementasse esse programa que deu tantos e tão positivos resultados em Goiás, a chamada casa econômica. Nobre Senador, pude ver, lá em Goiânia, casas de dois dormitórios, muito bem-acabadas, que não atingiram custo superior a Cr\$ 500.000,00 cada uma. A prefeitura, naturalmente, deu o terreno para aqueles desfavorecidos, eles não tiveram que comprar o terreno. Mas essas casas, de construção excelente, em verdade, em que pese a alta de custos reais de material de construção no Brasil, essas casas custaram, ainda, menos da metade que, na realidade, custaram as casas construídas pelo então Governador Alberto Silva. Essas casas atingiram, em Goiás, no ano passado, o equivalente a 1.000 dólares. E, fazendo um cálculo grosseiro, cheguei à conclusão de que as casas construídas no Piauí, com toda a economia e com toda a experiência do matemático e engenheiro Alberto Silva, em comparação com as casas de Goiás, por esse sistema sem empreiteiras e sem

intermediários, quer dizer, dando dinheiro diretamente ao mutuário para que ele adquira o material das fontes que mais lhe convier, contrate a mão-de-obra ou use a mão-de-obra familiar, de companheiros e de amigos, no sistema de mutirão, o certo é que eu vi casas excelentes, casas-padrão, duas, três vezes melhores do que essas que estão sendo construídas por aí, nos conjuntos, que custaram, como eu disse, no ano passado, 50% do preço obtido pelo Senador Alberto Silva, quando governador, nos idos de 75, lá em Teresina.

O Sr. Alberto Silva — Com que preço?

O Sr. Benedito Ferreira — Cr\$ 500 mil cruzeiros, custo, no ano passado.

O Sr. Alberto Silva — Com que área?

O Sr. Benedito Ferreira — Eu não posso precisar, porque eu assumiria o risco de não ser correto na minha afirmação. Mas, casas com dois quartos, casas cujo padrão supera em muito àquelas construídas nos conjuntos do BNH, custando o equivalente a 1/5 do preço vigente em Goiás, para as casas dos conjuntos. Esse é que é o aspecto realmente importante.

O Sr. Alberto Silva — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. ADERBAL JUREMA — Com todo prazer, já que V. Ex^a foi chamado à colação.

O Sr. Alberto Silva — Eu pediria que V. Ex^a fizesse o cálculo novamente, pelo seguinte: as casas que foram construídas no Piauí, em 1975, tinham 76 m² de área construída, por Cr\$ 12.000,00.

O Sr. Benedito Ferreira — É o equivalente a 2.000 dólares, na época.

O Sr. Alberto Silva — Se V. Ex^a puxar os Cr\$ 500.000,00 deste ano...

O Sr. Benedito Ferreira — Não, Excelência, é do ano passado, de 1982. Nós estamos em 1983, eu falei 1982.

O Sr. Alberto Silva — Se V. Ex^a retificar, esta sua casa vai sair, aos custos de 1975, por Cr\$ 100.000,00.

O Sr. Benedito Ferreira — Nobre Senador, o cálculo que fiz aqui, de Cr\$ 12.000,00, tomando o preço do dólar naquela época...

O Sr. Alberto Silva — Mas o dólar em 1975 não era Cr\$ 12.000,00...

O Sr. Benedito Ferreira — Eu sei que era pouco mais de Cr\$ 6,00.

O SR. ADERBAL JUREMA — Daqui a pouco vou ter que pedir um aparte.

O Sr. Benedito Ferreira — Realmente, nós estamos tumultuando o discurso de V. Ex^a Mas o que importa, na realidade, é que não há, nesta minha citação, nenhum propósito de criticar, porque acho que o Senador Alberto Silva foi um exemplo de trabalho no Piauí...

O Sr. Alberto Silva — Muito obrigado.

O Sr. Benedito Ferreira — ... e pude constatar o quanto V. Ex^a pôde realizar em favor do seu povo. Eu só citei o caso porque é espantoso o que foi conseguido em Goiás pelo sistema da chamada casa econômica. E, lamentavelmente, verifico que esse programa não foi ainda incrementado, até agora, aos níveis em que ele deveria ser, de vez que o que temos assistido são queixas e mais queixas daqueles que não podem pagar as prestações de suas casas, em face dos elevados custos a que têm chega-

do às mãos dos chamados mutuários do BNH. Era esta a observação, Senador Aderbal Jurema, agradecendo e pedindo desculpas pelo tumulto que, sem propósito algum, acabamos, juntamente com o Senador Alberto Silva, levando ao discurso de V. Ex^a

O SR. ADERBAL JUREMA — V. Ex^a animou o meu pronunciamento, porquanto nós estamos cansados dos pronunciamentos tranqüilos, dos pronunciamentos formais. Os pronunciamentos tranqüilos e formais lembram a formalidade da casa própria, das vilas populares do BNH que não consultam o homem. A casa é a habitação do homem e a casa do BNH é estandardizada. Eu não compreendo que se façam vilas populares no sertão iguais às vilas populares citadinas. A maneira de viver do sertanejo é completamente diferente da maneira de viver do citadino. Ocorre, então, o que lá em Pernambuco se verifica, no alto sertão: vilas populares fechadas, porque o sertanejo não quer viver dentro de uma casa daquelas. Ele acha que está encaixotado. A casa sertaneja tem que ter o terraço, tem que ter o copiar, não pode ser igual à casa urbana. E isso tudo acontece por quê? Porque o homem não foi consultado.

Lembro-me, Srs. Senadores, de que em uma das vezes que estava estudando a educação norte-americana, não através dos livros traduzidos no Brasil, mas lá, hospedado nas Américas, visitando e morando nas escolas, eu encontrei coisas interessantes. Senador Alberto Silva, V. Ex^a que é engenheiro, encontrei coisas interessantes em cidades americanas. Os grupos escolares, as escolas só eram construídos depois de se ouvir a comunidade, depois de se ouvir a criança que ia frequentar aquela escola. Então os interruptores de luz eram colocados à altura que as crianças tinham pedido. No entanto, ainda hoje nós sabemos — eu fui Secretário, V. Ex^a foi Governador — que os nossos engenheiros constroem uma escola como se ela fosse só para adulto: a criança chega na escola, para apagar a luz tem que usar um cabo de vassoura. Essa é a realidade...

O Sr. Octávio Cardoso — V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ADERBAL JUREMA — Já o permito a V. Ex^a com muito prazer. Realidade que encontrou Agamenon Magalhães que disse certa vez: "Construí esta vila popular; esqueci-me do problema educacional". "Fui visitar a vila popular das lavadeiras — ele me disse — e encontrei coisas desse tipo: o marido da lavadeira não gostou da posição da torneira, do local em que foi colocada a torneira, então a arrancou, pegou o martelo e em outro lugar bateu a torneira na parede, como se a água pudesse jorrar, porque achava que aquela torneira em qualquer lugar daria água. Para ele a água era na torneira, e não da encanção". Por aí se vê o atraso. Isso acontece ainda hoje, alguém dizer: "enfiei uma torneira na parede, Sr. Governador, e não veio água". O Governador achou uma graça enorme, e no dia seguinte chamou o Secretário de Educação que, naquele tempo era o Diretor de Educação e disse-lhe: "organize os pelotões, para explicar àqueles homens humildes, àquelas mulheres humildes o que é encanamento, o que é água encanada". Porque eles não o sabiam. Pois bem. Ainda hoje nós precisávamos explicar a determinado órgão do Brasil, o que é encanamento, o que é torneira. Ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. Octávio Cardoso — Eu não sei por quanto tempo a criança americana fica baixinha para botar o interruptor...

O SR. ADERBAL JUREMA — Fixa baixinha não; tem que ficar à altura dela.

O Sr. Octávio Cardoso — Porque eu imagino, com o interruptor numa posição mais alta, porque na maior

parte da vida do homem, ele tem a altura normal, não a altura de uma criança.

O SR. ADERBAL JUREMA — Mas a escola é feita para a criança; não é feita para o homem normal.

O Sr. Octávio Cardoso — Ah! Nas escolas, V. Ex^a falou.

O SR. ADERBAL JUREMA — Eu falei nas escolas.

O Sr. Octávio Cardoso — Mas a torneira era no...

O SR. ADERBAL JUREMA — V. Ex^a está atrapalhando.

O Sr. Octávio Cardoso — Não. Não estou atrapalhando.

O SR. ADERBAL JUREMA — Está atrapalhando tudo o que me permite esclarecer a V. Ex^a São dois assuntos diferentes,...

O Sr. Octávio Cardoso — Eu entendi bem.

O SR. ADERBAL JUREMA — ... um sobre as torneiras nas escolas; outro as torneiras nas casas das lavadeiras.

O Sr. Octávio Cardoso — Eu entendi bem. Esse problema habitacional no País é realmente muito complexo. V. Ex^a tem razão quando diz que o BNH construiu alguns conjuntos muito áridos. Agora, a verdade é que por uma questão de custo, não se pode naturalmente construir a habitação segundo a opção individual do usuário. O nobre Senador Benedito Ferreira, por exemplo, se referiu ao projeto casa econômica. Projeto casa econômica que se implanta em área destinada pela prefeitura, portanto, o terreno não acresce no custo da construção, as plantas são padronizadas e licenciadas pela prefeitura. De sorte que um usuário não precisa contratar engenheiro ou arquiteto e não precisa requerer o licenciamento da sua planta específica na prefeitura. Existe uma planta *standard* para a pessoa usar, seja de três dormitórios, dois dormitórios ou um dormitório — o usuário pode escolher. Mas naturalmente que o ideal seria que se pudesse fazer casa com três dormitórios, quintal, arborização, horta, etc., como falou o nobre Senador Alberto Silva. Acontece que em quatro anos de Governo ele fez 90 casas. Então, quando o BNH constrói no seu Estado 5 mil casas, convenhamos que embora seja...

O Sr. Alberto Silva — Permite V. Ex^a um aparte?

O Sr. Octávio Cardoso — Eu não poderia conceder o aparte a V. Ex^a, porque estou apartando apenas...

O Sr. Alberto Silva — Eu estou pedindo para depois.

O Sr. Octávio Cardoso — Ah! Sim. Permitirei a V. Ex^a por uma questão de deferência. Então, eu acho, por exemplo, que não se pode chegar ao requinte de fazer uma casa com todo o conforto e segundo a opção do usuário. Acho que o ideal seria realmente construir as casas segundo o clima, os hábitos pessoais, os usos, costumes, a região, mas sem abrir mão de um certo processo de estandardização, que é para poder atender o custo acessível ao usuário. Realmente o problema é muito complexo. Agora, V. Ex^a tem razão quando acha que o homem é o elemento essencial na formulação desses conjuntos, nisso V. Ex^a tem razão. Agora, o esforço brasileiro, no sentido de dotar a população brasileira de habitação realmente foi notável, sem precedentes no País e, não sei, talvez no mundo, pelo que se fez em habitação neste País. O nobre Senador Benedito Ferreira, por exemplo, disse que não sabe por que esse projeto de casas econômicas não prossegue. Nós tivemos uma grande recessão na captação da poupança no País, por essas coi-

sas que acontecem, *open, over*; então, o homem sai da lavoura, sai da empresa, sai das suas atividades lucrativas indo para as atividades especulativas que são mais cómodas, mais seguras, mais rentáveis. E por isso, naturalmente, a nossa poupança, a nossa captação baixaram a níveis insustentáveis e os programas de habitação não puderam ter o mesmo ritmo com que haviam se iniciado. Muito obrigado a V. Ex^a

O SR. ADERBAL JUREMA — Já concedo o aparte a V. Ex^a, Senador Alberto Silva.

O Sr. Alberto Silva — Só para esclarecer...

O SR. ADERBAL JUREMA — Porque ouvi com toda a atenção o aparte do representante do Rio Grande do Norte, e quero esclarecer a S. Ex^a que concordo que o esforço do Executivo Federal, dos Executivos Estaduais e Municipais, todos eles reunidos, foi muito grande esse esforço, no sentido de resolver o problema da habitação popular. Mas quero chamar a atenção para a padronização, não que eu queira uma casa individualizada, mas quero, pelo menos, uma casa ecológica, para cada região. Foi por isso que me bati: uma casa ecológica.

O Sr. Octávio Cardoso — Isso eu concordei com V. Ex^a

O SR. ADERBAL JUREMA — Pois é, uma casa ecológica, a qual, muitas vezes até concorre para um baixo custo, porque ela pode usar material da região. De maneira que, este é o meu ponto de vista. O que não quero é a casa artificial, em que o homem não se sinta bem dentro dela, porque em realidade, nós queremos a saúde física e mental do homem. E se nós o colocamos numa casa, em que ele se sente como se estivesse numa prisão, então nós estamos absolutamente errados. Mas para isto não é o engenheiro, não é o arquiteto quem resolverá os problemas. Nos países, como a Alemanha, que teve um problema imenso depois da última guerra — e lá eu estive quase um mês estudando o problema da habitação social — lá eles se preocuparam muito com isso, com esse problema de fazer uma casa para o homem, e não fazer com o que o homem se sinta dentro de uma casa, porque não tem outro lugar onde ficar.

Na Alemanha até discordaram da política brasileira, da casa própria, aliás isso é uma herança portuguesa, sabe V. Ex^a. Lá, eles não se preocuparam em fazer a casa própria; eles fizeram a casa ou apartamento para alugar, em termos completamente diferentes do nosso e nós não os pudemos imitar, mas em verdade resolveu o problema da Alemanha porque, sabe V. Ex^a que mais de 50% das habitações na Alemanha foram destruídas pela guerra, e eles hoje recuperaram tudo ou quase tudo, financiando as empresas, a juros que eu não devo dizer porque vai nos humilhar demais. De maneira que, houve ainda a participação do social, efetivamente. Quando eu estive lá em 1968, o Ministro da Habitação me disse que o alemão que ganhava até 3.000 marcos tinha uma ajuda do Estado para pagar o aluguel da casa. Quem ganhava mais de 3.000 marcos não; mas até 3.000 marcos tinha uma ajuda do Estado. E se era viúva incapaz de trabalhar ou homem idoso também tinha essa ajuda para pagar o aluguel. Agora, esses aluguéis não eram como os aluguéis no Brasil; esses aluguéis eram fiscalizados pelo Ministério de Habitação, estandardizados de acordo com a área e a renda per capita do habitante daquela área que iria ocupar aquela casa. Isso tudo feito sabe por quem? Pela Universidade. A Universidade é quem disse se encarrava. Aqui não; aqui isso é tudo feito, vamos dizer, a golpe de imaginação.

O Sr. Alberto Silva — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. ADERBAL JUREMA — Pois não, ouço V. Ex^a

O Sr. Alberto Silva — Nobre Senador, eu creio que essa questão da casa piauiense merece um esclarecimento. V. Ex^a levantou, hoje, uma questão muito importante; eu já me solidarizei com V. Ex^a sobre o seu próximo pronunciamento e sobre a tese que defendo. A casa do Piauí nasceu, só foram 92, porque eu deixei o Governo e depois que eu sai ninguém mais quis continuar. O problema foi o seguinte: foi a universidade, nobre professor e Senador Aderbal Jurema, professor em primeiro lugar e Senador em seguida; foi a universidade do Piauí quem estudou a casa.

O SR. ADERBAL JUREMA — Parabenizo-me com V. Ex^a

O Sr. Alberto Silva — Lá havia sociólogos, pessoas que me disseram que a casa não podia deixar de ter três quartos, porque era um quarto para o casal, um quarto para as moças e um quarto para os rapazes. E não se poderia viver numa casa de menor área do que 76m². Deveria ter uma salinha, uma cozinha, e, sobretudo, um pequeno quintal para o nordeste a fim de que se tivesse uma pequena horta dentro de casa ou seu bichinho, como sabe V. Ex^a. Partindo dessa premissa, veio uma segunda. O salário mínimo era 300 cruzeiros. Quanto é que uma pessoa pode pagar por uma habitação ganhando 300 cruzeiros? Na verdade, eles concluíram que seria nada. Estabeleceu-se, então, 15 cruzeiros por mês para um salário mínimo de 300 cruzeiros. Veja V. Ex^a que a casa surgiu de um estudo sério. Verificou-se, então, que na tabela do BNH 15 cruzeiros por mês equivalia a 12 mil cruzeiros de empréstimo, dentro das tabelas. O preço 12 mil cruzeiros definiu a casa. Baseando-se nisso, debruçaram-se os engenheiros e os técnicos para fazer uma casa de 76m² com três quartos, sala, cozinha e quintal murado, por 12 mil cruzeiros. Aí veio a pesquisa, nobre Senador, só vai assim. E, através da pesquisa, fizemos a casa muito boa, muito econômica e própria para a região em que ela foi construída. Levei a fotografia da casa ao Presidente Geisel, que estava, então, na Presidência. Ele olhou e perguntou: — “O que é isso? Isso é uma casa popular. Ele olhou, “Mas é muito boazinha! Muito boazinha”. E disse o seguinte: — “Eu só entendo uma casa popular que tenha o seu lugar onde as pessoas possam criar os seus bichinhos...” Perfeitamente, essa tem, é murada, Presidente. “Também que tenha o seu jardimzinho”. Veja pela fotografia que tem seu jardim, para que as crianças possam ter o seu lazer e a área. Depois de tudo pronto ele perguntou: — “O que o Senhor quer que eu faça? Que eu determine ao BNH que aceite esta casa como um padrão a ser construído no Nordeste. Ele deu a ordem, e o BNH, mudou o padrão e aceitou. As noventa e duas, nobre Senador, foram apenas um teste para provar que é possível fazer. Então, elas foram construídas e o Presidente Geisel inaugurou-as junto com quatro Ministros, e todo o pessoal que andava com ele. E, ao entrar na casa teve a seguinte expressão, dirigindo-se ao Presidente de então do BNH: — “Por que o Senhor não faz 50 mil casas destas no Nordeste?” E ele saiu-se com esta: — “Se Vossa Excelência me emprestar este Governador, eu faço.” Então, eu quero dizer que é possível e viável. E, depois que eu deixei o Governo, este padrão foi abandonado e as melhores casas populares que existem na Capital do Piauí são aquelas, porque são boas, são ótimas, são confortáveis e custaram este preço. Resultado da pesquisa...

O SR. ADERBAL JUREMA — Antes de ceder o aparte à nobre Senadora Eunice Michiles quero chamar a atenção dos Srs. Senadores para o seguinte fato. Sou pioneiro aqui em Brasília, eu vim para Brasília em 1960. Horrорizou-me as superquadras da Asa Sul, com relação

a parte da casa dedicada às domésticas. Morei na SQS 108, não tem janela, nem ar, nem coisa alguma. Então, é esse o tipo de casa que se quer fazer no Brasil. Ninguém mais do que eu, foi admirador de Juscelino Kubitschek, ninguém mais do que eu nesta Casa tem exaltado Juscelino Kubitschek de Oliveira. Mas ele claudicou nisso, ele fez Brasília sem ouvir os assistentes sociais, os antropólogos e os sociólogos como Gilberto Freire, em pronunciamento corajoso, na época, disse. E constatamos ainda hoje, nos apartamentos, que os cômodos dos empregados é uma desgraça, e no entanto dizem que essa cidade foi planejada por um socialista. De maneira que não entedemos que tipo é esse de socialista.

Com prazer eu ouço a nobre Senadora Eunice Michiles.

A Sr^a Eunice Michiles — Senador Aderbal Jurema, acho que todos nós temos o justo reconhecimento pelo Programa Nacional de Habitação, acho que realmente é uma conquista social inegável. Agora veja que nós entendemos que o fluxo de construções de casas tem sido menor também porque o BNH ainda tem que atender às grandes obras de saneamento, quer dizer, que ele tem essa parte da missão. Mas o que eu queria acrescentar ao seu pronunciamento, quanto diz que o BNH deveria ouvir o homem, eu queria especificar um pouco mais, acho que deveria ouvir a mulher.

O SR. ADERBAL JUREMA — Quando eu falo homem, Senadora, eu não estou vestindo calças no gênero humano. Tanto pode ser a mulher como o homem.

A Sr^a Eunice Michiles — Eu quero apenas especificar, porque eu acho que se fosse...

O SR. ADERBAL JUREMA — Que há peculiaridades, isso que V. Ex^a quer assinalar.

A Sr^a Eunice Michiles — Claro. Acho que se deveria ouvir a mulher, em relação à habitação, porque quem entende de casa somos nós.

O SR. ADERBAL JUREMA — Eu vivo mais tempo dentro de casa. Permita-me, sem interromper V. Ex^a, uma vez que uma pesquisa americana deu, inclusive, o número de quilômetros que a mulher anda durante o dia, dentro de sua casa.

A Sr^a Eunice Michiles — Vi algumas construções populares no Amazonas em que, qualquer dona de casa, veria que não deveria ter sido construída daquela forma. Quer dizer, ninguém se deu ao trabalho de ouvir a mulher sobre o que ficaria mais prático, mais fácil, mais funcional e, provavelmente, mais barato. Acho que está muito carente disso, pois a mulher que é quem vai habitar, de fato, aquela casa. Ela deve opinar, deve ser ouvida. Acho que o BNH faria muito bem em incluir mulheres nos quadros dos seus projetistas. E faria muito melhor se, em todos os Estados, na sua agência do BNH, tivesse uma mulher na sua direção, porque teria muito mais possibilidade de, em primeiro lugar, baratear a obra, disso tenho certeza; em segundo lugar, tornar a coisa muito mais funcional. Acrescentando ainda um item: no interior do meu Estado, as casas populares, padronizadas, que são feitas, não se adaptariam àquela região porque são, como diz V. Ex^a, gaiolas. A pessoa não se sentiria bem vivendo ali dentro.

O SR. ADERBAL JUREMA — De gaiolas bastam as do Rio.

A Sr^a Eunice Michiles — Exatamente. Agora, veja que as pessoas têm uma grande aspiração que seria melhorar a sua casa. Então eu pergunto, por que o BNH não faz um programa — isso já foi motivo de projeto que fiz quando Deputada Estadual, no meu Estado. Que o

BNH fizesse um projeto, alguma coisa, que pudesse atender a essa população que tem a sua casa, tem o seu terreno, tem o seu porco, sua galinha, suas bananeiras e não quer sair de sua casa, mas que pudesse melhorar, dar melhor condição de habitabilidade àquela casa.

Acho que o BNH deveria repensar sobre esse projeto. Porque, na verdade, esse projeto de casa padronizada, mesmo mais barata, não atende às aspirações e necessidades do homem, pelo menos do interior do meu Estado. Isso deveria ser, realmente, repensado. Alguma coisa que não se levasse tanto em consideração o custo em si mas o atendimento à necessidade do homem do interior. Muito obrigado por esta oportunidade.

O SR. ADERBAL JUREMA — O aparte de V. Ex^a ao meu discurso foi da maior importância, porquanto V. Ex^a chamou a atenção para um problema fundamental na qual seja o de que os engenheiros, construtores, arquitetos, devem atentar, quando V. Ex^a diz que é preciso que a mulher participe diretamente. A mulher, em nossa civilização, em nossa organização social, conhece muito mais a casa do que o homem. Isso V. Ex^a tem absoluta razão. Agora, quando eu me referi a ouvir o homem, é justamente para ouvir a pessoa que vai habilitar, porque a casa não é feita para ser habitada por monstros de outros planetas e, sim, para ser habitada por pessoas que vivem neste Planeta. Por isso é que eu continuo a dizer que Gilberto Freire tinha razão quando Brasília, construída com essa beleza arquitetônica tão surpreendente, não ouviu o homem, e aí estão os erros de Brasília que, até hoje, não puderam ser corrigidos.

O Sr. Octávio Cardoso — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. ARDEBAL JUREMA — Concederei o aparte a V. Ex^a, para encerrar o meu discurso.

O Sr. Octávio Cardoso — Apenas, gostaria que não passasse como uma indelicadeza ao nobre Senador Alberto Silva o fato de eu ter dito que S. Ex^a construiu apenas noventa e duas casas em seu Governo. S. Ex^a explicou que começou a construir as casas já no final do seu Governo. Certamente, os piauienses devem ter lamentado a sua saída, com uma solução tão prática para o problema habitacional. Mas, fundamentalmente, nobre Senador Aderbal Jurema, o problema é de custo. O BNH, que tem cometido muitos erros nesse campo, e não nego naturalmente os acertos e a grande obra que realizou, permitiu que empreiteiros construíssem habitações de má qualidade para alcançar custos baixos, construções que se deterioraram muito rápido no tempo. Hoje, conhece-se alguns projetos de construção que são verdadeiros primores de adaptação de habitação ao meio em que são implantados. E, além da casa econômica, que já nos referimos, existem também projetos de financiamento de habitações em terrenos esparsos de propriedade dos interessados nos financiamentos. Certamente, um dia chegaremos ao ponto desejado e enfocado, com muita propriedade, por V. Ex^a, de fazermos as habitações compatíveis com o nível social, o meio, a região em que o homem vive e onde naturalmente deve se sentir bem na sua casa, que é o seu grande mundo.

O SR. ADERBAL JUREMA — Agradeço, mais uma vez, a participação de V. Ex^a, através de seu esclarecido aparte. Quero dizer que não foi sem razão que vim aqui tratar de uma vila popular, construída pelo Governo de Pernambuco, com o nome de "Bola na Rede". Foram tantos os gols, através desses apartes, neste meu pronunciamento, que me sinto absolutamente satisfeito.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Senador Benedito Ferreira.

O SR. BENEDITO FERREIRA (PDS — GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Uma inquietação inicial e que está virando um pânico generalizado vai tomando conta dos arraiais da agropecuária em Goiás e do volume de produtores em sérias dificuldades financeiras ante o Banco Central. Pelos agropecuaristas de outros Estados, que têm me procurado aqui no Senado, ultimamente, em virtude da série de discursos que temos feito, aqui, desta tribuna, sobre o problema do crédito rural. Mas pude avaliar, Sr. Presidente, o volume de angústia e de desespero do setor em face às penalidades que vêm sendo aplicadas aos inadimplentes do Crédito Agrícola pelo Banco Central. Também pude constatar que não é realmente um problema só da minha região, do meu Estado, mas é, sem dúvida, a essa altura, um verdadeiro flagelo nacional.

Talvez, por serem excessivamente otimistas e, em consequência, os que, por viverem permanentemente em contato com os milagres da natureza, e, por esta razão, muitos, senão a totalidade dos desesperados de hoje aguardassem esperançosos um quase milagre, um despertar de consciência dos tecnocratas que vinham possuindo e governando o País, até bem pouco, e modificassem a legislação vigente.

No entanto, Sr. Presidente, fazendeiros mais que tradicionais, homens honrados e trabalhadores, orgulhosos de suas ingentes e extraordinárias realizações nas glebas, até mesmo arrogantes, no que diz respeito ao cumprimento dos seus compromissos, ao ponto de desprezarem os contratos, os "chamados papéis assinados", e valorizarem muito mais a simples palavra empenhada, pois bem, Sr. Presidente, esses homens briosos e de mãos calejadas, esta espécie que, desgrazadamente, já é quase "Raça extinta" nas cidades, após venderem o seu rebanho e tentarem, na maioria dos casos, venderem as suas Glebas, para pagarem os empréstimos bancários, estão agora, descobrindo, em muitos dos casos, que, mesmo desfazendo de tudo que possuem, não darão conta de pagar os seus compromissos, as suas dívidas, acrescidas das multas que lhes são impostas, com o agravante de ficarem impedidos de contrair novos financiamentos.

Como assinalado, Sr. Presidente, e disto todos nós temos conhecimento, os remanescentes, os mais que crônicos Patriotas impenitentes, que ainda insistem e teimam em fazer agropecuária em nosso País, vivem muito mais alimentados e nutridos pela esperança de dias melhores, de que, "Se Deus quiser, o ano que vem vai ser bom", do que mesmo de lucros ou simples remuneração pelo trabalho.

Aliás, Sr. Presidente, não estamos comentando nada de novo, visto que todos nós, o Senado, a Câmara dos Deputados, o Poder Executivo, enfim toda a Nação está "cansada" de saber o quanto temos agido e legislado em desfavor da agropecuária, que não faz passeatas, protestos ou greves, enfim não nos pressionam nem mesmo através dos meios de comunicação, ao mesmo tempo, ante a insaciedade sempre crescente, do egoísmo suicida e cultivado, com tanto desvelo, na área urbana, fomos alimentando um sistema de transferências de rendas, de descapitalização da agropecuária, para manter um consumismo desenfreado nas nossas cidades que, vale repetir, tenho fundados receios, a esta altura, nos falte os meios e a autoridade para colocar um paradeiro. No entanto, uma coisa todos temos certeza já está nos custando muito caro, em termos de escassês de alimentos, e que irá, muito proximamente, não havendo uma profunda e urgentíssima mudança de rumos, irá, repito, nos custar até mesmo lágrimas de sangue.

E por que, tudo isto, Sr. Presidente, haverão de indagar os que forem escrever a história da nossa geração, política, sobretudo, irão querer saber onde estavam os Líderes, os Políticos com "P" maiúsculo que consentiram esta política minúscula ou politiquice de andarmos a re-

boque da opinião pública, de agirmos como cortejões das momentâneas e invariavelmente confusas e mais que dispersas vontades dos grupos urbanos que nos pressionam, a eles cedendo e concedendo tudo o que realmente precisam, é verdade, mas concedendo muito de supérfluos que as nossas rendas urbanas jamais poderiam pagar e para fazê-lo, fomos segurando e saqueando a agropecuária, mesmo pagando o preço do imponderável e mais que danoso êxodo rural.

Criamos um círculo vicioso para alimentar a orgia do consumismo da população carente urbana, adotamos o "milagre". Só que deveria e precisaria ser o verdadeiro Milagre Teológico, para dar certo. Na falta deste, adotamos o milagre do "Jeitinho", fomos descapitalizando a agricultura, com tabelamentos, confiscos e impostos além de obrigá-la a comprar a preços de mercado ou até acima destes, com o simulacro dos subsídios dos juros dos financiamentos para a produção.

Ao mesmo tempo, com preços políticos nos alimentos, — e, para este aspecto, eu pediria a atenção dos Srs. Senadores, especialmente do nobre representante do Rio Grande do Sul — no caso exclusivamente para as áreas urbanas e, em especial, nos chamados grandes centros, ao ponto de chegarmos ao absurdo de, no Rio de Janeiro e Brasília, segundo estudo do I.B.G.E., através do ENDEF — Estudo Nacional de Despesas Familiares, os nossos habitantes de Brasília e do Rio de Janeiro pagarem, como ainda hoje pagam, invariavelmente, de 40 a 50% menos pelos cereais do que os consumidores dos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, que produzem 2/3 dos grãos do País.

Pois, bem, Sr. Presidente, não importa tal iniquidade, o que importa, o que vale mesmo, é agradar as "massas-votantes", prover-lhes dos meios para que tenham automóveis, mesmo não podendo pagar bicicletas, televisões a cores e quantos eletrodomésticos e demais bens que as "nossas indústrias" coloquem no mercado, universidades gratuitas para produzir "doutores desempregados" enquanto nos faltam escolas profissionalizantes de nível médio e temos milhões de crianças sem matrículas no ensino primário.

Casas e apartamentos a custos proibitivos pelo BNH para a maioria que não poderia pagar um simples barraco, e, para tudo isto e o mais, que iríamos longe para enumerar, utilizando não só a totalidade das poupanças internas mas muito mais, dólares emprestados a juros proibitivos, para os chamados investimentos urbanos e custear o petróleo e remessa de lucros dos "nossos automóveis".

Mas, tudo isto, redundará numa deseconomia, dizem e ainda ousam dizer alguns poucos, neste País, e as favelas se agigantando em consequência do êxodo rural, produto da descapitalização e abandono do setor? Indagarão alguns impenitentes "chatos ou caxias" como eu, mais tantos outros patriotas por aí estão assim a indagar.

Não nos importa, ou pelo menos até aqui tem parecido nada significar, visto que, com dólares emprestados, vamos criando empregos e não oportunidades de trabalho nas cidades, custando estes, em dinheiro emprestado, em média US\$ 14 a 15 mil de investimentos, enquanto vamos deslocando do campo para a cidade, da estatística da produção para a estatística do subconsumo a mão-de-obra e, o que é pior, as famílias trabalhadoras e honradas, para serem convertidas em mais e mais favelas e favelados, naturalmente porque não resistindo às pressões, entendemos ser mais "econômico" dispendir 14 a 15 mil dólares emprestados para criar um "emprego" nas cidades, enquanto para criar uma efetiva e produtiva oportunidade de trabalho na agropecuária, gastaríamos pouco mais de mil dólares de investimentos.

A moda, Sr. Presidente, o modismo, a "onda", é o distributivismo, distribuir, distribuir generosa e fartamente o que não ganhamos, não produzimos, não economizamos e, tanto é verdadeira esta já preponderante e mais

que desastrosa preocupação, que possuem os políticos do Brasil que até inserimos no texto da nossa Constituição em seu item I do Art. 165, que, mesmo como uma aspiração, um simples e generoso desejo do constituinte, estabelecemos uma regra única no mundo atual.

Vejamos o que reza o item I do Art. 165 da nossa Carta Magna.

"Art. 165. A Constituição assegura aos trabalhadores os seguintes direitos, além de outros que, nos termos da lei, visem a melhoria de sua condição social:

I — salário mínimo capaz de satisfazer, conforme as condições de cada região, as suas necessidades normais e as de sua família."

Ora, Sr. Presidente, todos sabemos que o chamado salário mínimo, decretado por tutela governamental como o mínimo que se pode pagar ao incapaz, ao desqualificado profissionalmente. E, onde Sr. Presidente, em qual país desenvolvido ou em desenvolvimento do mundo de hoje, uma família vive senão sob o regime de rendimentos ou receita familiar?

No entanto, Sr. Presidente, a hipocrisia, a irresponsabilidade do distributivismo de um lado, e de outro um novo tipo de vigaristas e aproveitadores, rotulados indevidamente de empresários, constituindo no Brasil uma nova casta, a dos chamados "empresários-ricos das empresas pobres", frequentadores assíduos dos coquetéis e colunas sociais, e, por isso, sem tempo para trabalhar e dirigir os seus negócios, mas, com tempo mais que suficiente para serem agradáveis aos bancos e aos governantes, para conseguirem vultosos empréstimos que nunca serão resgatados, quanto muito, ao final da "orgia empresarial", entregam os ferros velhos ao governo e pronto, temos aí mais uma empresa estatal, mais um aliado ao distributivismo inconsequente. Privilégios e imoralíssimas mordomias, além de salários e vantagens aos demais empregados, notar que, nem sempre trabalhadores, acima do que efetivamente produzem e, o que é pior, muito acima da média do mercado real de trabalho.

E, Sr. Presidente, o pior, o muito pior é que, como governantes, ao meio desta balbúrdia ou orgia do distributivismo, temos estimulado e legitimado tal situação. O resultado, Sr. Presidente, aí está, já é latente e até mesmo já em plena efervescência o sentimento de mágoa e até de ódio entre empregados, empregadores e governantes.

O Sr. Fábio Lucena — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. BENEDITO FERREIRA — Pois não, nobre Senador.

O Sr. Fábio Lucena — Poderia V. Ex^a ter a gentileza de repetir o trecho que antecede ao nascimento de novas estatais?

O SR. BENEDITO FERREIRA — Eu me reportava aos Estados...

O Sr. Fábio Lucena — Não que eu não estivesse prestando atenção, pelo contrário, estava bastante atento ao seu pronunciamento, mas não consegui entender aquele trecho.

O SR. BENEDITO FERREIRA — Os novos ricos, os chamados empresários ricos de empresas pobres...

O Sr. Fábio Lucena — Eu não consegui entender que V. Ex^a esteja colocando no mesmo nível de empregados todos os funcionários das empresas estatais. Parece-me que V. Ex^a, o que não é do seu feitio, comete uma profunda injustiça com as empresas estatais, porque se há, como V. Ex^a fala, esse ferro velho do qual nascem novas estatais, nem todas elas são produtos de sucata. Parece-me ser isso o que V. Ex^a quis afirmar, talvez esteja enganado.

O SR. BENEDITO FERREIRA — Reportei-me a essa onda de empresas que foram sendo entregues ao Governo, daí o vulto extraordinário de estatização que atingimos, e digo isso profundamente magoado como empresário, de verificar que essa nova onda de empresários ricos e empresas pobres que têm surgido no Brasil, nos últimos anos, é que têm permitido esse volume de intervenção estatal, que já hoje faz inveja até aos chamados países comunistas.

Mas, dizia, empregados, nem sempre trabalhadores.

O Sr. Fábio Lucena — Mas V. Ex^a generaliza.

O SR. BENEDITO FERREIRA — Empregados, nem sempre trabalhadores, porque há os trabalhadores...

O Sr. Fábio Lucena — De todas as estatais?

O SR. BENEDITO FERREIRA — Ex^a, eu diria que, lamentavelmente, tal é o descaso, e aí responsabilizo mais uma vez os empreendedores do Brasil, tais os preconceitos à vida pública, tal o desprezo ao homem e à vida pública, neste País, que ainda hoje, em que pesem todos os agravantes decorrentes da crise política que este País vem atravessando, porque ela é muito mais política do que qualquer outra coisa, sobretudo no que diz respeito à educação; mas a verdade é que o nosso empresariado, só agora, depois que a coisa está entornando, é que começa ele a comparecer e a oferecer-se para encontrar caminhos, porque na maioria dos casos, quando solicitados pelos Partidos políticos a participarem da vida pública, a emprestarem o seu concurso e a sua experiência, eu ouvi de muitos companheiros meus de empresa: Política é coisa para malandro. Política é uma coisa imoral. Política é uma coisa indecente, e não vou assumir o risco de ser achincalhado, e de ser desmoralizado. Daí por que eu não farei política.

Mas, então, eu diria a V. Ex^a que a omissão, nossa também, como empresários, de muitos de meus companheiros empresários, empreendedores, permitiu que surgisse, no Brasil, muitas dessas empresas estatais que aí estão, hoje, a asfixiar, a exigir mais e mais arrecadação, como ainda ontem eu podia dizer na reunião do meu Partido, examinando a proposta do chamado Grupo dos Onze, que não há como mais falar em aumentar alíquotas dos tributos, porque a carga tributária já está insustentável. Porque, em realidade, o aumento de alíquota, sabe V. Ex^a, é penalizar a quem paga e premiar quem sonega.

Então, sugeria eu que fosse incorporado à nossa proposta, ao projeto do Grupo dos Onze, um aprimoramento na máquina fiscal, mas não um aumento de alíquotas. Mas quis eu, nobre Senador, em momento algum — até porque não trago isso no propósito do meu pronunciamento — condenar ou jogar na vala comum todas as empresas estatais. Até porque acho que as generalizações não devem fazer de quem busca caminhos; elas tumultuam, elas turbam o entendimento, seja de quem ouve e até mesmo de quem fala.

Eu não tinha o propósito de tratar das estatais, que têm um desempenho realmente muito bom, desempenho, muitas vezes, a nível que pode ser chamado de ótimo, como é o caso por exemplo do Banco do Brasil, como é o caso da própria PETROBRÁS. E a esse respeito, a não ser que tenha mudado de alguns anos para cá, mas quando Deputado, nos idos de 60, eu pude fazer uma devassa na PETROBRÁS. E ali constatei que muitas das queixas, até formuladas por empresários, nem de longe correspondiam à verdade; entre elas uma série de artigos de um eminente homem público, escritor, intelectual, grande economista, que é o mestre Eugênio Gudin, em que ele fazia acerbas críticas à PETROBRÁS, porque ela gastaria mais homem do que as empresas privadas — e naquele tempo existiam duas pequenas, no Brasil, que refinaram petróleo — gastaria a PETROBRÁS mais homens do que as demais, por barril de petróleo refinado.

E eu descobri porque, com muita facilidade. Porque, na realidade, as empresas privadas ficavam com o filé da refinação aquilo que mais convinha, aquilo que mais consultavam seus interesses. Mas a PETROBRÁS não, a PETROBRÁS tinha que refinar para atender às reais e totais necessidades do mercado. Então tudo aquilo que fosse rentável ou de maior rentabilidade ficava para as duas maiores empresas, uma no Estado de V. Ex^a, e aquela outra no Rio de Janeiro.

Daí por que estou citando esse caso para mostrar a V. Ex^a que não é meu propósito generalizar críticas e queixas às estatais. Mas V. Ex^a vai convir comigo. O fenômeno Decreto-lei nº 2.045 por que ele aqui está a exigir que se reduza a 80% do INPC, quando todo o empresariado está a dizer que não há necessidade dessa redução salarial; mas o empresariado privado, esse que gere bem os seus negócios, esse que otimiza todos os fatores de produção e que poderão suportar, como têm suportado até aqui, os encargos do total do INPC sem repassar para os custos dos produtos finais. Mas esse decreto, Ex^a, como está, e daí o empenho do Governo, é para diminuir o déficit público desse glutão insaciável, desse imponderável Frankstein que aí tem o rótulo também chamado de empresas estatais.

O Sr. Fábio Lucena — Quer dizer, Ex^a — e me permita — que só há um caminho para reduzir o déficit público: é subtraindo, mais e mais, os parcos rendimentos dos trabalhadores.

O SR. BENEDITO FERREIRA — Essa é a nossa divergência. Acho que o pessoal das estatais...

O Sr. Fábio Lucena — Porque enquanto se estabelece 80%, sobre o INPC, para os reajustamentos salariais, o mesmo Governo que isso propõe ao Congresso estabelece 130% no reajuste da casa própria.

O SR. BENEDITO FERREIRA — V. Ex^a não leu o Decreto-lei nº 2.045, desculpe-me, ou tresleu, porque se V. Ex^a tivesse lido o decreto verificaria que aqui...

O Sr. Fábio Lucena — Qual o artigo do decreto que V. Ex^a quer que eu cite?

O SR. BENEDITO FERREIRA — Se V. Ex^a leu, logo verificou, então, que lá está inserido que os reajustes das prestações do BNH serão de 80%; que os aluguéis, a partir da vigência do decreto, serão reajustados na base de 80%. Então V. Ex^a invoca, aí, uma figura que realmente descabe.

O Sr. Fábio Lucena — Invoco uma figura que está em vigor.

O SR. BENEDITO FERREIRA — Não. Em vigor estão os 80%, Excelência.

O Sr. Fábio Lucena — Em vigor estão os 130% para os reajustes ou em vigor estão os 80% para os reajustes salariais.

O SR. BENEDITO FERREIRA — Perdão, Excelência. O decreto-lei está em vigor.

O Sr. Fábio Lucena — Perdão peço eu.

O SR. BENEDITO FERREIRA — V. Ex^a está equivocado.

O Sr. Fábio Lucena — O que está em vigor é o reajuste salarial na base de 80% do INPC.

O SR. BENEDITO FERREIRA Nobre Senador Fábio Lucena, o decreto é o inteiro; ele entrou em vigor no seu inteiro teor. O Decreto-lei nº 2.045 fixa em 80% os reajustes do INPC para os salários, fixa os reajustes de 80% para os aluguéis, como fixa também em 80% o rea-

juste das prestações do mutuário do Plano Nacional de Habitação.

O Sr. Fábio Lucena — Pelo amor de Deus, Excelência. Há diferenças fundamentais.

O SR. BENEDITO FERREIRA — Porque há contrastos celebrados.

O Sr. Fábio Lucena — Pelo amor de Deus, Excelência. A diferença ao critério da opção, ao critério que estende até aos que ganham até três salários mínimos, onde a proposta do Partido de V. Ex^a, que tivemos o cuidado de estudá-la com a acuidade que ela mereceu e merece, ela me parece que proporá o pior, ao estabelecer que aqueles que ganham até três salários mínimos terão a faculdade de negociar o reajuste com o empregador. Ora, Ex^a, eu lhe pergunto: o trabalhador que ganha até três salários mínimos é evidentemente, um trabalhador de mão-de-obra pouco qualificada, eu não diria desqualificada. Mas na medida em que um trabalhador que ganha até três salários mínimos for negociar os 20% dos 80 até os 100% do INPC com o empregador, evidentemente que o empregador tendo 10 desempregados na fila, e tendo um para negociar com ele, vai pô-lo na rua e vai chamar quem está lá fora. Essa é a síntese da iniquidade, nobre Senador Benedito Ferreira.

O SR. BENEDITO FERREIRA — Veja V. Ex^a que estamos nos desviando do propósito do meu pronunciamento.

O Sr. Fábio Lucena — V. Ex^a com a sua grande experiência, com a sua notável cultura, haverá de convir que o Decreto-lei nº 2.045 é tanto contra o trabalhador como contra o empresário e contra o próprio Governo. Ele só interessa mesmo a não se sabe quem; só interessa às imposições do FMI.

O SR. BENEDITO FERREIRA — Não há imposição do FMI.

O Sr. Fábio Lucena — Como não há?

O SR. BENEDITO FERREIRA — Não há.

O Sr. Fábio Lucena — Está no acordo do FMI, Ex^a

O SR. BENEDITO FERREIRA — Não há, em momento algum. O que o FMI, pede ao Brasil...

O Sr. Fábio Lucena — Está no acordo.

O Sr. BENEDITO FERREIRA — Nós estamos nos desviando e V. Ex^a vai-me levando para um assunto que não vim aqui debater.

O Sr. Fábio Lucena — Mas V. Ex^a é um democrata...

O SR. BENEDITO FERREIRA — Mas eu não vim debater o 2.045. V. Ex^a vai desviando. Então eu gostaria que V. Ex^a concluísse o seu aparte, para que eu pudesse responder a V. Ex^a

O Sr. Fábio Lucena — Eu comecei o meu aparte e V. Ex^a o cassou, democraticamente.

O SR. BENEDITO FERREIRA — Eu não casei o seu aparte, foi o anseio de debater com V. Ex^a Mas, eu pediria que V. Ex^a concluísse porque eu estou tentando dar-lhe explicações.

O Sr. Fábio Lucena — Eu concluo, retornando à razão de ser do aparte. Eu perguntava se V. Ex^a generalizava no que competia às empresas estatais e V. Ex^a disse que não, citou até exemplos como o Banco do Brasil, a PETROBRAS.

O SR. BENEDITO FERREIRA — E poderia citar outras quantas por aí, que ainda atuam na faixa da eficiência.

O Sr. Fábio Lucena — Mas, eu acredito que um homem com a responsabilidade de V. Ex^a, com a responsabilidade de Senador, e todos os Senadores ao citarem que de sucatas nascem novas estatais. Em outras palavras foi o que eu deparei da alocação de V. Ex^a

O SR. BENEDITO FERREIRA — Eu não usei essa expressão, eu disse ferro-velho, equipamentos velhos.

O Sr. Fábio Lucena — De ferro-velho para sucata me parece que a diferença é quase nenhuma. Parece-me que deveria haver distinção entre o ferro-velho que fornece a uma empresa estatal — que não é estatal, que pode ser, no máximo, um cabide de emprego para atender a interesses não sociais, que existem de fato — e empresas estatais que realmente convêm aos interesses da sociedade brasileira. Era esse o teor do aparte que eu queria dar a V. Ex^a, e desculpe-me por tê-lo induzido a fazer a digressão que fez, que foi muito lúcida, muito importante para o debate, porque trouxe a posição de V. Ex^a a respeito do 2.045, em que V. Ex^a fez a distinção, e se não a fez vai fazer o reajuste salarial ao reajuste dos aluguéis, e do reajuste do pagamento das prestações da casa própria. Desculpe-me, Sr. Senador Benedito Ferreira.

O SR. BENEDITO FERREIRA — Nobre Senador Fábio Lucena, eu recolho o aparte de V. Ex^a, porque realmente, ele enriquece o meu modesto pronunciamento. Na verdade, tivesse eu o propósito de analisar a política salarial, e faço uma alusão *en passant*, eu teria sido mais cauteloso no aprimoramento até do vernáculo, se soubesse que V. Ex^a ou outro nobre colega preferisse pinçar uma alusão que fiz a esse gesto inconsequente de empresas, desse chamados empresários com "e" minúsculo, que criaram esta nova figura no Brasil desse tal executivo, o executivo que ganha somas astronômicas — porque o empresário não tem tempo para estar lá na empresa, ele não tem tempo para cuidar da empresa, ele está muito ocupado com a coluna social, muito ocupado nos coquetéis, freqüentando os gabinetes ministeriais...

O Sr. Fábio Lucena — Certo, Ex^a

O SR. BENEDITO FERREIRA — Eu darei o aparte a V. Ex^a, desde que me permita concluir meu pensamento.

O Sr. Fábio Lucena — Permita-me. Com o seu perdão. Não é nem com sua permissão, com seu perdão. V. Ex^a que vem da década de 60, com uma longa experiência parlamentar, há de confirmar que esses executivos foram criação do pós-64.

O SR. BENEDITO FERREIRA — Nobre Senador, esse é um fenômeno de uma época da exaltação do egoísmo que eu aludi aqui. Não tenho notícia em época alguma, no Brasil, em que os pais se preocupassem tão pouco com o amanhã dos filhos. Eu chego até a imaginar que hoje há uma preocupação não em preparar um patrimônio para os filhos, mas até em deixar dívida para o filho pagar, tal a nossa ânsia de consumismo. V. Ex^a vai dizer: a ciência não existe é para servir o homem? Eu concordo. A tecnologia não foi criada para servir o homem? Eu concordo. Agora, com o que nós não podemos é, concordar e estimular, ao mesmo tempo. É o que ocorreu conosco; orientamos todas as poupanças internas para garantir esse consumismo, mas para garantir só o consumismo não, para garantir o petróleo para esses automóveis que aí estão, hoje, a nos insultar, a nos agredir. Ga-

rantir também a remessa de lucros desses nossos automóveis, mais do que isso, nobre Senador Fábio Lucena, garantir o petróleo. Quando todos os países do mundo diminuem o consumo, em que pese ao Governo vir penalizando, isto é, tentando reter o consumo pelos aumentos vertiginosos de preços, o Brasil vai aumentando geometricamente o consumo de petróleo. Veja V. Ex^a que o surgimento dessa nova casta de empresários e dos chamados executivos, que em outro país qualquer do mundo civilizado a gente tem notícia de que eles ganham 4,5 vezes o que ganha um operário. Aqui no Brasil não. Aqui no Brasil é preciso ganhar 20, 30, 40 vezes o que ganha o operário, porque ele é um executivo. Executivo, mais das vezes, e aí estão a cada instante as estatísticas das concordatas e das falências. E o volume da responsabilidade que o Banco do Brasil e outros bancos oficiais de crédito, o volume de empresas que esses bancos oficiais têm que estar assumindo para ressarcimento, ressarcimento que, Deus sabe, o que eles nos têm custado.

Dá por que eu aludi à existência do Decreto-lei nº 2.045 que é a fórmula que o Governo está adotando para conter os gastos desse volume indiscriminado de empresas, hoje adjudicadas ao patrimônio do Governo, e com índice de produtividade baixo.

Se V. Ex^a verificar os custos-benefícios dessas empresas, vai verificar que os aumentos dessas empresas, lamentavelmente, normalmente são bem acima do INPC e, em muitos casos, o aumento dos custos dos serviços ou bens por elas oferecidos extrapolam, mais das vezes, até os índices oficiais da inflação.

É a ineficiência, é o desrespeito ao suor do contribuinte, é o desrespeito àquele que, efetivamente, gera recursos para que o Governo possa custear todos os seus encargos, todas as suas despesas.

O Sr. Fábio Lucena — V. Ex^a há de me permitir incluir no seu discurso, porque são dados oficiais e que fariam parte do pronunciamento que era minha intenção fazer nesta tarde, mas desisto, Sr. Presidente, em face da importância do assunto que V. Ex^a aborda. Veja o que publica o jornal *O Estado de S. Paulo*, de anteontem, dia 12:

Os 50 pedidos de concordata registrados em setembro, na capital paulista, representam um acréscimo de 138,1% sobre o mesmo mês do ano passado. São sintomas dramáticos da situação que aflige pequenos e médios empresários, sujeitos às flutuações do ciclo econômico e a uma política tributária e previdenciária que pena os pequenos e médios empresários.

Observe: "... do ciclo econômico e a uma política tributária e previdenciária que pena os pequenos e médios empresários". Que comina penas aos pequenos e médios empresários. Nobre Senador Benedito Ferreira, o que é que tem o assalariado, o que ganha um, dois, três, quatro, cinco e até dez salários mínimos, com essa política tributária, esse ciclo econômico e essa política previdenciária que impõe essas penas tão dolorosas ao pequeno e médio empresário, que são responsáveis por 97% da atividade empresarial do nosso País? Onde entra nisto o 2.045, em que ele vai solucionar isto?

O SR. BENEDITO FERREIRA — Eu direi a V. Ex^a

O Sr. Fábio Lucena — É uma pergunta que eu colocaria para a sua reflexão.

O SR. BENEDITO FERREIRA — Direi já para V. Ex^a, sem maiores reflexões, porque tenho refletido muito.

Primeiro eu disse a V. Ex^a que o empresário privado não reclama o 2.045 para solução. Já deixei isso sem qualquer dúvida. E como empresário, permita-me V.

Ex*, sem falsa modéstia, se houver dois empresários em Goiás — acho que há bem mais — V. Ex*, entre os dois, vai encontrar o seu modesto colega distinguido como um dos dois. Mas um empresário, sem falsa modéstia, de mãos calosas, que se ufana de algumas condecorações, mas a de que ele mais se envaidece de mostrar, são os calos da mão.

O Sr. Fábio Lucena — Inclusive calos obtidos na Região Amazônica, com um trabalho árduo que V. Ex* lá realizou.

O SR. BENEDITO FERREIRA — Muito obrigado; mas, nobre Senador Fábio Lucena, eu dizia a V. Ex* que não é a empresa privada, são as empresas estatais, e o déficit público, a exigência do FMI, não é especificamente sobre a política salarial. Não há em momento algum, não há em nenhum documento, eu posso dizer a V. Ex*

O Sr. Fábio Lucena — São várias as imposições.

O SR. BENEDITO FERREIRA — O que há é uma contenção nos gastos públicos. Uma exigência que eles fazem como emprestadores de dinheiro.

O Sr. Fábio Lucena — E o salário das empresas privadas são gastos públicos?

O SR. BENEDITO FERREIRA — Não Ex*, é que não há como, e sabe V. Ex*, até pelo disposto no art. 153 da nossa Carta Magna, nós não podemos ter os mais iguais e os menos iguais; todos são iguais perante a lei, e os empresários das estatais são regidos pela CLT. Daí por que a proposta do PDS é permitir que as empresas que não precisem repassar para os custos de seus produtos finais, possam extrapolar os 80%.

O Sr. Fábio Lucena — Qual é a empresa que não pode repassar esses custos nobre Senador?

O SR. BENEDITO FERREIRA — V. Ex* há de convir, nobre Senador...

O Sr. Fábio Lucena — Em economia de mercado...

O SR. BENEDITO FERREIRA — Se V. Ex* me pergunta, permita-me responder-lhe, porque, se não...

O Sr. Fábio Lucena — Nobre Senador, toda e qualquer empresa, em economia de mercado, ou repassa os custos para o consumidor ou desaparece, esta é a realidade.

O SR. BENEDITO FERREIRA — Não é o caso, Senador Fábio Lucena. O que há na realidade é que o Governo permitirá, dentro da sua política, que aliás é um paradoxo, pois fala-se em economia de mercado e o Governo tabela. Aliás, essa é uma das minhas maiores queixas no desenvolvimento dessas poucas laudas que ainda restam para serem trazidas ao conhecimento de V. Ex* e da Casa. V. Ex* então vai verificar que esse é um dos paradoxos que nós criamos inexplicavelmente neste País. Criamos uma política de mercado para a economia urbana e uma política de tabelamento, de estatização, — e, hoje, ela se faz mais e mais presente — para a economia agrária, para a economia agropecuária.

Na realidade, nobre Senador Fábio Lucena, a colocação do jornal não é feliz, quando fala que penaliza pequenas e médias empresas. O tributo, a carga tributária penaliza quem paga, penaliza quem não sonega, mas premia quem sonega. Essa deveria ser a colocação, porque há grandes empresas que sonegam...

O Sr. Fábio Lucena — O jornal não fala como fator penalizante a carta tributária e, sim, os pedidos de concordata, que estão quase 150% superiores ao mesmo período do ano passado. A concordata é a porta da fa-

lência, sobretudo agora que se cobra correção monetária sobre as obrigações concordatárias.

O SR. BENEDITO FERREIRA — Veja V. Ex* como estamos de acordo. Digo eu aqui: os empregadores, naturalmente nos setores produtivos e que efetivamente geram recursos para a economia, evidentemente, excluindo-se a quase totalidade dos empregadores do setor terciário e de um modo especial os que atuam na privilegiadíssima área da intermediação financeira, como também os já mencionados empresários ricos de empresas pobres — estes com justiça citados com "e" minúsculo. Mas, o certo é que os efetivamente responsáveis pelo setor produtivo da economia vão, desalentados e profundamente magoados, caminhando para o sentimento da desesperança e os otimistas para as concordatas e falências. No caso, mais acentuadamente no meio rural.

Então, vê V. Ex* que não há como estarmos a polemizar porque, na realidade, parece que estamos falando a mesma linguagem e eu, talvez, prejudicado pela minha pobreza verbal e pelas minhas dificuldades auditivas...

O Sr. Fábio Lucena — Não apoiado.

O SR. BENEDITO FERREIRA — Mas, o certo é que não vejo.

Agora, entendi, e aí invoco a minha dificuldade auditiva, quando assinala que a carga tributária penaliza quem paga, quem contribui e premia quem sonega. Daí porque acho que no Brasil o problema é muito mais de aprimoramento da máquina fiscal, de integrar, porque os interessados, é curioso, se os Estados e municípios têm participação no bolo federal, lamentavelmente são coisas estanques, porque uma fiscalização não colabora com a outra. E saiba V. Ex*, por exemplo, no caso do Imposto de Renda, que uma empresa que for autuada, por omissão de venda, pela fiscalização do Estado, penalizada pelo Estado se isso fosse comunicado à Receita Federal, essa empresa teria automaticamente sua escrita desclassificada e todo o seu movimento jogado para o lucro presumido e, aí, sim, iria pagar tributo sobre um lucro presumido, estimado, com multa de até 300%. Ora, veja V. Ex*, para uma alíquota cujo percentual é de 33%, no caso da pessoa jurídica, imagine-se aplicado sobre isso 300%?

Mas, se realmente, em lugar dos donos dos cargos, houvesse patriotismo, interesse em servir a coisa pública se houvesse em nossos funcionários o sentimento intrínseco de sua denominação, mas, lamentavelmente, não há esse sentimento ainda acendrado em nosso País.

O Sr. Fábio Lucena — E não há, principalmente, nos Ministros da área econômica. Nesses é que o impatriotismo impera. V. Ex* tem toda razão.

O SR. BENEDITO FERREIRA — Nobre Senador Fábio Lucena, já tive, hoje, oportunidade neste plenário, de pronunciar-me sobre isso. É muito cômodo achar um judas para ser malhado. Mas, se V. Ex* analisar com isenção de ânimo, que sei que V. Ex* é capaz, — embora V. Ex* tenha compromisso político-partidário, tenha uma linha partidária a ser seguida — se V. Ex* se debruçar com a sua acuidade, com a sua inteligência, com a sua sensibilidade de homem do povo, tenho certeza de que V. Ex* concordaria comigo, pelo menos em parte, porque tem sido muito cômodo para nós malhar determinadas pessoas, até porque isso faz parte do jeitinho brasileiro. Por exemplo, é muito comum em nós, quando a coisa não dá certo, dizermos: ah! isso é culpa do Governo; quando não, "ah! isso é o destino que Deus me deu". Quer dizer, isso é o eterno escapismo que está intrínseco em nossa formação. É o jeitinho brasileiro de atribuir a determinados demônios, que elegemos, a culpa de todos os nossos desacertos, de todos os nossos erros.

Daí porque não concordo e peço a V. Ex* que me permita discordar de que os responsáveis pelo que aí está se-

riam os Ministros da área econômica. Nobre Senador Fábio Lucena eu invocaria aqui, como argumento único, para melhor reflexão de V. Ex* o aspecto petróleo. V. Ex* há de se lembrar que os países europeus, as velhas civilizações, das quais gostamos muito de copiar aquilo que eles têm de negativo, mas nunca o que eles têm de positivo, e isso também faz parte do jeitinho brasileiro, mas, na realidade, aquelas velhas e consolidadas civilizações que são hoje os nossos credores, hoje mais do que ontem, quando da crise desencadeada do petróleo, souberam conter os seus gastos de petróleo; eles foram andar de bicicleta, Ex* Mas, nós não, nós continuamos aquecendo a máquina fabricante de automóveis e vamos importando petróleo.

O Sr. Fábio Lucena — Nós, quem?

O SR. BENEDITO FERREIRA — Nós, brasileiros.

O Sr. Fábio Lucena — O Governo.

O SR. BENEDITO FERREIRA — Mas o Governo não é uma criatura extraterrena, Ex* o Governo é brasileiro, também. Ele é um produto de nós mesmos V. Ex* não vai negar isso!

O Sr. Fábio Lucena — V. Ex* fala nós,...

O SR. BENEDITO FERREIRA — Nós, os brasileiros.

O Sr. Fábio Lucena — ...V. Ex* inclui a sociedade. A sociedade não foi ouvida no período que se seguiu ao primeiro choque de petróleo.

O SR. BENEDITO FERREIRA — Mas desde quando o povo...

O Sr. Fábio Lucena — A sociedade não foi ouvida.

O SR. BENEDITO FERREIRA — Não, Ex* V. Ex* está equivocado.

O Sr. Fábio Lucena — A sociedade não foi ouvida quando do segundo choque do petróleo.

O SR. BENEDITO FERREIRA — Não, pelo amor de Deus, Senador Fábio Lucena! E qual é o país do mundo...

O Sr. Fábio Lucena — Tudo foi decidido hermeticamente...

O SR. BENEDITO FERREIRA — E tem que ser, Ex*

O Sr. Fábio Lucena — ...pelos Ministros da área econômica.

O SR. BENEDITO FERREIRA — E sempre foi assim e vai ser assim até a consumação dos séculos! Desde quando? Qual é o Líder?! Pelo amor de Deus, Ex*!

O Sr. Fábio Lucena — Deus tenha pena, então, do Congresso Nacional e do povo brasileiro!

O SR. BENEDITO FERREIRA — Pelo amor de Deus, Ex*!

Quando foi ouvido o povo, V. Ex* viu o que aconteceu lá na Judéia.

O povo recebeu, festivamente, Cristo, no domingo. Daí a figura do Domingo de Ramos, tão familiar a nós, cristãos. Recebemo-lo com flores e ramos. Na quarta-feira, nós, o povão, ouvimos, mandamos que soltassem Barrabás e crucificassem Cristo.

Sabe V. Ex* — como Líder popular, sabe V. Ex* como Líder e como homem de Governo, porque V. Ex* como Oposição, não deixa de ser Governo — que desgraçado do País que tiver governante que saia por aí a perguntar

o que o povo quer! V. Ex^a sabe que até entre os irracionais há os líderes que tomam as decisões.

Eu, como criador de gado, digo a V. Ex^a que uma das formas que tenho de evitar problemas com meus vizinhos confrontantes, é colocar sempre as vacas alongadouras — como nós chamamos lá no norte, aquelas que saem dos pastos — as reses mais próximas onde está a madrinha do gado, colocando a madrinha do gado no meio da fazenda. Então, vê V. Ex^a que até entre os irracionais há os líderes que tomam a decisão. A não ser que V. Ex^a preconize que venha o Brasil a ser governado por cortesão da vontade popular, por aqueles que saem por aí, querendo saber o que o povo quer ouvir para eles poderem falar.

O Sr. Fábio Lucena — Diz bem V. Ex^a: até entre os irracionais, os líderes são escolhidos. As grandes manadas escolhem os seus líderes. Só as nações escravizadas é que não podem escolher os seus governantes.

O SR. BENEDITO FERREIRA — Não estamos discutindo isto, nobre Senador. Estou dizendo a V. Ex^a que não vejo como justificar o seu argumento de que o povo não foi ouvido para o nosso endividamento, para a nossa compra de petróleo. Estou tentando lembrar — porque não posso, quem sou eu para esclarecer V. Ex^a? — aguçar, eduzir em V. Ex^a os seus conhecimentos e as suas experiências. Daí por que, nobre Senador Fábio Lucena, insisto, nós somos, realmente, um povo contraditório, somos um povo difícil, até mesmo pelas nossas dimensões territoriais e tendo em conta o nosso desordenamento de ocupação territorial. V. Ex^a sabe, como homem do imenso Estado do Amazonas, aquilo que é solução em outros Estados é problemas para V. Ex^a, como um homem do Estado do Amazonas. O minifúndio, por exemplo. Nada seria mais ridículo do que falar em minifúndio na Amazônia.

O SR. PRESIDENTE — (Moacyr Dalla. Fazendo soar a campainha) — O tempo de V. Ex^a está a terminar.

O SR. BENEDITO FERREIRA — V. Ex^a me adverte, Sr. Presidente, com muita razão.

Eu vou tentar concluir, Sr. Presidente, mas é tão palpitante, e está sendo tão ilustrativo para mim, esse debate com o Senador Fábio Lucena que, realmente, eu tenho que me penitenciar diante de V. Ex^a e do relógio, visto que eu tenho divagado muito e fugido ao objetivo principal. Mas eu pediria ao Senador Fábio Lucena que me relevasse e que não me negasse mais e mais oportunidades de com ele aprender.

Sr. Presidente, este nosso pronunciamento tem um objetivo central.

Mas eu dizia que a hipocrisia e a irresponsabilidade do distributivismo, de um lado, e do outro eu culpo muito os chamados vigaristas e aproveitadores que aqui já citei tantas vezes, que são os tais empresários de empresas pobres.

Mas, Sr. Presidente, o que me deixa triste, em tudo isso, é que o empregado, estimulado por discursos de líderes e políticos pouco atentos às consequências dos seus gestos e palavras, por publicações dos "DIESES" da vida que lhes enculcam, artificialmente, estribados, é verdade, na nossa fantasia constitucional — eu citava aqui, ainda há pouco, o item 1º do art. 165 — o sentimento, a idéia de que estão sendo roubados pelos patrões e que teriam direitos a receber muito mais do que recebem pelo seu trabalho, haja vista a insistência das publicações que circulam por aí, projetando o chamado "salário mínimo constitucional" e cotejando-o com o salário decretado.

Os empregadores, e eu já fiz alusão a este trecho, naturalmente, dos setores produtivos e que efetivamente geram recursos para a economia, e aí excluindo os banqueiros, os privilegiados, evidentemente — o chamado

intermediação financeira, esses estão realmente desgraçadamente indo para concordata, para a falência — excluindo-se à quase totalidade os empregadores do setor terciário e de modo especial os que atuam na privilegiadíssima área da intermediação financeira como também os já mencionados empresários ricos de empresas pobres, estes com justiça citados com "e" minúsculo, mas o certo é que, os efetivamente responsáveis pelo setor produtivo da economia, vão desalentados e profundamente magoados, caminhando para o sentimento da desesperança e os otimistas para as concordatas e falências, no caso, mais acentuadamente no meio rural.

E nós, Sr. Presidente, os governantes, acudados e até mesmo acovardados pelas pressões cada vez maiores e mais sofisticadas através dos meios de "comunicação de massa", vamos cedendo, vamos consentindo e até praticando o "distributivismo" do que não é nosso até chegarmos nos 100 bilhões de dólares externos. E a dívida oficial interna, Sr. Presidente?

A quanto montarão, em cruzeiros, as poupanças, as economias, muitas das vezes realizadas através de duras privações, para serem aplicadas nos chamados papéis financeiros, nas Coroa-Brastel da vida, nas ORTN, nas cadernetas de poupança, e é o caso de se perguntar, a quantos orçamentos da União seria necessários para resgatá-los?

Na verdade, Sr. Presidente, pelo menos na dívida interna temos uma vantagem: as suas cifras, os seus valores ou montantes não povoam os pesadelos, pesadelos e não sonhos dos que pensam no amanhã do Brasil, porque os irresponsáveis vivem sonhando e, em realidade, não é só o povo e os legisladores que ignoraram os números que retratam a dívida interna, visto que somente pouquíssimos tecnocratas ou alguns Ministros, se é que sabem bem, na área do Executivo, a quantas andamos em débitos de principal, juros e correções devidas na dívida interna.

Mais fatos, queixas e lamentos, sabe V. Ex^a, Sr. Presidente, como o sabem os Srs. Senadores, poderíamos prosseguir, quase que infinitamente, mas creio ter trazido o bastante para corroborar a justificativa formal que capea o nosso projeto de anistia aos agropecuaristas penalizados pelo Banco Central do Brasil os quais, por justiça, têm o direito à oportunidade de não perderem o pouco que ainda lhes resta, e por patriotismo têm o direito impostergável de quererem continuar a trabalhar e produzir nas suas glebas, para não virem a ser favelados. Daí, Sr. Presidente, o imprescindível apoio de todos nesta Casa, não só para a aprovação mas para a tramitação em caráter urgente, urgentíssimo, do projeto que ora passou a ler e apresento à consideração do Senado.

Sr. Presidente, este projeto é como a terapêutica heróica: tem de tramitar. Daí por que já estou em busca das Lideranças do meu Partido e do PMDB, como também irei aos Líderes dos demais Partidos, visto que o projeto é como uma terapêutica que não deve atrasar porque, se demorar, pode encontrar o paciente morto, que são os agropecuaristas penalizados pela legislação que aí está, que os nivelou desigualmente.

Sr. Presidente, neste projeto nós tentamos excluir da anistia, sem dúvida alguma, os aproveitadores.

Passo a ler o projeto:

Art. 1º É concedida anistia às pessoas físicas ou jurídicas que tenham praticado infrações às normas do crédito rural até 30 de junho de 1983;

Art. 2º A anistia compreende:

I — a reabilitação do infrator como beneficiário do crédito bancário;

II — o perdão das sanções pecuniárias relativas a inversões executadas com atraso ou cujos financiamentos tenham registrado irregularidades processuais;

Art. 3º Excluem-se da anistia:

I — os reincidentes contumazes;

II — os autores de crime contra a pessoa, conexos às infrações às normas do crédito rural;

III — os condenados em decisão judicial transitada em julgado.

Art. 4º A anistia não elide a obrigação de ressarcimento, com os acréscimos regulamentares, de:

I — cobertura indevidas do "Programa de Garantia da Atividade Agropecuária — PROAGRO;

II — subsídios indevidos;

III — outras vantagens pecuniárias auferidas ilícitamente.

Art. 5º Compete ao Banco Central conceder ou denegar a anistia ex-offício ou a requerimento do infrator.

Parágrafo Único. A concessão da anistia exonera o Banco Central da obrigação de representar ao Ministério Público, no caso de ilícitos penais ou fiscais, exceto na hipótese do inciso II do art. 3º

Art. 6º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Justificação

1 — O notório diferencial entre as faixas de mercado e as taxas do crédito rural, induziu seus tomadores ou intervenientes à infração das normas em vigor, suscitando a necessidade de adoção de medidas repressivas, a fim de que se pudesse assegurar a efetiva destinação dos recursos ao desenvolvimento setorial.

2 — Assim, por decisões do Conselho Monetário Nacional, ficou assentado que os responsáveis por irregularidades no uso dos financiamentos:

a) ficariam obrigados a restituir as parcelas desviadas, com acréscimo de juros (12% a.a.) e de correção monetária equivalente à variação da ORTN;

b) seriam impedidos de ter acesso ao crédito bancário;

c) responderiam judicialmente pelos ilícitos penais ou fiscais, mediante representação do Banco Central ao Ministério Público.

3 — Em consequência dessa orientação, diversos produtores foram indiciados e punidos, enquanto vários outros se encontram atualmente *sub judice*, com processos em tramitação no Banco Central, na Receita Federal ou no Poder Judiciário.

4 — Confinado pela legislação vigente, vem o Banco Central penalizando os usuários do crédito rural por qualquer inadimplência, inclusive quando o agropecuarista, por inadvertência, ou premido pela continuada descapitalização a que vem sendo submetido ao longo dos anos, para ter acesso ao crédito. Mal assessorados pelas ineficientes Empresas de Assistência Técnica, assinam contratos de financiamentos em épocas do ano, absolutamente incompatíveis para a realização dos projetos nos prazos previstos, o que os coloca como inadimplentes mesmo que tenham, posteriormente, realizado os empreendimentos na sua totalidade.

5 — Milhares de inadimplentes, em grande parte, pequenos produtores, que sofreram frustração de safras e não recorreram ao PROAGRO, terão que vender as suas propriedades e tudo o mais que possuem e assim mesmo em grande parte não darão conta de liquidar as dívidas, em face das penalidades a que estão sujeitos.

6 — Ao mesmo tempo, outrossim, o Governo Federal vem estabelecendo diretrizes de política econômico-financeira que tendem a reduzir ou eliminar as vantagens implícitas no crédito rural, diluindo as expectativas e os riscos de seu desvirtuamento, em vista do pequeno proveito relativo que adviria da apropriação das verbas para fins estranhos aos projetos financiados.

7 — Observa-se, ademais, que a expansão das atividades agropecuárias assume atualmente capital importância, até para contenção do surto inflacionário, seja por sua contribuição ao balizamento do custo de vida (abastecimento interno), seja pela perspectiva de geração de

excedentes indispensáveis ao equilíbrio da balança comercial e do balanço de pagamentos.

8 — De tal sorte, parece-nos recomendável a incorporação de estratégia que evite a marginalização de segmentos produtivos, cuja potencialidade não deve ser desprezada no contexto da mobilização setorial necessária ao alargamento das alternativas da safra 1983/84.

9 — Consideramos, portanto, que se justifica a concessão de anistia às pessoas físicas e jurídicas responsáveis pela infringência da disciplina creditícia, como forma de reabilitá-las e de engajá-las no grande esforço de aumento quantitativo e qualificativo da produção.

10 — Esse benefício legal, todavia, não poderia alcançar os reincidentes contumazes, os autores de crimes contra a pessoa, conexos às infrações às normas do crédito rural e os condenados em decisão judicial transitada em julgado.

11 — De igual modo, a anistia não deveria elidir a obrigação de ressarcimento de coberturas indevidas do PROAGRO, de subsídios ilegítimos e de outras vantagens auferidas ilícitamente, cuja devolução cumpre exigir, com os acréscimos regulamentares.

12 — Entendemos, pois, que seja conveniente a aprovação de lei, na forma do projeto ora apresentado, até mesmo porque, seria fastidioso enumerar aqui todos os erros que vimos cometendo, quase que secularmente, contra a agropecuária em nosso País, erros e descuidos que têm dado os resultados mais desastrosos, pontificando o sempre crescente e mais que inquietante êxodo rural.

Sala das Sessões, 14 de outubro de 1983. — **Benedito Ferreira.**

Sr. Presidente, já me alonguei bastante naquilo que chamariamos vulgarmente de “nariz de cera”, na tentativa de sensibilizar a Casa para a magnitude do problema.

Sr. Presidente, para finalizar, pediria a V. Ex^a que permitisse constar dos Anais da Casa, pela substância, mas sobretudo pela seriedade com que o jornalista aborda, um assunto que realmente vem nos angustiando, nós os homens ligados à agropecuária. O título é **Ousa e Obterás**. Esta frase, esta expressão, esta sentença, é inspirada no tristemente famoso, vergonha da Igreja, Papa Rodrigo Bórgia, progenitor dessa família que deixou uma página, na história da humanidade, escrita com muito sofrimento, com muita tristeza, e com muita vergonha para nós cristãos.

Sr. Presidente eu dizia que este artigo, com a permissão de V. Ex^a, constando dos nossos Anais, vai permitir a muitos dos Srs. Senadores verificarem até aonde podem ir aqueles que, amando pouco o Brasil e preocupados em cortejar a opinião pública, nos estão levando a uma situação bem mais grave do que a atual.

O citado artigo diz:

Quinta-feira — 13 de outubro de 1983 — O Estado de São Paulo

Notas de informações

“OUSA E OBTÉRÁS”

Trinta e seis famílias de trabalhadores volantes deixaram a cidade de Castilho e invadiram uma fazenda experimental da Secretaria da Agricultura, na região de Araçatuba. O Governo paulista resolveu transferi-las para outra área, do Estado, embora conseguindo liminar para reintegrar-se na posse do imóvel. E que “pretende encontrar a melhor solução para o problema, sem provocar despejos”, esclarece o Chefe do Instituto dos Assuntos Fundiários de São Paulo, José Eli Veiga. Entretanto, ele adverte: “Essa medida não significa (...) solução para o problema de 500 mil trabalhadores agrícolas do Estado, que não têm terra para plantar”. E conclui adiantando que aquela secretaria “não dispõe de po-

deres legais para proceder à reforma agrária, uma vez que essa atribuição está a cargo do Governo federal”.

Não é fácil, em tão poucas palavras, semear tanta confusão. Até agora, a administração pública paulista demonstrou que sabe agir apenas sob a pressão de ameaças e fatos consumados. É lícito supor que, no caso de sobrevirem novas invasões, continue a dançar o mesmo minueto a que está habituada, premiando os afoitos que as promovam com requintes de ademanos semelhantes aos que caracterizaram sua reação diante do **camping** reivindicatório do PT no parque Ibirapuera e, agora, em Araçatuba.

Quem se decidir a iniciar com o Palácio dos Bandeirantes e dependências hierarquicamente subordinadas o jogo de cartas marcadas desencadeado até aqui por invasores de qualquer tipo sabe que levará a melhor. Contra a gestão Montoro haverá de prevalecer o lema dos Bórgias: “Ousa e obterás”. Quem avançar, irá adiante, com ou sem justo título, de boa fé ou de má fé; é preciso se plantar e aguardar resultados positivos, graças à franqueza da autoridade cuja índole é avessa ao exercício do poder e o ocupa, portanto, para desgastá-lo — até o dia em que já não tiver condições de desempenhá-lo e acabará abandonando-o, sem poder levantar queixa contra quem quer que seja.

Fica-se sem saber o que pensar da afirmação segundo a qual a reforma agrária é atribuição que toca ao Governo da União, porque não faz muito tempo, em Pontal do Paranapanema, o Governador Franco Montoro, ao distribuir alguns títulos de propriedade de terra a flagelados das enchentes do rio Paraná, prometeu a lavradores e bóias-frias desatar ali um processo de reforma agrária. Afinal, esta incumbe à União ou pode ser executada pelas unidades federadas? Há contradição evidente entre o que disse, S. Ex^a e o que adiantou o Chefe do Instituto de Assuntos Fundiários, quando o problema não havia tomado ainda a configuração que tem agora. “A Secretaria da Agricultura não está negociando com os invasores”. Então, que é que esteve fazendo, enquanto abriu mão da medida judicial concedida em defesa da propriedade cuja posse vem sendo turbada? E que é que faz neste momento ao prometer que o “reassentamento” dos turbadores se dará em área próxima ao local em que se encontra, e “mil vezes melhor” do que a atual? No entanto, passem os leitores, no “acampamento” (definitivamente, uma palavra que está na moda) todos garantem que vão manter a ocupação ilegal; não se fala em aceitar a proposta do Governo. Isso é o que se chama ter consciência da própria força e das vantagens propiciadas por iniciativas quejandas. Curioso é que ainda se tente fazer crer que não há negociações em curso.

Há. E é fácil explicar por quê. Para que o leitor forme juízo exato sobre a situação descrita, conhecendo-a por intermédio de visão abrangente, que não deixe de fora nenhum dos fatores que a compõem, cabe acrescentar que os invasores têm costas largas contam com o apoio de duas dioceses, a de Lins paulista, e a de Lagos, mato-grossense do Sul, cujos titulares, D. Luís Colussi e D. Isidoro Kozinski, azafamaram-se em visitá-los, a fim de levar-lhes sua solidariedade. Assim, não há quem, interessado em observar o que sucede ao redor e analisar o caráter de movimentos sociais como o que surge em Araçatuba, possa deixar de constatar que se está fechando o cerco. A política de invasão e apropriação de terras de que foi pioneiro o infável D. Pedro Casaldáliga, visto que vai bem, obrigado, está sendo transplantada para regiões mais próximas de São Paulo, centro nervoso que é ideal para experiên-

cias como a que se está levando a cabo com as famílias de Castilho. Se tudo der certo, estarão cobertos simultaneamente dois objetivos: institucionalizar a desordem e começar a dismantlar o único setor da economia que vai bem, que é o agrícola.

O Governo Montoro, em sua miopia, não vê esse aspecto fundamental e permite que se fale em reforma agrária se leve a intranquilidade ao campo e se ameace a agricultura no momento em que, mais do que nunca, o País precisa de alimentos e de bens agrícolas para a exportação.

Sr. Presidente, receba minhas escusas e meus agradecimentos por me ter relevado tanto.

Era o que eu tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Senador Humberto Lucena.

O SR. HUMBERTO LUCENA (PMDB — PB. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Houve por bem o Congresso Nacional, em atendendo aos apelos dos garimpeiros de Serra Pelada, em prorrogar o prazo de permanência dos mineradores naquele garimpo por mais cinco anos.

As promessas políticas devem ser cumpridas. No calor das campanhas eleitorais aquele que pede votos, para si e para o seu partido, não deve fugir aos compromissos que assumiu perante o eleitorado. E quando assume esses compromissos o próprio Presidente da República que, para ver fortalecida a agremiação partidária que o apóia, faz aquelas promessas, não há como deixá-las de cumprir. Não o fazendo, põe em jogo sua credibilidade perante aqueles que votaram em seus candidatos.

Quando surgiu o ouro em Serra Pelada lá esteve o Senhor Presidente da República aplaudindo o trabalho de milhares de garimpeiros e prometendo-lhes que eles ali permaneceriam até o final de seu mandato presidencial.

No entanto, agora, procura-se discutir aspectos legais relacionados com o garimpo, tendo em vista a prioridade para a lavra dada a determinada empresa estatal e vem à tona, também, alegado pelo Ministério das Minas e Energia, o problema da insegurança dos garimpeiros causada pelos deslizos dos barrancos onde se processa a garimpagem.

Sob o processo legal, embora possa-se reconhecer, em face do Código de Minas, aquela prioridade, há de se ater, também, ao aspecto social, ao bem comum, utilizando-se até para isso, princípio de hermenêutica inscrito em nosso Código Civil. Portanto, o Senhor Presidente da República, ao examinar o projeto que foi à sua sanção, há de aceitá-lo, atendendo aos fins sociais e à exigência do bem comum, permitindo, destarte, que os garimpeiros de Serra Pelada possam prosseguir em seu trabalho que vem gerando riquezas para o País.

Por outro lado, quanto ao problema da segurança física dos garimpeiros em face dos possíveis desmoronamentos dos barrancos, tem-se de levar em conta, também, o que afirmam os que trabalham no garimpo de Serra Pelada. Dizem os garimpeiros, contestando o que afirma o Ministério das Minas e Energia, que o perigo de acidentes — no estágio em que está a garimpagem — já não existe, porquanto — usando o linguajar típico do garimpeiro — o “garimpo já está manso”, isto é, não existe mais barrancos. Hoje, o local dos trabalhos, é uma planície. Ademais, comentam os garimpeiros, a fase mais crítica do garimpo já passou e é na fase atual em que está a garimpagem que eles, os garimpeiros, têm condições de retirarem quantidades recordes de ouro e não acham justo que, logo agora, sejam obrigados a se retirarem de Serra Pelada, deixando o lucro para as mineradoras.

Na verdade, Sr. Presidente, Srs. Senadores, tem-se de convir que Serra Pelada, com o trabalho manual dos garimpeiros, já produziu duzentos e cinquenta milhões de

dólares, cifra essa que, à evidência, não é para ser desprezada. Outrossim, sabe-se que, somente no período de 1º de abril a 30 de setembro, deste ano, Serra Pelada produziu, sozinha, cinco mil e duzentos quilos de ouro, quando, para exemplificar, em 1979, a produção total do Brasil não chegou a dez toneladas. Essas cifras, esses dados, estão a demonstrar o quão válido tem sido o trabalho naquele garimpo. Os próprios informáticos econômicos atestam que Serra Pelada tem contribuído consideravelmente para o aumento das reservas internacionais brasileiras. E há uma previsão, feita pela própria empresa mineradora detentora do alvará de pesquisa, que a produção manual atingirá a 12 toneladas este ano.

Não quero adentrar-me nos problemas técnicos relativos à extração manual ou mecanizada do ouro de Serra Pelada. Não vou me opor aos geólogos, à empresa mineradora, quando afirmam que a produção manual leva ao aproveitamento de apenas cinquenta por cento do ouro no local, enquanto a mecanizada eleva a noventa por cento esse aproveitamento, embora durante um período mais longo de trabalhos. Preocupo-me, também, com a segurança dos garimpeiros, em face de acidentes já ocorridos. Mas, tenho por válidas, até provas em contrário, o que alegam os garimpeiros, quando dizem que não despendem o ouro, em seus trabalhos de garimpagem e que o problema de desabamentos dos barrancos já não existe.

O que me preocupa, sobremaneira, é o problema social que fatalmente surgirá com a extinção do garimpo em Serra Pelada no prazo que o Governo Federal determinara, isto é, em 15 de novembro próximo. Ao altíssimo índice de desemprego que apresenta o País, somar-se-ia o gerado pela abrupta interrupção do garimpo naquela área do Grande Carajás. E essa nova onda de desempregos traria, à evidência, consequências imprevisíveis, mormente em se considerando que numerosas famílias, mal ou bem, dependem dos que estão trabalhando em Serra Pelada.

Há de se reconhecer, por certo, a precária infraestrutura de Serra Pelada. Entretanto, não vejo nisso motivo para ali se encerrar o garimpo. O que o Governo Federal deveria fazer era criar, de imediato, uma infraestrutura de apoio aos garimpeiros, dando-lhes uma assistência completa e até incentivando-os a se associarem, financiando-lhes até o processo mecanizado. No processo agrícola isso pode acontecer. Por que não nos garimpos?

Pode-se argumentar que em Serra Pelada, como em outros garimpos, um número reduzidíssimo de garimpeiros consegue extrair uma quantidade razoável de ouro, por dia. Como se argumenta, também, que, em Serra Pelada, a riqueza do garimpo está nas mãos de poucos e que nem chegam a sujar suas mãos nas "catas". Isso não seria motivo para desacreditar o garimpo. Depende do Governo Federal estruturar Serra Pelada ou qualquer outro garimpo no sentido de assistir o garimpeiro, permitindo-lhe retirar de seu trabalho o rendimento compensador, não permitindo que seja espoliado.

O processo de mineração, em nosso País, tem que ser repensado. Sabe-se que nossas riquezas minerais têm servido apenas para enriquecer grandes grupos multinacionais. Nossas riquezas minerais são exportadas a preço de banana. Portanto, não vá servir, agora, Serra Pelada, de "bode expiatório", criando-se, com um fechamento prematuro do garimpo, um problema social. Se há desperdício de ouro, se há insegurança para o trabalho do garimpeiro, dê-se ao garimpo uma infra-estrutura, dê-se ao garimpeiro condições de se aprimorar em seu trabalho.

Sr. Presidente, Srs. Senadores,

O Congresso Nacional concedendo autorização para que os atuais garimpeiros continuem explorando o ouro de Serra Pelada, assim decidiu visando, e muito corretamente, o aspecto social do problema e sem prejuízo de quem tinha já o direito de lavra.

Espero que o Senhor Presidente da República sensibilize-se com a posição dos garimpeiros, sancionando o projeto que prorrogou o prazo de permanência desses trabalhadores no garimpo.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Senador Lourival Baptista.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (PDS — SE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

O encerramento na sexta-feira passada, 7 de outubro de 1983, da campanha *Nordestinos, o Brasil em Busca de soluções*, promovida pela Rede Globo de Televisão com o Integral apoio da Legião Brasileira de Assistência-LBA, já está permitindo o conhecimento e divulgação dos resultados obtidos no concernente às doações de alimentos e depósitos em dinheiro.

Convém acentuar, desde logo, as excepcionais dimensões da referida campanha que se evidenciou como uma autêntica mobilização da solidariedade nacional de natureza preponderantemente popular.

Através das rádio-emissoras e, sobretudo, da TV-Globo, cerca de 90 milhões de brasileiros puderam acompanhar, na intimidade dos respectivos lares, os lances e episódios mais emocionantes daquela Campanha, considerada, aliás, uma das maiores e mais impressionantes jamais levadas a efeito, pela televisão, em qualquer país.

Numa demonstração de notável capacidade empreendedora, alto senso de responsabilidade e patriotismo, a Presidente da LBA, Léa Leal, manteve a Nação permanentemente informada a respeito do andamento e das operações desenvolvidas pela Campanha em todo o Brasil, devendo ser destacado o fato de que os 700 postos da LBA espalhados no território nacional funcionaram, sem qualquer interrupção, recebendo, armazenando e encaminhando cerca de 6 mil toneladas de alimentos para os flagelados.

Em dinheiro, até o dia 7 de outubro passado, segundo a Presidente Léa Leal, foram arrecadados através do BRADESCO, 2 bilhões e quatrocentos milhões de cruzeiros, sem falar nas contribuições creditadas à LBA por telefone, que ainda prosseguem.

Em sucessivas entrevistas concedidas à imprensa, esclareceu a Presidente Léa Leal que... "o importante é assegurar a todos aqueles que, de uma ou de outra forma, contribuíram para o sucesso da Campanha "Nordeste Urgente", que as suas doações não correm o menor risco de serem desviadas. "Isto porque foi montada uma rigorosa fiscalização militar, cujo esquema obedece a uma rigorosa fiscalização por parte das Comissões Estaduais e Municipais, criadas nos nove Estados nordestinos, sob a coordenação da LBA. São elas compostas de representantes da Igreja, das Primeiras Damas dos Estados, das Prefeituras Municipais e lideranças locais, das Forças Armadas, da Defesa Civil, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, da SUDENE e da Rede Globo. A esta compete ainda acompanhar e documentar, em cada cidade, a distribuição dos alimentos, de preferência entregue às mulheres, alistadas ou não, nas frentes de trabalho, porque desejamos ter a certeza de que tais alimentos vão chegar diretamente às crianças, cujo estado de desnutrição é inacreditável para quem não vê "in loco" este triste quadro.

A fim de que se possa avaliar, na exata medida das suas proporções e extraordinário alcance, o desenrolar da "Campanha Nordestinos — Nordeste Urgente" sob a coordenação da LBA e da TV-Globo, solicito a incorporação ao texto deste rápido pronunciamento da *Síntese Atualizada das Operações* desenvolvidas no período de 26 de agosto de 1983 a 27 de setembro de 1983, que a Presidente Léa Leal divulgou para conhecimento da opinião Pública.

É um documento denso de dados concretos e despojado de qualquer retórica, por isso mesmo digno do registro especial que ora tenho a satisfação de formular.

Congratulo-me, portanto, com a LBA e a TV-Globo pelo êxito excepcional da Campanha realizada que, independentemente dos imensos benefícios prestados às populações flageladas pelas prolongadas secas, sensibilizou profundamente dezenas de milhões de brasileiros solidários com as angústias e sofrimentos daqueles nossos irmãos do Nordeste. (Muito bem! Palmas.)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. LOURIVAL BAPTISTA EM SEU DISCURSO:

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL
FUNDAÇÃO LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA

Campanha Nordestinos
Nordeste Urgente

(LBA & TV GLOBO)

SÍNTESE ATUALIZADA DAS OPERAÇÕES

26 de agosto/1983

Primeira reunião: Presidente (Léa Leal) e Chefe de Gabinete da LBA (Denise Manfredi) com comando TV-Globo (Srs. Roberto Irineu Marinho e José Carlos Magaldi).

TV-Globo solicita engajamento da LBA na Campanha Nordestinos — 1ª fase, emergencial (Nordeste Urgente), com ênfase no dia 18 de setembro, domingo, quando haverá a grande mobilização para doações.

A LBA colocaria sua rede operacional em todo o Brasil para arrecadação de alimentos não perecíveis doados aos flagelados nordestinos, incumbindo-se, igualmente, de coordenar e controlar todo o processo de embalagem, armazenagem e transporte das doações para o Nordeste, bem como da chegada e distribuição desses alimentos às regiões mais críticas da seca.

À Rede Globo caberia toda a divulgação e mobilização popular da Campanha no dia 18 de setembro de 1983, com envolvimento de toda a sua equipe profissional.

A LBA aceita a participação e as responsabilidades na Campanha.

29 de agosto/1983

A Presidente da LBA designa, no âmbito da Instituição, uma Coordenação Nacional da Campanha Nordeste Urgente, composta dos seguintes técnicos da LBA: Sr. Chefe de Gabinete, Sr. Coordenadora Nacional do Programa Nacional do Voluntariado (PRONAV/LBA), Srs. Secretários de Planejamento e Projetos Especiais e de Assistência e Bem-Estar Social.

A Coordenação Nacional recém-criada faz sua primeira reunião, decidindo elaborar o projeto de participação da LBA na Campanha.

A Presidente da LBA convoca todos os Superintendentes Estaduais da entidade para um Encontro Nacional Extraordinário, nos dias 01 e 02 de setembro, a fim de traçar com eles diretrizes uniformes de participação e execução na Campanha Nordeste Urgente.

30 e 31 de agosto/1983

Nova reunião da Coordenação Nacional, sob a direção da Sra. Denise Manfredi.

Aprova-se o projeto de participação da LBA na Campanha (ANEXO).

São designados 3 grupos operacionais, com tarefas específicas.

- 1) Grupo Executivo
- 2) Grupo de Estatística e Controle
- 3) Grupo de Relações Públicas e Comunicação Social.

Prepara-se o programa do Encontro com os Superintendentes Estaduais.

Estabelece-se o primeiro encontro com a SUDENE, definindo-se a Campanha em três fases básicas.

1ª fase: divulgação e mobilização — TV-GLOBO

2ª fase: arrecadação, embalagem, armazenamento e transporte das doações para o Nordeste, com a montagem das efetivas infra-estruturas — LBA

3ª fase: Distribuição, na própria Região Nordeste, dos alimentos doados — LBA e SUDENE.

Decisão da montagem de uma Central de Recebimento e Distribuição das doações em Recife, Pernambuco, sob a coordenação de um técnico da Diretoria Nacional da LBA. (A Central ficará num depósito da SUDENE em Recife.)

Manutenção de contatos com a Rede Globo.

Estabelece-se a lista básica de alimentos não perecíveis que deverão, preferencialmente, ser solicitados para doação.

01 — farinha de mandioca

02 — feijão

03 — açúcar

04 — arroz

05 — macarrão

06 — sal

07 — maizena

08 — óleo

09 — enlatados diversos

10 — biscoito

11 — leite condensado

12 — leite em pó

13 — outros.

01 e 02 de setembro/1983

Realização do Encontro com os Superintendentes da LBA para estabelecimento de linhas uniformes de operacionalização da Campanha, visando sobretudo o dia 18 de setembro, quando a TV-Globo ficará 12 horas no ar, mobilizando a população brasileira para doações.

Participação de representantes da SUDENE (Dr. Alfredo Amorim, representante no Rio de Janeiro) e TV-Globo (Sra. Virginia Cavalcante) no Encontro com os Superintendentes, explicando as tarefas de suas instituições na Campanha.

Os Superintendentes da LBA recebem a incumbência de montar, em seus estados e territórios, uma estrutura operacional para a Campanha semelhante à que foi montada na Diretoria Nacional, dando atenção à criação dos postos de recebimento de doações (sobretudo para o dia 18/09) e ao estabelecimento de um grupo de estatística e controle, responsável por todas as informações quantitativas dos donativos.

03 a 12 de setembro/1983

Aparecimento das primeiras mensagens mobilizadoras da Campanha na TV.

A Coordenação Nacional da LBA acerta com as Superintendências estaduais as linhas operacionais da Campanha; intercâmbio constante de informações.

A Presidente da LBA e sua chefe de Gabinete reúne-se com todas as afiliadas estaduais da Rede Globo traçando diretrizes de execução da Campanha.

Os Superintendentes Estaduais da LBA mantêm contratos operacionais com os representantes da TV-Globo nos Estados.

BRASESCO engaja-se na Campanha, abrindo a conta nº 1983-LBA-Nordeste Urgente, para recebimento de doações em dinheiro.

Estabelece-se que a LBA não receberá donativos em dinheiro, encaminhando-os à conta do BRASESCO.

Procede-se à montagem de todas as estruturas estaduais da LBA (posto de recebimento de doações e pólos de controle).

Inicia-se, na LBA, o recrutamento de voluntariado para o trabalho no dia 18/09 e subsequentes.

A Coordenadora Nacional da Campanha na LBA inicia primeiros contatos visando viabilização de segurança, embalagem, armazenamento e transportes (dentro dos próprios Estados) dos alimentos doados.

13 de setembro/1983

Aparecimento de chamadas específicas para a Campanha na televisão, citando-se a lista de alimentos e os postos de recebimento da LBA em todo o Brasil.

Estabelece-se o ciclo de informações constantes na LBA entre a Coordenação Nacional e o Grupo de Estatística e Controle Estatístico da Diretoria Nacional e os Estados e Territórios.

A Presidente da LBA e a Coordenadora Nacional da Campanha, a fim de assegurar participação/engajamento no Nordeste Urgente, realizam contatos definitivos com as grandes instituições:

. SUDENE

. Forças Armadas

. Ministério dos Transportes

. MINTER (Defesa Civil)

. COBAL

. SUNAMAM

. Rede Ferroviária Federal

. VARIG

. TRANSBASIL

. Patrulha Aérea Civil

. Docas do Rio de Janeiro

. Associação Nacional dos Transportadores de Cargas

. Polícia Militar do Rio de Janeiro

. Inúmeras outras empresas particulares, para transporte dos alimentos doados.

Superintendentes estaduais da LBA fazem, em seus estados, com a mesma finalidade, contatos idênticos.

14 e 15 de setembro/1983

Deslocamento para Recife uma diretora da LBA (Lêda Guimarães Moreira) para coordenar todo o processo de recebimento e distribuição das doações, com a colaboração da SUDENE.

Estabelecimento da Central de Recebimento e Distribuição de alimentos em Recife/PE, em depósito da SUDENE e sob a coordenação da LBA.

Os alimentos arrecadados nos estados nordestinos, ficarão nesses mesmos estados e lá serão distribuídos; os dos demais estados seguirão para Recife onde serão posteriormente redistribuídos.

Continuação dos contatos para viabilização dos transportes (nos estados e destes para Recife) dos alimentos que serão arrecadados.

Inicia-se o plantão preventivo em alguns postos de recebimento da LBA, em todo o Brasil.

16 de setembro/1983

A Coordenação Nacional da LBA faz a checagem final de todo o sistema operacional.

Conclui-se a lista definitiva de todos os postos de recebimento de doações da LBA no Brasil.

Começam a chegar as primeiras doações institucionais.

A TELEBRÁS engaja-se na Campanha, através do recebimento de doações telefônicas de 1 a 3 mil cruzeiros, das 20 horas de sábado (dia 17) até as 24 horas de domingo (dia 18).

17 de setembro/1983

Plantão geral de 10% (dez por cento) dos postos de recebimento da LBA em todo o País.

Continuam os recebimentos antecipados de doações.

Checagem final da Central de Recebimento e Distribuição em Recife.

Checagem final do sistema de transporte interno (nos próprios estados) dos alimentos doados.

Checagem dos centros de armazenamento e estocagem no Rio de Janeiro (Galeão e cais do porto).

Policiaimento e segurança garantidos para o dia 18.

Definido primeiro voo para Fortaleza/Ceará, no próprio dia 18, às 8 horas.

18 de setembro/1983

Presidente da LBA em Fortaleza/Ceará.

TV-Globo 12 horas no ar, em plena mobilização para doações.

LBA aciona, neste dia, 10.000 servidores e 20.000 voluntários trabalhando, espontaneamente, nos 701 postos de recebimento de doações em todo o Brasil, cuja relação é publicada pela imprensa.

Equipes nacional e estaduais da LBA trabalham das 7 horas da manhã às 22 horas em plantão permanente de coordenação e controle de execução da Campanha.

Às 8 horas, parte do Galeão/Rio para Fortaleza/Ceará primeiro voo (Hércules C-130 da FAB), com 20 toneladas de alimentos já arrecadados. Este avião é recebido em Fortaleza, às 13 horas, pela Presidente da LBA e pela Primeira Dama do Estado.

O Grupo de Estatística e Controle da LBA divulga, às 19 horas, o primeiro boletim da Campanha, com os seguintes resultados:

. Total de alimentos arrecadados 1.900t

. Correspondente em cruzeiros 1 bilhão e 200 milhões.

19 de setembro/1983

Presidente da LBA chega a Recife/PE.

Começam a ser enviados para Recife/PE as primeiras doações.

LBA e SUDENE coordenam todo o recebimento no Nordeste.

Postos de recebimento da LBA mantêm-se abertos em todo o Brasil.

Grande repercussão da Campanha no País inteiro.

20 de setembro/1983

Continuam as doações em todo o Brasil, nos postos da LBA, embora em quantidades bem mais reduzidas.

Concentra-se o esforço da LBA na centralização da estocagem/armazenagem dos alimentos em cada estado para remessa ao Nordeste.

Continuam chegando alimentos ao Nordeste.

Em Recife, LBA (Presidente), SUDENE (Superintendente) e TV-Globo (Diretor Regional) fazem reunião a fim de definir critérios e esquema de planejamento e distribuição dos gêneros arrecadados pela Campanha Nordeste, estabelecendo-se os seguintes pontos principais:

1. LBA e SUDENE comandam a operação de distribuição em toda a região.

2. A SUDENE sugerirá as áreas mais críticas para fixação de prioridades de distribuição.

3. As despesas de transporte, armazenagem e embalagem, no Nordeste, serão da responsabilidade da SUDENE.

4. A distribuição dos gêneros será prioritariamente direcionada para as mulheres das áreas selecionadas.

5. Sob a coordenação da LBA, serão constituídas comissões, nas capitais dos estados nordestinos, para planejamento global da distribuição ao nível estadual. Além da LBA, as comissões serão compostas da SUDENE, Rede Globo, Coordenadoras do PRONAV/LBA, Forças Armadas e Auxiliares, Defesa Civil, instituições religiosas e Federação dos Trabalhadores rurais.

6. Por decisões dessas Comissões Estaduais, serão constituídas, nas áreas selecionadas, comissões municipais com as lideranças institucionais, religiosas e sindicais.

21 de setembro/1983

Coordenação Nacional da Campanha reúne, na sede da LBA, no Rio de Janeiro, representantes de instituições ligadas a transporte para discutir meios de viabilizar e facilitar todo o transporte dos alimentos para o Nordeste.

Presentes à reunião, representantes do DNER, FAB/CONTA, VARIG, Ministério dos Transportes, Força de Transporte do Ministério Força de Transporte do Ministério da Marinha e Associação Nacional dos Transportadores de Cargas (ANTC).

Nessa reunião, estabeleceu-se que a ANTC se empenharia na solução de todo e qualquer transporte rodoviário no próprio estado, de um estado para outro e mesmo para Recife.

A FAB garantiu o mínimo de 4 vôos semanais do Hercules C-130, partindo do Galeão/RJ para Recife, com cerca de 20 toneladas.

A Força de Transportes da Marinha colocou à disposição da LBA, a partir de 2 de outubro, o navio Soares Dutra, com a capacidade de 2.400 toneladas. Esse navio, no dia 2, poderia transportar todos os alimentos que fossem concentrados nos portos do Rio de Janeiro e Santos.

A VARIG, como já vinha fazendo, comprometeu-se a transportar, em seus vôos normais, procedentes de qualquer estado, quantidades relativas de alimentos (em média 5 a 6 t) para Recife.

A Rede Ferroviária Federal, embora ausente da reunião, comunicou posteriormente sua total adesão à Campanha, oferecendo-se, dentro de suas possibilidades, para o transporte dos alimentos.

A reunião foi totalmente acompanhada e divulgada pela TV-GLOBO.

Em Recife, a coordenação da LBA, em colaboração com a SUDENE, estabeleceu os seguintes percentuais de divisão e distribuição do total de alimentos doados pelos diferentes estados nordestinos:

Ceará	20%
Piauí	18%
Paraíba	12%
Rio Grande do Norte	12%
Pernambuco	12%
Alagoas	8%
Bahia	8%
Maranhão	5%
Sergipe	5%

Em Recife, os alimentos recebidos são embalados em feiras (sacolas) de 10 kg para distribuição às áreas mais atingidas pela seca.

22 de setembro/1983

Presidente da LBA agradece publicamente a extraordinária e maciça participação dos 10.000 servidores e 20.000 voluntários da LBA na Campanha.

Continuam chegando a Recife, via aérea (FAB e VARIG) e rodoviária os alimentos arrecadados no País.

23 de setembro/1983

Chega a Ipubi, município da microrregião de Araripe, Pernambuco, o primeiro caminhão com 1.000 (um mil) feiras com alimentos arrecadados pela Campanha. São 10 toneladas distribuídas às mulheres daquele município do alto sertão pernambucano.

A TV-GLOBO e a imprensa cobriram toda a distribuição.

Cada cesta distribuída continha 2 kg de feijão, 2 kg de arroz, 2 kg de farinha, 1 kg de açúcar, 1 kg de fubá, 1 kg de peixe salgado, 0,500 kg de leite em pó e 0,500 kg de biscoito.

Presidente da LBA continua em Recife comandando e supervisionando toda a operação de recebimento e distribuição e recusa proposta de utilização do dinheiro arrecadado (BRADESCO e TELEBRÁS) para abertura de poços, afirmando que isso desfiguraria o objetivo primordial da Campanha, que é o de alimentar as famílias nordestinas flageladas pela seca.

24 a 26 de setembro/1983

Postos da LBA mantêm-se abertos para recebimento das doações.

Continuam sendo encaminhados a Recife os alimentos arrecadados na Campanha.

TELEBRÁS reinicia campanha de doações telefônicas, das 20 horas do dia 24 até as 24 horas do dia 25.

Presidente da LBA segue para Brasília a fim de coordenar etapa seguinte da Campanha, relativa à compra de alimentos para formação de novas feiras, com as doações em dinheiro arrecadadas pelo BRADESCO.

Divulga-se, pelos órgãos de comunicação, totais apurados em dinheiro na conta do BRADESCO e nas doações telefônicas da TELEBRÁS.

BRADESCO 2.138.781.474,94

TELEBRÁS 2.070.000.000,00

27 de setembro/1983

Boletim geral da LBA relativo à Campanha (Mapas anexos)

I — Alimentos arrecadados: 2.860 t

Correspondente em Cr\$: 1 bilhão e 750 milhões

Maiores doadores:

— São Paulo 715 t

— Rio de Janeiro 263 t

— Goiás 236 t

— Rio Grande do Sul 221 t

— Paraná 190 t

Maiores doações:

— arroz 757 t

— feijão 383 t

— açúcar 364 t

— farinha 294 t

— macarrão 213 t

II — Alimentos arrecadados no Nordeste: 524,879 t

Alimentos já enviados ao Nordeste: 809,920 t

Total de alimentos no Nordeste: 1.334,799 t

Alimentos a enviar para o Nordeste: 1.524,380 t

(*) Alimentos já encaminhados pela Central de Recife para distribuição nos estados nordestinos: 130,1 t

CAMPANHA NORDESTE URGENTE**Central de Informações/LBA**

Boletim de 13-10-83 (15 horas)

I — Alimentos doados

Total acumulado (até 13-10-83) 5.007,211 toneladas

II — Concentração/transporte

Alimentos no Nordeste 2.066,252 toneladas

Alimentos em trânsito para o Nordeste

— Navio Soares Dutra (Rio e São Paulo) 2.100 toneladas

— Rede Ferroviária Federal (R.G. do Sul,

Paraná e Minas Gerais) 628 toneladas

2.728 toneladas

Alimentos em estoque para enviar 212,959 toneladas

III — Distribuição (até 11-10-83)

Estados	Alimentos distribuídos (em toneladas)	Municípios beneficiados	Famílias atendidas	Pessoas atendidas
Maranhão	33	08	3.300	19.800
Piauí	25	01	2.500	15.000
Ceará	118	06	11.800	70.800
R.G. do Norte	53,23	07	5.323	31.938
Paraíba	166,34	21	16.634	99.804
Pernambuco	192	17	19.200	115.200
Alagoas	90,1	13	9.010	54.060
Sergipe	155,82	13	15.582	93.492
Bahia	111,3	19	11.130	66.780
Total	944,79	105	94.479	566.874

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Senador Raimundo Parente.

O SR. RAIMUNDO PARENTE (PDS — AM. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Com versos maravilhosos, enfeixados nos dois sonetos autológicos que hoje se enfileiram junto às mais belas produções líricas da Poesia brasileira, o Poeta Jonas da Silva canta uma das figuras mais singulares do "Flors Sanctorum" da Igreja Católica: Santa Teresa de Jesus, a monja dulcíssima que, por amor à sua fé e por humildade extrema, rogou a Deus fizesse abrir em seu próprio corpo, as mesmas chagas que haviam dilacerado o corpo Santo de Cristo:

Santa Teresa de Jesus, os sinos levam teu nome aos vales e às montanhas, e o teu nome ressurgue, das entranhas da terra, após, em lírios peregrinos. Que não ouças as súplicas estranhas dos bandolins e lânguidos violinos, ouve-me o verso, falo-te dos hinos que entendeste, tupila das Espanhas.

Venho em nome das almas das guitarras, almas que entoando mil canções bizarras, vão pela noite legendaria e branca; para adorar-te, me prosterno e humilho, e ao invés de incenso, trago-te o tomilho e o manto real do sol de Salamanca.

II

Os versos nascem como as andorinhas: elas, na torre de uma ermida ao vento, eles, na torre azul do pensamento partem depois, sonorizando as vinhas.

Santa Teresa, que os meus versos e as minhas frases, buscando esse país nevoento, aves de prata, morram sem alento junto aos pés da mais doce das rainhas.

E quando a morte, em derradeira escala, quebrar-me o harmonium trêmulo da fala, quando o silêncio amortalar-me a língua, leva-me o' luz, consoladora e calma, que eu tenho um saara tenebroso n'alma e os cordeiros da fé morrendo à mingua!

Permiti-me fazer essa digressão, Senhor Presidente e Senhores Senadores, reproduzindo uma das páginas poéticas mais comoventes da nossa literatura, para registrar, com emoção e respeito, a passagem, amanhã, da festa da Padroeira do Município de Tefê, no Amazonas, exatamente Santa Teresa, escolhida por aquela comunidade laboriosa como a grande e luminosa protetora dos seus destinos, da sua evolução material como unidade municipal, e da sua tranquilidade espiritual como povo, como família social, hoje congregando cerca de vinte e uma mil almas, na consubstanciação de uma célula palpitante de trabalho, de progresso e de civismo.

É de ver-se, Senhor Presidente e Senhores Senadores, a auforia que invade o coração daquela gente simples, ao festejar, entre salmos e hōsanas, a data dedicada à sua Padroeira. A cidade de Tefê, situada à margem esquerda do rio Solimões, ornada pela beleza sem par do lago que leva o seu nome, nesse dia, reflete como um presépio encantado, irmanando a todos na legitimidade da mesma fé e ensinando a que, em todos os lábios, alorems orações de louvor e de agradecimento, pelas muitas graças que vêm sendo concedidas pela misericórdia infinita de Deus, graças à intercessão da advogada sublime que, desde há muito, vem atendendo aos rogos e as súplicas do povo tefeense, singelo nas suas tradições e nos seus legados culturais, decidido e firme na sua luta cotidiana em busca da evolução e do desenvolvimento, muitas em meio à fúria dos elementos hostis da própria natureza.

Assim, Senhor Presidente e Senhores Senadores, ao fazer este registro, quero saudar o bravo povo de Tefê, na pessoa de seu ilustre Prefeito, Sr. Francisco Hélio Bezer-

ra Bessa, pela passagem do dia consagrado à sua Padroeira, Santa Teresa de Jesus, augurando que ela, hoje incorporada ao sol de ouro que rebrilha nas latitudes da Divindade, possa continuar derramando as suas bênçãos e a sua proteção sobre todos os lares que compõem aquela comunidade, a quem o Amazonas tanto deve, pelo trabalho e pela dedicação exemplares.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Senador João Calmon.

O SR. JOÃO CALMON — (PDS — ES. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

São extremamente raros, entre nós, os casos de empresários, de dirigentes de grupos econômicos, que fazem convergir para finalidades sociais ou culturais alguns dos recursos provenientes de suas empresas. Exemplos como os de Rockefeller ou de Gulbenkian pouco floresceram entre nós.

É por esse motivo que desejo louvar a decisão que acaba de tomar o empresário Jônice Tristão, líder de um conglomerado composto por 24 empresas, várias delas com ramificações no Exterior: constituir a Fundação Jônice Tristão, destinada prioritariamente à preservação da memória capixaba.

Seu grupo tornou-se uma organização poderosa, ocupando hoje lugar de destaque não apenas a nível estadual mas também no plano nacional. Assim, conforme declarou Tristão à imprensa, sua missão deve ir além da simples geração de riqueza e de sua correta administração, preocupando-se em estabelecer uma nova relação com a sociedade. "Não basta sermos conhecidos e respeitados por fornecedores e clientes, pois nossa grandeza extrapolou esse relacionamento mercantilista simples", explicou ele.

Nesse sentido, a Fundação Jônice Tristão deverá promover e divulgar atividades de caráter técnico, científico, educativo, cultural, artístico, filantrópico e esportivo, mobilizando a população do Estado a participar de atividades de interesse comprovadamente coletivo. Manterá cursos, organizará congressos, procurará gerar mão-de-obra qualificada. Antes de mais nada, porém, estará voltada para o interesse do Estado, para o interesse do Espírito Santo.

Um dos especialistas que hoje participa da criação da nova Fundação refere-se, como síntese do trabalho a que se procederá, à criação de um "clima de capixabismo". É o desenvolvimento e a divulgação da imagem do Espírito Santo. Nosso estado é extremamente rico em folclore, em história, em cultura, em música. Apresenta fascinantes aspectos turísticos, econômicos e artísticos. Traz em si toda uma saga de imigração e de trabalho. Entretanto, tudo isso é pouco conhecido em termos nacionais. Queira o destino que a ação da entidade que Jônice Tristão se propõe agora a criar, colocando a serviço de nossa terra os recursos de sua empresa e o talento dele próprio, possa obter êxito, preservando a memória do Espírito Santo e levando a todo o País a imagem do que foi feito e do que vem sendo feito pelo povo capixaba. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar a presente sessão, designando para a sessão ordinária da próxima segunda-feira a seguinte

ORDEM DO DIA

1

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 51, § 3º, in fine, da Constituição — 2ª Sessão.)

Votação, em turno único, do Projeto de lei da Câmara nº 110, de 1983 (nº 946/83, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que altera a Lei nº 6.099, de 12 de setembro de 1974, que "dispõe sobre o tratamento tributário de arrendamento mercantil, e dá

outras providências", e o Decreto-lei nº 1.811, de 27 de outubro de 1980, tendo

PARECERES ORAIS, favoráveis, proferidos em Plenário, das Comissões:

— de **Economia**; e
— de **Finanças**.

2

Votação, em turno único, do Requerimento nº 793, de 1983, do Senador Pedro Simon, solicitando, nos termos do art. 371, alínea c, do Regimento Interno, urgência para o Requerimento nº 784, de 1983, de autoria do Senador Henrique Santillo, que solicita criação de uma Comissão Especial Mista que deverá ser formada de 11 Senadores e 11 Deputados Federais, com vigência de 120 dias, para discutir e avaliar aspectos do contexto econômico, social e institucional do País.

3

Votação, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 280, de 1980, de autoria do Senador Itamar Franco, determinando que a Ordem dos Advogados do Brasil opine sobre a escolha de magistrados que devam integrar tribunais com jurisdição em todo o território nacional, tendo

PARECER, sob nº 634, de 1983, da Comissão:
— de **Constituição e Justiça**, pela inconstitucionalidade, com voto vencido do Senador José Ignácio.

4

Votação, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 39, de 1983, de autoria do Senador Pedro Simon, que autoriza o Poder Executivo a conceder um abono de emergência de 70% (setenta por cento) para os servidores públicos federais, e dá outras providências, tendo

PARECER, sob nº 739, de 1983, da Comissão:
— de **Constituição e Justiça**, pela inconstitucionalidade.

5

Votação, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade e juridicidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 70, de 1983, de autoria do Senador Nelson Carneiro, que estabelece critério e limite para os reajustes do preços de ingressos de jogos de futebol, tendo

PARECER, sob nº 738, de 1983, da Comissão:
— de **Constituição e Justiça**, pela inconstitucionalidade e injuridicidade.

6

Votação, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 21, de 1983, de autoria do Senador Henrique Santillo, que dispõe sobre a redução do preço do álcool para venda a proprietários de veículos de aluguel empregados no transporte individual de passageiros, mediante subsídios, nas condições que especifica, tendo

PARECER, sob nº 710, de 1983, da Comissão:
— de **Constituição e Justiça**, pela inconstitucionalidade.

7

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 337, de 1981, de autoria da Comissão Especial do Júri Popular, que altera dispositivo do Código de Processo Penal, tendo

PARECER, sob nº 741, de 1983, da Comissão:
— de **Constituição e Justiça**, favorável, nos termos de Substitutivo que oferece.

(Dependendo da votação do Requerimento nº 800, de 1983, de autoria do Senhor Senador José Ignácio, de adiamento da discussão para o dia 27 de outubro.)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 45 minutos.)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. ROBERTO CAMPOS NA SESSÃO DE 6-10-83 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. ROBERTO CAMPOS (PDS — MT. Para discutir. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Já encaminhei à Mesa uma emenda do projeto de lei, que consistiria na adição de um artigo 4º, sendo reenumerados os presentes artigos 4º e 5º para 5º e 6º. O novo art. 4º assim rezaria:

“Art. 4º A União, nos termos do art. 153, § 22, da Constituição Federal, indenizará a empresa concessionária pela depleção da jazida, em virtude da exploração por terceiros durante o período a que se refere o art. 1º do Projeto de Lei.”

Sr. presidente: todos nós temos profunda simpatia humana pela causa dos garimpeiros, e eu os tenho, também, no Estado de Mato Grosso, pelo qual fui eleito. Mas ao tomarmos uma decisão, hoje e verifico que a Maioria absoluta da Câmara dos Deputados e Maioria no Senado perfilham o projeto de lei ora em discussão — ao votarmos este projeto numa atmosfera de simpatia humana, precisamos meditar seriamente sobre seus aspectos econômicos de mais longo prazo.

O projeto em causa, na realidade, altera substancialmente o sistema legal instituído pelo art. 75 do Código de Minas, que garante ao detentor do direito de lavra o exercício desse direito. O projeto equivale a uma suspensão temporária desse direito.

Para não desencorajarmos as empresas que querem fazer investimentos substanciais no campo da mineração (inclusive, no caso, uma empresa estatal — a Vale do Rio Doce) é necessário pelo menos, instituímos um mecanismo de compensação pela depleção da jazida, no período de privação dos direitos do detentor da lavra. Isto, aliás, não é algo opcional, pois que deflui dos termos do art. 153, § 22, da Constituição Federal. Minha emenda não visa senão a fazermos cumprir a Constituição Federal, reduzindo — visto que é impossível eliminá-lo — o receio que os investidores em mineração possam ter quando fazem investimentos na mecanização e modernização de minas.

A Vale do Rio Doce alega ter já despendido, em equipamento mecanizado, cerca de trinta milhões de dólares. Esse investimento não teria rentabilidade se fosse aplicado de futuro, após cinco anos, a uma jazida substancialmente reduzida em seu corpo mineral. Donde a necessidade de um processo de indenização.

Em virtude do regime de urgência, que preclui discussão maior, parece tarde para argumentar, Sr. Presidente. Mas devíamos meditar seriamente sobre o precedente que se pode criar. O caso presente é altamente simpático, sob um ponto de vista humano, mas temos sempre que pensar e agir para o grande futuro. O Brasil precisa tornar-se um produtor de ouro altamente eficiente e mecanizado, se quiser aumentar substancialmente sua receita cambial. Essa receita cambial é necessária para pagamento de dívidas assim como para pagamento de importações que permitam a nossa indústria operar a plena carga. Se persistir nossa incapacidade de financiar um nível adequado de importações teremos desemprego maciço na indústria brasileira.

A diferença de rendimento técnico entre a exploração manual e a exploração moderna mecanizada é a seguinte: a exploração mecanizada permite a recuperação de 90% do corpo aurífero, a exploração manual apenas 10%. Esses os dados objetivos do problema.

Preocupa-me, por isso, Sr. Presidente, que não interrompamos o incentivo à mecanização, que será a única maneira de tornar o Brasil um grande e rentável produtor. Nossa produção é, hoje, da ordem de 40 toneladas, comparada à produção canadense de 90 toneladas, à soviética de 400 toneladas, e à produção sul-africana de 700 toneladas/ano.

Eu gostaria de ver o Brasil progredir como produtor eficiente de ouro, para poder saldar as suas dívidas, para poder garantir as importações necessárias para aumentar sua taxa de desenvolvimento, para a geração de nossos empregos. E se não procurarmos cercar de proteção os direitos da mineração acabaremos desincentivando o desenvolvimento mineral, em prejuízo das áreas produtoras de ouro, em prejuízo do próprio Pará, de Mato Grosso e de outros Estados que necessitam da criação maciça de empregos, quer no setor mineral, quer no setor agropecuário, quer, eventualmente, no setor industrial.

E esse, Sr. Presidente, exclusivamente, o propósito da emenda. Ninguém mais do que eu simpatiza com a situação humana que se criou no garimpo de Serra Pelada, mas gostaria sempre que, ao registrarmos a aprovação desse projeto de lei, pensássemos também em termos objetivos e econômicos sobre o futuro do País, como produtor mineral.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. ROBERTO CAMPOS NA SESSÃO DE 6-10-83 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. ROBERTO CAMPOS (PDS — MT. Pela ordem.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

O eminente Senador Marcondes Gadelha não leu, ou tresleu, a minha emenda. Nela não se fixa nenhum tipo de indenização ao nível de 30 milhões de dólares. Se S. Exª ler, cuidadosamente, a emenda, verificará que ela diz: “indenizará pela depleção da jazida”. Não se fala em equipamento. A menção a equipamento foi puramente ilustrativa dos prejuízos que terá a concessionária pela alteração das regras do jogo. Quanto a dizer que a emenda é inconstitucional porque aumenta a despesa, teríamos a estranha bizarria de declarar inconstitucional o cumprimento da Constituição, porque eu não fiz mais do que citar o art. 153, § 22. Em nenhum país do mundo é inconstitucional citar a Constituição. Não entendo, portanto, a argumentação do nobre Senador Marcondes Gadelha.

O Senador Benedito Ferreira disse uma coisa verdadeira, quando menciona que estou trazendo remendo a pano podre.

A arguição da inconstitucionalidade vai mais fundo, e deveria aplicar-se a todo o projeto e não à emenda. Visei, com minha modesta emenda, apenas, a diminuir, por assim dizer, o grau de inconstitucionalidade, reafirmando um certo respeito a direitos adquiridos. Se o Senador Marcondes Gadelha atentar para os § 1º e § 3º do art. 153 da Constituição verá que o projeto é todo ele inconstitucional, porque não é isonômico.

Diz o § 1º do art. 153: “Todos são iguais perante a lei”; diz o § 3º: “A lei não prejudicará o direito adquirido”. Ora, o projeto em causa estabelece desigualdades em desfavor de uma empresa individual, que se vê privada de gozar plenamente a concessão obtida em decreto de lavra. Outras empresas poderão gozar plenamente. E ou não é isso uma heteromia inconstitucional?

No § 3º se diz: “A lei não prejudicará o direito adquirido”. Houve ou não houve um decreto de lavra que configurou um direito adquirido?

Por isso, a argumentação do Senador Marcondes Gadelha parece resultar ou de não ter lido adequadamente a emenda, ou de estar possuído de um furor ilógico. Muito obrigado. (Muito bem!)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. ALMIR PINTO NA SESSÃO DE 13-10-83 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. ALMIR PINTO (PDS — CE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Não faz muito tempo tive oportunidade de abordar, da tribuna do Senado Federal, um assunto em que um alto empresário e industrial deste País reclamava contra a direção da CACEX de então, pela maneira como ela procedia em relação às exportações brasileiras.

Cito agora, — e repito — o nome do industrial, empresário e talvez o maior do País, Sr. Ermírio de Moraes quando, em entrevista à imprensa nacional S. Sª dizia exatamente isto que era para estarrecer a todos: tinha uma exportação de manganês da ordem de 108 milhões de dólares — por aí assim — e há 90 dias que esperava licença da CACEX para realizar a exportação daquele produto.

Depois, Sr. Presidente, eu ainda me referia que tempos atrás, quando o próprio Estado encontrou dificuldades para exportar o nosso açúcar, em face dos Estados Unidos oferecerem preço vil, e quase não querer importar o nosso produto, o nosso Ministério do Exterior naquela ocasião, orientado por um grande pernambucano, esse nosso Ministro tomou a peito a negociação do açúcar brasileiro, mandou-se para a América Central, e não sei bem se até para a África, e colocou a bom preço todo o nosso produto, mostrando assim aos outros países que queriam sabotá-lo, que nós tínhamos condições de um mercado livre com outras nações do hemisfério.

Agora, Sr. Presidente e Srs. Senadores, volta o problema do açúcar. Sabemos o preço vil que está custando a saca do nosso produto.

A própria CACEX ainda agora, Sr. Presidente, como se lê num bem fundamentado editorial do *Jornal do Brasil*, de hoje, o pensamento do Sr. Carlos Viacava, que diz exatamente isto:

“De que se deve extinguir o controle do Estado sobre algumas linhas de exportação, como a do açúcar. E incompreensível, a esta altura, que ainda permaneça ativo um monopólio estatal sobre atividade tão tipicamente privada.”

Sentimos, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que a atividade privada deve ser estimulada pelo Estado, mas nunca obnubilada, porque sabemos do poder de barganha que o produtor e o operador comercial têm em colocar o seu produto no exterior. E diz mais Carlos Viacava:

“O setor privado é muito mais eficiente do que o setor público, na opinião consensual dos que conhecem as relações econômicas internas no País e na opinião do Diretor da CACEX, manifestada agora após ter tomado íntimo contato com a vasta problemática do comércio exterior brasileiro.”

“Sua opinião deveria pesar no sentido de induzir o governo a abandonar as posições que ocupa no espaço destinado aos agentes privados do processo econômico.”

Agora chamo a atenção dos Srs. Senadores para esta parte que é importantíssima para o Governo Federal refletir:

No caso específico do açúcar, como em outros nos quais predomine a mesma sistemática monopolítica, a outorga de cotas se transforma em uma fonte de privilégios e, em consequência, de corrupção.

Ora, ceder privilégios não se cede por qualquer coisa, cede-se mediante polpudas gratificações; é isso o que se sente e que está espelhado no pensamento do Sr. Carlos Viacava:

"Onde há o poder discricionário de distribuir benefícios há necessariamente corrupção. Isto é inevitável aqui como em qualquer outro lugar. Do mesmo modo, dever-se-ia eliminar o controle governamental das exportações de café não compreendidas no sistema da OIC. Por que as exportações extracotas não podem ser livremente manipuladas pelos operadores privados do comércio exterior?"

Logo em seguida vem um terceiro ponto em que o editorialista mostra a deficiência do Poder Público na comercialização. Diz ele:

"O Estado é, intrínseca e irreversivelmente, ineficiente como operador econômico. Sua função é política."

Aí, então, eu retrocedo um pouco, Sr. Presidente, para falar sobre o problema do café. Acredita o Jornalista que aquele excedente da cota de contribuição à OIC poderia ser comercializada pelos operadores privados.

A terceira parte deste editorial, reporta-se a:

"Exemplos de ineficiência do Estado, qualquer que seja o setor onde se proceda a análise, são os mais evidentes. Agora mesmo se presencia uma operação ineficiente do IBDF, através da COBEC, na exportação das madeiras de Tucuruí."

Aborda a maneira como essa madeira foi e está sendo transacionada, a preços vis, sob a alegativa de que se trata de madeira desconhecida. Essa é a argumentação que vamos ver mais adiante. Mas, nada disso influi. Os importadores comprem toda e qualquer madeira, salvo uma pequena parte de madeira nobre para obras específicas. Não é o caso do compensado, qualquer madeira serve para fazê-lo.

Então diz aqui:

"Os operadores privados sabem que os preços das vendas já efetivadas pelo IBDF estão sensivelmente abaixo das cotações internacionais, representando transferências de rendimento para o exterior inteiramente injustificáveis. A explicação de que a madeira brasileira é desconhecida no estrangeiro, razão pela qual há que lhe aviltar o preço, é por demais permeável. O comércio internacional de madeira consome praticamente qualquer espécie, conhecida ou não, salvo nos casos de aplicação muito específica, que representam parte irrelevante do consumo global. As aplicações industriais, como na fabricação de compensados, absorvem perfeitamente as espécies não classificadas como madeiras nobres."

Então, nós estamos entregando a nossa madeira a um preço aviltante. Se ela fosse comercializada pelos operadores privados, isto de certo não estaria acontecendo. Na verdade a fusão do Estado deve ser política, cabe-lhe estabelecer normas destinadas a amparar o direito coletivo, e deixar que o setor privado realize os seus fins.

Grande parte das dificuldades atuais do Brasil advém do crescimento imoderado do Estado e de sua participação excessiva na formação do produto. Basta ver o famoso déficit das estatais, responsável em grande parte pela inflação, isso para se ter a idéia precisa dos malefícios provocados pela atrofia do setor privado da economia brasileira.

Por conseguinte, Sr. Presidente, eu achei por bem, fazer estas observações em que estão, exatamente, em foco o problema do açúcar, o problema do café e o problema

da madeira de Tucuruí, produtos esses que estão sofrendo, digamos assim, o aviltamento nos seus preços e que, como acha a CACEX, todos esses produtos — afora a cota do café para a OIC — deveriam estar sendo comercializados por via privada, pelo produtor e pelo operador privado. Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. VIRGÍLIO TÁVORA NA SESSÃO DE 13-10-83 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA (PDS — CE. Para uma comunicação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, pelo respeito que temos à publicação na qual inserida está a notícia, ou seja, a revista *Visão*, achamos da nossa obrigação fazer um reparo ao seu nº 40, de 3 de outubro de 1983, onde está estampado quanto à falta d'água: "A torneira seca do País — Nordeste". Diz ela:

Fortaleza: calamidade — Em outra capital do Nordeste a situação é calamitosa. Contrariando a previsão do Senador Virgílio Távora (à época Governador) feita em 1981, ao inaugurar o Sistema Pacoti—Riachão — "Quero ver Fortaleza reclamar de falta de água até o ano 2000" —, a cidade passa por racionamento desde junho último.

Sr. Presidente, a meia verdade é muito pior do que a inverdade. O sistema de abastecimento d'água Pacoti—Riachão, de Fortaleza, foi terminado em sua primeira etapa em outubro de 1981, no auge da seca que há 5 anos assola a região. A afirmativa era verdadeira, apenas deixaram de acrescentar: "Desde que haja um inverno para encher os reservatórios". Reservatório, por mais possante que seja, sem um inverno que o tenha enchido, impossível a ele é abastecer qualquer cidade. Pequeno detalhe, mas que justamente invalida toda a crítica feita. Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. MARCO MACIEL NA SESSÃO DE 13-10-83 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. MARCO MACIEL (PDS — PE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, "A educação terá, por objeto, o pleno desenvolvimento da personalidade humana, o fortalecimento do respeito aos direitos do homem e às liberdades fundamentais; favorecerá a compreensão, a tolerância e amizade entre todas as nações e todos os grupos étnicos e religiosos..."

O trecho citado, extraído da Declaração dos Direitos do Homem — legítima expressão da consciência universal — evidencia que a educação há de ser entendida como processo de informação, absorção do conhecimento e formação da personalidade, agindo sobre o homem concreto, inserido em seu meio e sistema de valores.

Educação não se confunde, pois, com mera instrução; é processo mais global, do qual instrução seria a base na qual se apóia e harmoniza o organismo vivo do pleno desenvolvimento da personalidade. Neste há que considerar, porém, duas faces:

A primeira diz respeito à progressiva integração do homem em seu meio social e cultural, indispensável a que se o atinja; daí por que devem os sistemas educacionais diferenciar-se entre nações e regiões, segundo índoles e caracteres nacionais e regionais, ou formas diversas de civilização e cultura.

Implica também considerar o desenvolvimento da personalidade dentro de quadro abrangente do respeito ao homem, em todos seus valores intrínsecos e toda sua universalidade — respeito "ao homem todo e todos os homens", para aplicar a este caso magistral observação com que Paulo VI referiu-se à destinação do desenvolvimento.

Apesar do longo caminho percorrido desde que Platão e Aristóteles, na Grécia do século V a.C., construíram os fundamentos éticos a partir dos quais viria a sedimentar-se a filosofia da educação, verifica-se através da história que a evolução desse setor decisivo para a humanidade deu-se de forma assimétrica, e hoje estamos ainda distantes de alcançar os objetivos que informam a Declaração dos Direitos do Homem.

Em sua *República*, como também nas *Leis*, Platão considerava a educação doméstica e a vida familiar de certo modo prejudiciais à formação do "cidadão-guarda" do Estado ideal — embora, ao fazê-lo, procurasse talvez lançar bases sólidas em que se assentasse a responsabilidade do Estado na educação. Esparta levou tal preocupação ao paroxismo, educando seus jovens sob supervisão direta do poder: os homens preparavam-se para a guerra, às mulheres destinavam-se papéis de esposas e mães de guerreiros.

Roma aproveitou grande parte das idéias helênicas sobre educação, e disseminou-as por seu vasto Império. Como na Grécia, surgiram escolas de gramática, retórica e filosofia. A tirania que se estabeleceu durante o período imperial, porém, comprometeu parcialmente o esforço iniciado nos tempos da República romana. Tal situação não encontrou meios de superar-se nos primeiros tempos do cristianismo, quando o ideal da vida monástica, despojada de tudo quanto não se ligasse diretamente à contemplação mística, relegou a plano secundário a cultura clássica e seus instrumentos de preservação, a educação entre eles.

A partir do século XI — portanto em plena Idade Média — começou o renascimento da educação. São figuras representativas desse esforço Santo Tomás de Aquino e Abelardo, dele resultando a fundação de universidades em toda a Europa Ocidental. O grande desenvolvimento cultural e artístico ocorrido ao final da Idade Média e início da Era Moderna, conhecido genericamente por Renascimento, representou, na realidade, desagudouro e ápice do processo desencadeado nas universidades, mosteiros e centros de cultura disseminados na época medieval.

Outro importante ponto de inflexão para o desenvolvimento educacional foi a Reforma Protestante, bem como a reação consubstanciada na chamada Contra-Reforma, que teve seu ponto crucial no Concílio de Trento. De um lado, a Igreja resultante do cisma de Lutero representou papel impulsionador e modernizador da educação nos países que a adotaram; de outro, a Igreja Católica dedicou-se amplamente, sobretudo no sul da Europa, às atividades educacionais, do que é exemplo conhecido a atividade da Companhia de Jesus.

Mais conhecida é a evolução que se registrou nos tempos modernos e contemporâneos. Não se pode esquecer o papel desempenhado por alguns dos mais célebres homens de pensamento que o mundo já conheceu: Voltaire, Diderot e os "enciclopedistas" — ainda que muitos desses, Voltaire à frente, defendessem a idéia de uma educação voltada apenas para as elites. Igualmente importantes foram Rousseau, que conclamava ao retorno à simplicidade e à natureza; Kant, para quem o supremo guia da vida é a lei do dever, favorecendo, pois, o apelo à coerção como fundamental para a educação; e sobretudo, no que tange à evolução educacional em si mesma, o suíço Pestalozzi, primeiro a defender a generalização da instrução — não sem razão considerado por muitos o verdadeiro fundador da educação moderna.

No Brasil, a história da educação iniciou-se com a chegada dos primeiros jesuítas, em 1549. Com o intuito de propagar a fé, os padres de Santo Inácio lançaram as bases de um vasto sistema educacional, que se expandiu com o avanço territorial da Colônia, e por dois séculos constituíram-se nos únicos educadores do Brasil.

Aliás, já que buscavam servir à fé, os jesuítas implantaram sistema único, destinado a ensinar colonos e índios estabelecidos nas várias regiões do País. Com isso a cultura nativa foi pouco a pouco substituída pelas ide-

ias européias, o que viria a ter marcantes consequências para a formação cultural do Brasil, em especial no concernente à educação.

É inegável, contudo, a obra civilizadora dos jesuítas, não apenas para a manutenção e desenvolvimento do ensino como também para a própria integração do vasto continente que viria a conformar a Nação brasileira. Tão importante foi sua atuação que, em meados do século XVIII, quando Pombal os expulsou do Brasil, desarticulou-se por completo o sistema, que só se recuperou da desagregação e decadência com a vinda da família real e a transformação da antiga Colônia em Reino Unido a Portugal.

Para atender às necessidades da Corte que aqui se instalava, D. João VI fez fundar várias instituições culturais que vieram dar novo impulso à educação, como a Imprensa Régia, a Biblioteca Nacional, o Museu e, sobretudo, entidades de ensino superior — Escola Naval, Escola Militar, de Medicina, de Agricultura, Economia, Química e Desenho Técnico. Ainda que na maioria circunscritas ao Rio e à Bahia, essas escolas começavam a superar a limitação do ensino de humanidades e letras, vigente até então, marcando um período decisivo na evolução educacional do País.

Outra fase crucial foi a subsequente à proclamação da Independência e instalação do Império. Sob influência das idéias da Revolução Francesa, que se difundiram no Brasil desde a época da Inconfidência Mineira e encontraram guarida nas elites dirigentes da jovem Nação, falava-se em educação popular e discutia-se a difusão das escolas na Assembléia Constituinte. Uma lei de 1822 — ano da Independência — estabelecia que se criassem escolas primárias em todas as cidades, vilas, povoados e escolas secundárias nas cidades e vilas mais populosas.

Cedo, porém, o sistema sofreu uma quebra, antes mesmo que se dispusesse de recursos para fazer cumprir a lei de 1822: o Ato Adicional de 1834, portanto no período regencial, também descentralizou o ensino básico, atribuindo-o à responsabilidade das províncias do Império; passaram a coexistir, portanto, dois sistemas de ensino, um federal e um provincial, relativamente estanques, e enquanto no primeiro faltava a base de instrução fundamental, o segundo carecia do complemento das escolas superiores.

De toda forma o ensino provincial conseguiu, em grande medida, florescer através do desenvolvimento de escolas particulares, das quais são expoentes o Colégio Caraça, fundado em Minas pelos padres lazaristas, e o Colégio Pedro II, do Rio, criado pelo próprio governo central, ambos responsáveis pela formação de várias gerações de estadistas.

Observa-se que o ensino técnico e profissional, desde então, colocaram-se em segundo plano: apesar da tentativa representada pela Escola de Artes e Ofícios, do Rio de Janeiro, fazia-se sentir o preconceito, do qual só a custo o País consegue libertar-se, contra os trabalhos manuais — e por extensão as profissões técnicas — considerados desonrosos e desde então relegados em favor da instrução literária e retórica das elites.

De tudo isso resultaria, na República Velha e, até certo ponto, ainda em tempos recentes, a marca de descontinuidade do processo educacional brasileiro. Oscilando entre o enfoque prioritário ao ensino básico ou à universidade; indeciso entre a responsabilidade direta do Estado ou sua delegação à iniciativa privada; alternando apoios e desestímulos ao ensino religioso, sucederam-se normas legais e reformas do sistema educacional, sem que se conformasse, até os dias atuais, uma política coerente e adequada para o setor.

Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Tenho consciência de que a educação é setor que enfrenta sérios problemas não apenas no Brasil, mas em todo o mundo dividido por antagonismos e conflitos, quer entre concepções diferentes de Estado e sociedade, quer entre interesses contraditórios de nações ricas e pobres.

Mesmo nos Estados Unidos, país de alto nível de estágio democrático, defrontam-se os dirigentes com graves problemas no setor educacional. A ponto de afirmar, dias atrás, em suas conclusões, a Comissão Nacional sobre a Qualidade de Ensino, criada pelo governo, entre outras considerações altamente negativas, ser o “nível médio das escolas o mais baixo dos últimos 20 anos”. “Pode-se dizer — prossegue — que 23 milhões de americanos são analfabetos ou semi-analfabetos e 13 por cento dos jovens com menos de 17 anos mal sabem ler e escrever”.

Sabemos que no Brasil o problema apresenta-se ainda mais preocupante. Um dos mais ilustres estudiosos do assunto, o eminente Senador João Calmon, disse, a propósito, com a habitual acuidade, em recente discurso que pronunciou nesta Casa, que “entre as lutas prioritárias que devemos travar no País (encontra-se) o combate à ignorância”, para acrescentar, logo a seguir, citando o Estadista francês Raymond Poincaré, que educação “deveria ser considerada problema número um, número dois, e número três do País”.

Ressalta-se, de pronto, que a Nação, infelizmente, ainda está muito longe de resolver o grave problema do analfabetismo. Apesar de todo o esforço já realizado, 26 por cento dos brasileiros encontram-se nessa condição, porcentagem que no Nordeste atinge a alta cifra de 49 por cento.

Examinando o assunto, em perspectiva mundial, concluiu recente estudo da UNESCO que a crise econômica contribuiu para agravar o quadro, em virtude de, cada vez mais, parcela menor de dotação ser alocada ao combate ao analfabetismo. Grave, contudo, é a observação da referida organização internacional de que, malgrado ser a América Latina, no Terceiro Mundo, o continente menos desfavorecido, tem o Brasil taxa de analfabetos superior à da região, que é de 20 por cento.

Além disso, mais de sete milhões de crianças na faixa de 7 a 14 anos ainda estão sem frequentar a escola.

Note-se, igualmente, que de 24 milhões de crianças com idade inferior a sete anos, 22 milhões não tem nenhum atendimento pré-escolar.

Ademais, Nação em desenvolvimento, ainda não conseguiu o Brasil encontrar sua própria Escola, não foi até agora capaz de produzir sistema educativo eficaz, adequado à sua realidade.

Certamente é esta uma das principais razões pelas quais o sistema educacional brasileiro apresenta falhas e deficiências em todos os seus níveis — constatação dolorosa por certo, mas não exagerada. As sucessivas reformas do ensino — inclusive a última consubstanciada na Lei nº 5.692, de 1971 — os estudos que se acumulam e, muitas vezes, não oferecem senão resultados tímidos ante a magnitude do problema, refletem muito bem a inadequação, a insegurança e a reduzida eficácia da escola brasileira.

O Sr. Almir Pinto — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. MARCO MACIEL — Com prazer ouço V. Ex^a, caro Senador Almir Pinto.

O Sr. Almir Pinto — Nobre Senador Marco Maciel, admirei-me o percentual que V. Ex^a dá, no seu discurso, do elevado número de analfabetos e semi-analfabetos dos Estados Unidos, uma nação capitalista, uma nação forte, com um elevado número de analfabetos, me parece da ordem de 20% segundo V. Ex^a, e mais uma porcentagem de outros tantos por cento que não sabiam ler, eu não gravei bem. Se nós compararmos em relação ao Brasil, ou seja, se nós considerarmos os dois Brasis, o Brasil Sul e o Brasil Norte-Nordeste, se fizermos uma comparação com o Brasil-Sul veremos que não estamos numa situação muito diferente em relação aos Estados Unidos. Naturalmente a parte desenvolvida e economicamente forte do Brasil não oferece aquele triste quadro do nosso

Nordeste pobre, sofredor, que aí está, e cada dia piorando mais, porque, uma situação de 5, 6 anos de calamidade, as crianças sem irem à escola, na verdade, há uma fuga natural para sobreviver, e daqui para a frente, teremos percentagem um pouco maior, mais defasada, do que a atual de analfabetos, de crianças fora da escola. O problema da criança fora da escola é muito sério — já não digo em todo o Território Nacional, mas no Norte e Nordeste principalmente. Homem do Nordeste, V. Ex^a sabe que os pais não mandam a criança de 10, 11 anos mais para a escola. Não mandam porque precisam do filho para o roçado, e a mãe, da filha para o trabalho doméstico, para costurar, para bordar, etc. Assim há essa fuga alarmante da escola. Essa fuga diminuiu durante certo tempo, quando Anísio Teixeira imaginou o ensino de artes industriais, aquelas escolas construídas anexas aos grupos-escolares, que hoje são as escolas de primeiro grau. De certa maneira houve retenção de crianças nas escolas, porque os pais achavam que nelas o seu filho aprenderia uma profissão e poderia trabalhar em cerâmica, em cipó, em madeira etc. As mães deixavam as filhas para aprender decoração, bordado, costura, etc. Entretanto depois que acabaram com o ensino de artes industriais — coisa que nunca entendi — a fuga continuou crescendo nas escolas, principalmente nas do Norte e Nordeste brasileiro.

O SR. MARCO MACIEL — Nobre Senador Almir Pinto, acolho com muita alegria o aparte de V. Ex^a. O Relatório a que me referi sobre a educação americana foi elaborado por solicitação do Secretário de Educação T. H. Bell, por determinação do Presidente Ronald Reagan. Tem como título “Uma Nação em Risco”, tal a extensão da crise que eles detectaram na natureza e na qualidade do ensino nos Estados Unidos da América do Norte, Nação que é líder do mundo democrático e exibe, sob todos os aspectos, inclusive no plano social, os mais positivos indicadores. Esse relatório chegou à conclusão extremamente negativa sobre o estágio da educação nos Estados Unidos, e se converteu, por isso mesmo, não apenas em tema de campanha por parte da Oposição, como também de preocupação por parte do próprio Presidente Ronald Reagan. Tanto assim que ele fez questão de convocar a sociedade para que venha ajudar o Governo na tarefa de transformar a sociedade americana, através de uma revolução no processo educacional.

Em verdade, isso que se passa nos Estados Unidos, se bem que grave, é muitas vezes mais grave se analisarmos a situação existente no País. V. Ex^a conhece bem os números e sabe quão elevada ainda é no Brasil não apenas a taxa do analfabetismo, como igualmente a taxa de evasão e repetência, sobretudo no chamado ensino básico. Por isso consideramos deva ser dada uma ênfase governamental, para que se transforme, significativamente, o quadro da educação em nosso País. De mais a mais, parece existir no Brasil um hiato muito grande entre reconhecer-se a educação uma tarefa prioritária e a adoção de medidas que convertam essa prioridade meramente retórica em algo concreto. Por isso que considero que deva haver não apenas uma tomada de consciência por parte da sociedade brasileira, como também a adoção de providências mais eficazes por parte dos governos, de modo especial do Governo Federal.

Como tem defendido sempre com muita propriedade, o Senador João Calmon, está na hora de nos mobilizarmos para modificar o quadro da educação em nosso País, sobretudo quando se sabe que não se pode cogitar de um desenvolvimento auto-sustentado se continuarmos a exibir tal situação no plano educacional.

A Sr^a Iris Célia — V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. MARCO MACIEL — Pois não, cara Senadora Iris Célia.

A Sr^a Iris Célia — Nobre Senador Marco Maciel, V. Ex^a nos brinda esta tarde com magnífico pronunciamen-

to em torno de assunto palpitante, assunto que interessa a nós todos brasileiros — a educação. Também eu, na minha curta passagem por esta Casa, já trouxe à tribuna, por duas vezes, e amanhã pela terceira vez, se Deus quiser, minhas considerações à cerca da educação nacional. V. Exª bem coloca o problema brasileiro, embora os Estados Unidos estejam também em estado educacional de carência. É um atestado de que o Mundo inteiro vai mal em educação e de que o Mundo não está considerando a educação prioridade zero, um, dois ou três, conforme tem sido colocado pelo nosso Senador João Calmon, e por V. Exª tão bem repetido. O Mundo está padecendo de problemas incriveis de guerras, de fome, de uso de drogas, etc., exatamente porque se descuidou da educação. Mas, embora isso esteja sendo colocado em relação aos Estados Unidos, a nós preocupa o Brasil, a nossa querida Pátria, o nosso querido País, ainda com um índice elevadíssimo de analfabetismo e de crianças fora das escolas.

O SR. MARCO MACIEL — É verdade. —

A Srª Iris Célia — Ainda ontem comemorávamos o Dia da Criança, mas, intimamente, sentíamos a tristeza de saber que 7 milhões de crianças, de 7 a 14 anos, ainda não tiveram direito à escola; 10 milhões de crianças, de 4 a 6 anos não tiveram direito à pré-escola, indispensável ao desenvolvimento biopsíquico-social da criança. Mas, V. Exª coloca muito bem, quando diz que estamos ainda em busca de um modelo. Lembro-me que ontem, em um dos jornais que li, a universidade se autocontestava, e se auto-angustiava por não estar seguindo a sua linha de pesquisa e de produção de serviço. E, por que a universidade, que onera tanto o País, como ela mesmo reconhece, levando grandes parcelas dos recursos, não se debruça sob o problema do modelo educacional brasileiro? Esse é um desafio que V. Exª está a colocar ao nosso alcance, qual seja, o de sugerir à universidade brasileira que se preocupe com os problemas educacionais do Brasil, que reflita sobre as diversas realidades brasileiras, que busque alternativas às soluções desse problema, de modelos educacionais, de modelos de qualificação do professor da zona rural. E, temos que considerar não apenas a quantidade de crianças, o que é grave, que estão fora da escola, mas também o que V. Exª colocou, que grande parte das crianças estão dentro da escola sem receber um ensino condigno e elas se evadem, e não concluem, conforme a nossa grande Ministra da Educação teve a coragem de colocar ao público, não concluem o curso por evasão ou repetência. Então, esses são os problemas que devem preocupar os brasileiros, porque é da escola que sairão os grandes dirigentes, é na escola que se fortalecem o engenho e a arte e as grandes soluções do futuro País. Eu me congratulo com V. Exª e fico tão feliz, como professora, em estar aqui ouvindo a sua aula, a sua preleção, as suas orientações, e seu discurso muito bem fundamentado. Parabéns, nobre Senador.

O SR. MARCO MACIEL — Nobre Senadora Iris Célia, eu quero, inicialmente, agradecer, muito sensibilizado e desvanecido, as referências que V. Exª faz às palavras que estou proferindo, sobre o problema educacional brasileiro. Quero dizer que subscrevo, integralmente, as observações que V. Exª vem de fazer, sobretudo porque, como salientou V. Exª, além do grande número de crianças, infelizmente ainda fora da escola, tão grave quanto isso são as taxas de evasão e repetência, que ainda se verificam na escola brasileira. Dados estatísticos, recentemente referidos pela Ministra Esther de Figueiredo Ferraz, apontam que, das mil crianças que entram na primeira série do 1º grau, apenas 170 concluem o ensino básico. Isto é bem uma demonstração de que apenas 17% conseguem concluir o curso. O quadro se agrava ainda mais se formos olhar o desdobramento com relação ao

curso superior. Por isso, quero dizer a V. Exª que concordo com suas palavras quando insiste na necessidade de uma prioridade para o problema educacional brasileiro, de modo especial de uma mobilização ampla, que não envolva apenas instituições governamentais, mas que envolva toda a sociedade brasileira, a partir mesmo das lideranças comunitárias, inclusive do próprio empresário brasileiro.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, uma rápida observação da situação em que se encontra o ensino nacional poderá ser útil, para que detectemos e compreendamos melhor seus pontos mais vulneráveis.

No ensino de 1º grau percebe-se, de imediato, elevada proporção de mestres — abnegados mestres, em sua grande maioria, a procurar compensar com dedicação e empenho as deficiências da preparação profissional — sem formação adequada; na realidade mais da metade deles sequer recebem adestramento específico para o ensino, no que se refere à chamada escola primária, enquanto nos quatro anos subsequentes é comum o magistério ser exercido por leigos ou habilitados em licenciatura curtas — que geralmente não fornecem preparo suficiente.

O elevado número de educandos com classe é outro dos males que vitimam o ensino de 1º grau, a que se somam reduzido período letivo e insuficiente tempo médio que efetivamente se dedica à instrução. É também grande a porcentagem de evasão escolar, sobretudo após dois ou três anos de frequência, nos quais dificilmente consegue o aluno ultrapassar a primeira série — seja por razões econômicas de todos conhecidos, seja falta de estímulos capazes de reter o educando.

Os programas de merenda escolar devem por isso ser apoiados, sobretudo nas áreas mais periféricas; isto propiciaria que muitas crianças passassem a frequentar a escola, e evitaria que outras deixassem de fazê-lo por falta de um mínimo de condições alimentares.

Nas classes oferecidas às populações carentes, falta, por um lado, material escolar em qualidade e quantidade adequadas, em contraste com as escolas frequentadas pelas camadas economicamente superiores — nessas há, não raro, desperdício e exagerada sofisticação.

No ensino de 2º grau ainda se observam altas taxas de evasão e repetência, embora nele as deficiências sejam pouco menos gritantes, quer porque se procura compensar as falhas do estágio anterior, quer pelo temor de conduzir a clientela ao insucesso nos exames vestibulares.

Nisto, vale observar, reside um dos problemas deste nível: excessivamente preocupados em preparar para os testes que abrem as portas da Universidade, os mestres muitas vezes perdem de vista as finalidades mesmas da educação; o 2º grau perde o sentido da harmonia, da continuidade do processo, gerando fundo descompasso que vai afetar a evolução futura do aluno.

Quanto ao ensino universitário, — e não pretendo analisá-lo em profundidade o estudante que a ele consegue ascender é, via de consequência, vítima das disfunções dos níveis anteriores; daí o baixo nível geralmente exibido pelo corpo discente das escolas superiores brasileiras.

O corpo docente por sua vez está sujeito, em grande porcentagem, a muitos e graves reparos, quer por deficiência de formação e apoio logístico-administrativo, quer por constituir-se o magistério frequentemente, em atividade, não principal na vida profissional dos mestres.

Ponto frágil na Universidade brasileira é também o planejamento deficiente, que acarreta uso inadequado dos escassos recursos disponíveis — materiais, financeiros, humanos; erros de planejamento refletem-se, por exemplo, na localização inadequada da campi universitário; na criação de novos cursos que não respondem à realidade nacional ou local; nas falhas administrativas, na imprópria gestão financeira, orçamentária e de pessoal.

O Sr. Fábio Lucena — Permite V. Exª um aparte?

O SR. MARCO MACIEL — Pois não, com prazer ouço V. Exª, nobre Senador Fábio Lucena.

O Sr. Fábio Lucena — Nobre Senador Marco Maciel, a importância do seu pronunciamento transcende às limitações do Congresso, porque se espalha por todos os segmentos da sociedade brasileira. Em 1967, há 16 anos, o escritor, o jornalista francês Jean Jacques Servan-Schreiber, tornou-se famoso no mundo todo com a publicação de um livro a que deu o título de "O Desafio Americano", e que mereceu, em Língua Portuguesa, cerca de 10 traduções. Nesse livro ele inclui um capítulo destinado ao chamado Relatório Denysson, um relatório encomendado pelo governo dos Estados Unidos para que se detectasse, dentre os fatores proporcionantes do desenvolvimento social e econômico, aquele que fosse o fundamental, o primordial, o essencial, o prioritário em escala primeira. Denysson chegou à conclusão de que a educação é a infra-estrutura de todas as infra-estruturas desenvolvimentistas. E, em consequência, depois da posse do Presidente Roosevelt, o governo norte-americano, de dez em dez anos, começou a decuplicar o seu orçamento em educação. O mesmo não aconteceu com os países europeus. O mesmo escritor, num capítulo que ele intitula o *gap*, ao assinalar o fosso educacional existente, na época, entre os Estados Unidos e os países europeus, credita aos países europeus o fato de não terem dado o mesmo tratamento à educação que deram os Estados Unidos. Por isso entraram numa espécie de fosso, num *gap*, não apenas educacional, mas de desenvolvimento, de toda a ordem, inclusive menciona o caso do império Britânico, que está perdendo toda a sua auréola de glória em consequência do desapeço dado ao processo educacional. Os regimes de força, com relação à educação, se comportam de duas formas: uns, incrementam a educação, como fator de sustentação do próprio Estado — é a orientação que parte do Estado para garantir o sistema ou a elite no poder. Podemos dar o exemplo da Alemanha, de Hitler, da Itália, de Mussolini, e da Rússia, de Stalin. Um outro tipo de sistema de força só subsiste no poder, no poder só se mantém se minimizar os fatores dos quais depende o sistema educacional. Foi justamente o que aconteceu ao nosso país, e se V. Exª se der ao trabalho — acredito que se tenha dado — de analisar a evolução das reservas orçamentárias destinadas ao setor educacional, V. Exª vai observar ascensos e descensos, ao longo dos últimos 20 anos, e vai desembarcar numa situação de quase estagnação — estagnação em termos percentuais — no que pertine à aplicação de recursos orçamentários para a educação. Então, no meu entender, fez parte do interesse do regime que se instalou no Brasil, em 1964, manter a educação nesses níveis, a fim de que pela deseducação do povo brasileiro o regime, o sistema pudesse manter-se no poder. Em consequência, é preciso haver uma revolução global, no processo educacional, e revolução global de hábitos, costumes e mudanças no próprio sistema de poder, a fim de que possamos reencontrar esse fio histórico, no sentido de fortalecer a educação nacional. Enquanto não se fizer essa revolução — revolução no sentido de transformação, não revolução no sentido de mudança pela força — enquanto não se proceder a essa transformação profunda, nós não atingiremos, lamentavelmente, os objetivos a que V. Exª pretende colimar no esboço do seu pronunciamento. Daí, nobre Senador, a necessidade de mudar tudo neste País, desde o Presidente da República até o contínuo da mais remota repartição municipal de nossa Pátria. Perdo-me V. Exª por tê-lo interrompido.

O SR. MARCO MACIEL — Nobre Senador Fábio Lucena, V. Exª faz uma série de considerações sobre a problemática educacional no mundo e, de modo especial, das dificuldades por que passa o setor educacional

em nosso País. Concorro com V. Ex^a, quando diz que no País a prioridade para a educação tem oscilado. Temos tido momentos em que verbas mais significativas são alocadas para a educação, e momentos em que o crescimento dos recursos orçamentários ficam aquém das próprias taxas de inflação observadas no nosso País. Mais recentemente, se quisermos falar somente da década de 1980, durante o período em que esteve à frente do Ministério da Educação o General Rubem Ludwig, as dotações sempre cresceram bem acima das taxas de inflação observadas em nosso País. Se não estou equivocado, em 1981, a inflação não tendo chegado à casa dos 80%, as dotações consignadas para a educação atingiram um aumento, comparado com 1980, em torno de 135%. Agora, infelizmente, de fato, a proposta orçamentária para 1984 não parece privilegiar novamente a educação.

O Sr. Fábio Lucena — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. MARCO MACIEL — Pois não, com prazer.

O Sr. Fábio Lucena — Eu gostaria que V. Ex^a retificasse o não parece, porque a proposta orçamentária não beneficia a educação.

O SR. MARCO MACIEL — É verdade, não houve crescimento real, isto é, os recursos estão, inclusive, aquém dos consignados para este ano se considerarmos a expectativa inflacionária para o ano de 1984. Agora, o que nós esperamos, e neste sentido é que nós fazemos, neste instante, um apelo, é que o Governo federal, já que não contemplou, na sua proposta orçamentária para o próximo ano, a Educação com os recursos necessários, procure compensar essa deficiência alocando mais significativamente recursos de outras fontes. Poderia lembrar, por exemplo, as dotações do FINSOCIAL. Espera-se, para 1984, que a arrecadação do FINSOCIAL possa ascender a mais de um trilhão de cruzeiros. Se isso acontecer, eu acredito que se poderia alocar significativas parcelas desses recursos para atender às carências do setor educacional brasileiro. Cito o FINSOCIAL, mas nós podemos pensar, também, em outros programas, de que dispõe o Governo federal. E, também — e por que não insistir nisso? — buscar, através de mecanismo indiretos, via tributação, por exemplo, incentivos fiscais, fazer com que o empresariado brasileiro possa engajar-se de forma mais decisiva no esforço para promover a educação em nosso País.

Faço questão de frisar que se nós não olharmos para o setor educacional, não seremos capazes de promover um desenvolvimento que atenda às nossas necessidades básicas, que seja estável e duradouro. Enquanto tivermos números significativos de crianças fora da escola, vamos continuar a gerar verdadeiros párias na sociedade e, conseqüentemente, a criar enormes dificuldades para a promoção do progresso do nosso povo.

Lembro que, o grande êxito da recuperação alemã e japonesa, no após guerra, não se deveu, ao Plano Marshall. É certo que o Governo americano destinou vultosos recursos. Mas, a resposta que tanto a Alemanha quanto o Japão conseguiram dar foi porque havia povos habilitados, preparados, cultos que foram capazes de fazer com que, no espaço de uma geração, 15 anos, voltassem àqueles países a ser líderes mundiais em taxas de desenvolvimento. Por isso, que nunca é tarde em insistir na importância do desenvolvimento da Educação para o nosso País.

A Sr^a Iris Célia — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. MARCO MACIEL — Pois não, ouço V. Ex^a com muito prazer.

A Sr^a Iris Célia — Quería hipotecar solidariedade a V. Ex^a, às suas palavras, às suas reivindicações, fazer nossas essas palavras e essas reivindicações. Nossas, do povo brasileiro, nossas, das crianças que estão fora da escola; nossas, de todos aqueles que vêm a seletividade do siste-

ma educacional brasileiro. Nós admitimos a seletividade que brota do educando, de uma educação melhor, de um ensino melhor, mas a seletividade que se vê e que se sente, que desprotege aqueles que também têm o direito à escola, a seletividade, em termos de oportunidade, essa não queremos ver. Por isso, hipotecamos irrestrita solidariedade a V. Ex^a, fazemos nossas as suas palavras.

O SR. MARCO MACIEL — Muito obrigado, Senadora Iris Célia, e aditando mais uma consideração às palavras de V. Ex^a, gostaria de dizer, que, de fato, um dos apanágios do regime democrático é justamente o de assegurar a todos igualdade de oportunidades. As pessoas não são iguais, mas, pelo menos, deve ser preocupação de uma nação que pretende ser verdadeiramente democrática assegurar a todos igualdade de oportunidades. Isso somente acontece se nós assegurarmos as condições de instrução. Por isso considero a educação, juntamente com a saúde, valores absolutos que não podem, conseqüentemente, estar submetidos a óticas restritivas, na alocação de recursos.

Mas Sr. Presidente, Srs. Senadores referia-me, há pouco à inexistência de um ensino fundamental adequado à realidade brasileira. Abordando a educação universitária, constata-se que a situação é ainda mais grave.

Estou certo de que não exagero, nem mesmo assumo postura pessimista ao afirmá-la. Faço-o, inclusive, juntamente com a Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), do Ministério da Educação e Cultura, responsável pela publicação de documento sobre o tema do qual extraí o seguinte trecho:

"A principal característica que deve revestir um diagnóstico da Universidade é a coragem de reconhecer as múltiplas causas do iminente processo falimentar que ameaça essa instituição no Brasil, não uma falência material, mas sobretudo uma falência cultural, científica e inclusive política."

Em grande parte, creio que o grave risco detectado pela CAPES origina-se do que poderia chamar falta de autenticidade da Universidade Brasileira, que apesar dos esforços já despendidos pelo Governo, com muitas e bem intencionadas medidas — algumas de amplo alcance, como as que permitiram o grande incremento de matrículas ocorrido sobretudo na década passada — ainda não se encontrou a si mesma e até, em muitos casos, recusa inserir-se na realidade que a cerca, preferindo dedicar-se a sofisticados programas de méritos científicos incontestáveis, mas que não correspondem às necessidades concretas do povo ao qual a instituição deve servir.

Além disso o próprio incremento de matrículas, se teve louvável escopo de tornar a universidade acessível a parcelas mais amplas da população, resultou em perda de qualidade de ensino, como óbvios prejuízos para o cumprimento da missão confiada à instituição.

Eis, Sr. Presidente, Srs. Senadores, uma parcela do formidável conjunto de problemas que conforma o quadro geral da educação brasileira. Constatá-los não é tarefa difícil, pois pertencem ao dia-a-dia de todos nós e de cada cidadão brasileiro.

Mas, e suas causas? Seria correto, como às vezes se tem feito, lançar todo o débito à conta do subdesenvolvimento e toda seu rol de disfunções e carências?

Certo é que considerável parte desses problemas deve-se a causas exógenas ao setor educacional, ligadas, em primeiro lugar, ao insuficiente e desequilibrado desenvolvimento nacional — insuficiência que se manifesta no conjunto do macrosistema social e, de maneira exacerbada, em setores essenciais como educação e saúde; desequilíbrio que se percebe com nitidez do ponto de vista de uma injusta repartição interpessoal da renda e também contrapõe, de forma igualmente iníqua, uma porção mais desenvolvida e dinâmica a outra, vasta e populosa, que mal consegue sobrenadar num imenso oceano de pobreza.

Causa externa ao setor vamos encontrar também na recusa em conferir prioridade à educação, refletida na diminuta porcentagem do Orçamento da União a ela consagrada. A proposta orçamentária para 1984, como já tive oportunidade de me referir, é bem uma prova disso: mesmo ocupando o segundo lugar, logo após o setor transporte, a função Educação e Cultura terá um crescimento inferior às taxas inflacionárias, ou seja, é quase certo que, em termos reais, o MEC conte com menor volume de recursos em 1983. Isto numa nação em que sete milhões de crianças entre 7 e 14 anos estão sem escola, e na qual o déficit de escolaridade no Nordeste cresceu de 42% em 1970 para 51% dez anos após.

Permitam, no entanto, que me atenha aquelas que se localizam no próprio setor.

Cito, em primeiro lugar, o fato incontestado de que ainda não conseguimos formular e pôr em prática soluções próprias e duradouras para a escola brasileira. Em grande medida o que logramos, após as diversas reformas através das quais tateamos longamente até perder de vista os objetivos fundamentais, foi conformar um sistema educacional falsamente eclético, fruto da fusão de informações alienígenas não adequadamente assimiladas.

Por isso não se poderia dizer, por exemplo, que formação insuficiente ou distorcida de professores é a única causa de má qualidade do ensino. Muitas outras causas, na verdade, estão além desse fenômeno, devendo-se referir o fato de que os mestres formam-se para um exercício que pouco tem a ver com a realidade, não levando em conta a cultura e peculiaridades nacionais.

Tal inadequação à realidade nacional — isso, sim, causa importante dos males que afetam a educação no País — expressa-se, por exemplo, na existência de sistema de ensino uno e simplificado, diante de condições bastante diversificadas e complexas.

Argumentar-se-ia, talvez, que a unidade do sistema seria requisito de integração nacional. Ainda que orientada por nobre ideal, tal afirmação repousa em grave equívoco: integração não seria, jamais, nivelamento, padronização de culturas que implicaria eliminar valores presentes desde a formação do país; ao contrário, são as diferenças entre as regiões — cada qual com suas características próprias, marcadas por costumes, manifestações artísticas e até mesmo modos e formas de expressar-se na língua única, porém enriquecida por entonações e outras peculiaridades próprias — que compõem e identificam a nacionalidade.

Disse, a propósito, Sua Santidade o Papa João Paulo II, em sua visita ao Brasil:

"A unidade cultural de um país geograficamente vasto como o vosso, e no qual se amalgamaram numerosas tradições e vários processos históricos, não nasce de uma uniformização da cultura; mas de uma pluralidade unificada pelo respeito mútuo, pelo reconhecimento das peculiaridades culturais, pelo diálogo que enriquece, a uns com os valores e as experiências dos outros".

A afirmação do Papa é tanto oportuna quanto se sabe que, em nosso País, se tende, cada vez mais, a uma condenável uniformização educacional, gerando desvantagens quer sob ponto de vista cultural, quer sob ponto de vista do próprio desenvolvimento brasileiro.

Pode-se daí depreender que a recusa à regionalização do ensino é prejudicial à unidade nacional, tendo o efeito de agravar, ao transferi-los para o campo da cultura, os desequilíbrios entre as regiões.

Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Mesmo sem ter a pretensão de oferecer, nos limites deste pronunciamento, um quadro completo da educação brasileira, creio que todos concordarão em que o setor enfrenta, hoje, crise que deve merecer atenção prioritária.

De que outra forma poderíamos lograr o aperfeiçoamento democrático — objetivo de todos nós e no qual vimos avançando com segurança nos últimos anos —

como lográ-lo se temos cerca de 30 milhões de analfabetos? Não se pode falar em democracia numa sociedade em que a escola não seja instituição criadora, ativa e perfeitamente identificada com os problemas da comunidade em que se insere; e muito menos podemos olhar com confiança o futuro enquanto somente 17 em cada cem alunos da primeira série chegam à oitava, e menos de dez conseguem passar ao segundo grau.

O Sr. Alberto Silva — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. MARCOS MACIEL — Pois não, com prazer, ouço o Senador Alberto Silva.

O Sr. Alberto Silva — Creio que todos aqui presentes nesta tarde estão acompanhando o discurso de V. Ex^a, por ser um tema da maior importância. Como bem enfocou durante todo esse discurso que V. Ex^a faz, nenhum país pode se desenvolver se a sua base não for a educação. V. Ex^a levanta várias questões e diz que não há de ser num discurso que se possa colocar toda a enorme complexidade de ensino no País. Com muita justeza, V. Ex^a coloca o tema. Mas faz algumas considerações às quais desejava dar aqui um testemunho. V. Ex^a diz que nem sempre é o preparo do professor que levaria a melhorar a qualidade de ensino. Eu diria a V. Ex^a que, inclusive, a evasão escolar a que V. Ex^a se refere, que no Nordeste subiu de 45 ou 48 para 51%, dá um exemplo de que é possível fazer-se alguma coisa de positivo na educação. Ao tempo em que era Ministro da Educação o ex-Senador Jarbas Passarinho, V. Ex^a deve ter acompanhado aquela reforma de ensino feita no País...

O SR. MARCOS MACIEL — A Lei nº 5.692.

O Sr. Alberto Silva — Exatamente. Fizemos uma experiência, dentro daquela ótica, no Estado do Piauí. E começamos qualitativamente com o aprimoramento dos professores, para podermos partir daí e conseguir alguma coisa de positivo. Mas, nobre Senador Marco Maciel, V. Ex^a que foi governador e naturalmente teve bastante cuidado em vários setores da Administração Pública, inclusive a educação, nós o sabemos, é importante que os governos ponham estímulo na educação. Por exemplo: no nosso Estado, em que nós trouxemos para dentro das escolas enormes contingentes de alunos que não podiam frequentá-las — e aí vai um dado que eu gostaria que fosse colocado no discurso de V. Ex^a — porque há, em muitos casos, a impossibilidade de estudar, e cito alguns exemplos: o problema da farda, o problema do livro, ...

O SR. MARCOS MACIEL — O problema da merenda escolar.

O Sr. Alberto Silva — ... o problema da merenda escolar, da mensalidade, etc. Então, o que nós fizemos foi o seguinte: apesar de ser um Estado de recursos relativamente pequenos, o Piauí, nós resolvemos colocar grande parte das nossas disponibilidades financeiras no ensino, que se traduziam em bolsas gratuitas, porque hoje V. Ex^a muito bem sabe, as bolsas distribuídas pelo Governo Federal são insuficientes para a quantidade de alunos que existem. Hoje, a evasão no Piauí, por exemplo, que havia caído de 35 para 10%, durante o tempo que eu tive a honra de governá-lo, hoje, já voltou para os 35 ou 40%, porque não só não há vaga nas escolas públicas, não se fizeram mais colégios com as salas de aula necessárias, não se alocaram mais recursos para isso e as bolsas federais são insuficientes. Então, eu creio que, a começar por um trabalho neste sentido, de facilitar ao aluno o estudo, não lhe exigindo farda, não fazendo como hoje que um livro do primeiro ano, de um ano anterior, não serve para o primeiro ano do ano seguinte; quer dizer, não há pai de família que consiga educar os seus filhos na base de pagar, como está. Eu creio que todos nós, nesta tarde,

nós solidarizamos com V. Ex^a, no sentido de que se encontre uma saída. E creio que os governos estaduais têm que entrar nessa batalha e escolher homens que tenham amor à causa da educação, porque sem amor neste campo não se faz nada, nobre Senador Marco Maciel.

O SR. MARCOS MACIEL — Meu caro Senador Alberto Silva, eu ouvi com muita atenção o aparte com que V. Ex^a me honrou. Quero dizer que, em verdade, concordo com as observações que foram feitas. Sabe V. Ex^a que há muitos fatores que eu chamaria estranhos à própria escola, que fazem com que sequer a criança possa continuar a frequentar escola. Em algumas áreas, sobretudo nas áreas mais pobres, nas periferias das grandes cidades, na zona rural e sobretudo, por exemplo, nas zonas rurais do Norte e do Nordeste que são aquelas de menor nível de desenvolvimento relativo, é frequente vermos crianças deixarem de frequentar a escola por falta, primeiro, pela necessidade de atender a imperativo de sobrevivência da própria criança e de sua família e às vezes até mesmo por não ter condições alimentares. Quando fui Governador de Pernambuco, busquei dar uma ênfase muito grande aos programas de merenda escolar, porque entendia que este era uma das causas inibidoras a que o aluno frequentasse a escola. Muitas e muitas vezes recolhiam depoimentos de professores e dirigentes de escolas, que crianças compareciam às aulas sem nenhuma alimentação, sem terem ingerido quaisquer tipos de alimentos e mais, em muitos casos elas não suportavam assistir às aulas, desmaiavam, às vezes, em plena sala de aula. Pois bem, dentro desse quadro temos que considerar que há fatores estranhos — eu poderia dizer assim — interferindo diretamente na administração do ensino. Além disso, V. Ex^a lembrou muito bem a própria exigência de farda, de livros e exigências outras como pagamento de taxas, etc. Em síntese, esta é uma matéria que exige uma ampla mobilização e sem a qual, efetivamente, nós pouco poderemos fazer nesse plano.

A Sr^a Iris Célia — V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. MARCOS MACIEL — Pois não! Ouço mais uma vez a nobre Senadora Iris Célia.

A Sr^a Iris Célia — Como ex-Secretária de Educação de um Estado pobre do Norte, e que sofre todos esses problemas colocados aqui sobre o ensino: a pobreza, o estágio de desenvolvimento sócio-econômico, o próprio tipo de trabalho, a utilização do menor na força de trabalho, porque considerado uma boca a mais, as distâncias que a criança percorre na zona rural, quilômetros e quilômetros em estradas lamacentas e ensolaradas, às vezes dormindo no mato, para alcançar uma escola que só pode lhe dar de melhor um copo de leite, quando lá chega a merenda escolar.

O SR. MARCOS MACIEL — Isso é verdade...

A Sr^a Iris Célia — Mas eu queria me referir, sobretudo, a um aspecto que V. Ex^a colocou: o modelo educacional que ainda me preocupa. Nós estamos num país continental de diversas realidades e nem sei se temos só dois Brasis. A realidade Amazônica é um desafio muito grande. E me permitiria colocar um aspecto que nos deixa muito preocupado, o aspecto legislativo do modelo educacional: com menos de dez anos com a Lei nº 4.024, nós tivemos a Lei nº 5.692, sem uma prévia avaliação; se houve essa avaliação, não sei se foi levada em consideração a mudança do modelo. A verdade é que a Lei nº 4.024 falava em ensino primário e esse ensino primário correspondia às quatro séries iniciais de hoje. O ensino de 1º grau, só nessa faixa foi impossível ser implantado em todo País, praticamente, com algumas exceções de localidade, com professor não-titulado. Essa unanimidade nacional que nós temos, esse professor que merece todo o nosso respeito, o autodidata, mas na verdade ele pode trabalhar nas quatro séries iniciais e não é possível, não é

permitido no ensino de 1º grau. Criou-se com a Lei nº 5.692, um ensino de 1º grau de oito séries que inexistia nas zonas rurais, do meu Estado, pelo menos.

O SR. MARCOS MACIEL — Na maioria dos Estados da Federação acredito.

A Sr^a Iris Célia — E fala-se numa evasão do 1º grau. Esse 1º grau não existe. Então, não se pode, às vezes, nem considerar saída, evasão, quando realmente ele não pôde completar, porque a escola não existe em oito séries. Deveríamos rever o modelo educacional brasileiro, considerar as regiões brasileiras e para cada região, para cada localidade, para cada realidade deveria se definir, na sua própria comunidade, dentro das suas possibilidades das suas necessidades, do seu meio cultural e dos seus aspectos culturais, um modelo educacional que pudesse fazer o melhor possível por uma educação partida de objetivos, dirigida de objetivos e princípios norteadores de uma política nacional, que fizesse valer as nossas tradições morais, religiosas e culturais. E quero aqui deixar registrado, neste momento, o apelo do meu Estado, que poderia ser da minha região, nesse sentido, de se experimentar modelos adequados. Mas modelos que viessem de lá, que saíssem das suas próprias realidades, das suas próprias necessidades; e que não fossem encomendadas a ninguém, e nem fossem feitos em gabinetes, de cima para baixo. Talvez esse fosse um dos caminhos para se encontrar a solução do problema educacional brasileiro. Muito obrigado!

O SR. MARCOS MACIEL — Prezada Senadora Iris Célia, eu concordo com V. Ex^a quando insiste na regionalização do processo educacional.

Aliás, recentemente, houve, em São Paulo, em Simpósio promovido por órgãos de comunicação social, com o apoio do Governo do Estado, intitulado Educação SP-2000, em que, numa de suas conclusões, defendeu maior autonomia pedagógica, administrativa e financeira nas escolas, sob a coordenação dos órgãos centrais para atender às necessidades da comunidade. E isso me parece extremamente importante, sobretudo porque, como V. Ex^a salientou nós temos, dentro do Brasil, vários Brasis, e nós precisamos respeitar a vocação de cada região, até como forma de fazer com que o próprio desenvolvimento nacional ocorra de forma mais orgânica e mais integrada. Por isso, concordo com as observações de V. Ex^a e oxalá nós possamos, como consequência de uma tomada de consciência a esse respeito, chegarmos aos caminhos que nos levem a essas soluções.

Mas, Sr. Presidente, educação, além de direito individual, deve ser também entendida como direito social, na medida em que a sabemos condição básica para o desenvolvimento, e mais ainda, para que o homem se capacite a assumir a cidadania — concepção que abrange desde as potencialidades do indivíduo à sua consciência política (atuação do homem sobre si mesmo e a sociedade) e sua ação produtiva (o homem agindo sobre o ambiente para sobreviver e progredir).

Oportuna, por isso mesmo, a iniciativa da Ministra Esther de Figueiredo Ferraz, que vem de lançar a Campanha de Salvação Nacional da Educação, objetivando alertar a sociedade para os efeitos da crise econômica sobre os sistemas de ensino.

Crises, acredito, não podem levar a desconhecer a importância da educação ou a realizar cortes de recursos. Tenho afirmado que tais momentos, por conta de mais aguçada consciência dos problemas existentes, devem ensejar possibilidades de soluções e mobilização da sociedade em busca de saltos qualitativos, capazes de alçá-la a novos patamares em sua progressão. E nos momentos de adversidade que se afirmam homens e povos fortes, que encaram os obstáculos como desafio a vencer, gerando a busca de soluções próprias.

Até Adão Smith, defensor empedernido da liberdade econômica, considerava que as atividades educacionais

não poderiam ficar simplesmente a mercê das leis de mercado. Hodiernamente, tal entendimento se cristalizou a ponto de todos considerarem que é tarefa do Estado assegurar a todos, pelo menos, o ensino básico.

Não podemos permitir, pois, que o País perca oportunidades de avançar por carência de recursos para a educação. Seria elevado demais o preço a pagar, e não podemos deixar tal herança às gerações futuras.

Está, portanto, na hora do Estado refluir de seu papel de Estado-Empresário para cumprir a sua função precípua: a de promotor do levantamento das condições sociais, mormente na área da educação e da saúde.

Precisamos, pois, sair do quadro da prioridade meramente retórica conferida à educação e passar para adoção de efetivas medidas que a tornem uma realidade nos termos requeridos pela Nação.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, desejo, antes de encerrar as minhas palavras, oferecer ao Governo e à Nação algumas propostas capazes de colocar a educação, de fato, como prioridade nacional.

O Sr. Benedito Ferreira — V. Ex^a permite um aparte?

O SR. MARCO MACIEL — Com prazer.

O Sr. Benedito Ferreira — Nobre Senador Marco Maciel, quando cheguei, infelizmente, V. Ex^a já desenvolveia o seu pronunciamento, mas, pelo que pude alcançar até aqui, V. Ex^a desempenha o papel que realmente lhe cabe, não só como Senador da República, mas como experimentado homem público e, por acréscimo, um professor, um homem que realmente, sem nenhum trocadilho, fala de cátedra sobre o assunto.

O SR. MARCO MACIEL — Muito obrigado.

O Sr. Benedito Ferreira — Nobre Senador Marco Maciel, o assunto, no Brasil, de instrução tem sido muito confundido com educação, porque, na realidade, eu já não tenho notícias de escolas que eduquem; tenho notícias de escolas que instruem mal, faculdades que preparam o doutor mas não preparam o indivíduo. E vejo, com muito pesar, que um dos poucos momentos de lucidez governamental neste País — e, quando digo governamental, abrange todos os poderes da República e, de modo especial, o Congresso Nacional, porque caixa de ressonância, mais do que caixa de ressonância, Casa responsável de antecipar-se, não aos anseios momentâneos, mas às necessidades do povo — eu verifico, com muita tristeza, que um dos poucos momentos de lucidez governamental deste País não foi levado a sério: foi quando o Governo federal, mais precisamente, parece-me que a Junta Militar no Governo, ou no caso, acho que já o Presidente Médici, baixara um decreto que instituiu a Educação Moral e Cívica que, desgrazadamente, nunca saiu do papel. Aquele decreto é tão abrangente e ele foi tão profundo na tentativa de furar o grande tumor que tem impedido o desenvolvimento deste País, um tumor que tem levado este País a esses descaminhos terríveis que vamos enveredando cada vez mais por eles, que é a total deseducação, sobretudo, no que diz respeito à moral e ao civismo. Confesso a V. Ex^a que precisávamos modificar a educação, ou, pelo menos, tirarmos esse rótulo falso que aí está de confundirmos educação com instrução. V. Ex^a sabe muito bem, como sabem todos aqueles que nos ouvem, que a confusão do termo é, realmente, uma agressão muito séria. Se educar é eduzir, é despertar aquilo que há de bom, aquilo que há de latente, aquilo que chamamos de semelhança com Deus que há em cada um de nós intrinsecamente, em cada indivíduo feito à semelhança de Deus, essa seria a missão maior que, lamentavelmente, nem os pais hoje estão tendo tempo ou mes-

mo muito interesse em fazê-lo, a pretexto de ver a novela de televisão, a pretexto de atender compromissos sociais, outros porque são obrigados a ir para a fábrica ou para o cabo da enxada, mas o certo é que, infelizmente, este mundo de hoje não está se permitindo nem os próprios pais eduzir os filhos, ou educar os filhos. Então, nós começaremos por aí, por essa reforma de base, profunda, mudando o rótulo. Passamos a chamar Ministério da Instrução, já que a educação, nós temos que confessar, até mesmo nos lares não vem podendo ser produzida. V. Ex^a abordou uma série de aspectos da questão. Nós não temos nos preocupado, ou pelo menos até aqui parece que não saiu nessa Casa, sequer uma tentativa de modificar, compatibilizar o nosso ano letivo com o nosso ano agrícola, razão a que eu debito uma grande evasão, a que V. Ex^a aludiu, muito rapidamente, nesse aspecto da questão, homem experimentado que é. Mas, na realidade, não vejo como impedir que o agricultor, na época da colheita, não lance mão dos braços dos filhos que estão na escola para acudir a colheita. Daí a necessidade de nós modificarmos. Mas eu creio até que nos próprios Estados, com a competência que têm de legislar sobre a matéria, poderiam fazer essa adaptação. Mas o certo é que até aqui nós todos temos estado acomodados, embora enxergando essa distorção. É pois, Senador Marcos Maciel, de qualquer forma, gratificante ver um homem do seu peso moral, do seu peso político estar tratando do assunto. Estar tratando e, sem dúvida alguma, buscando um caminho, porque de todas as confusões, de todas as dificuldades que esse País, nesse verdadeiro cipal que nós nos encontramos, eu não tenho dúvida alguma, achássemos um caminho certo para a educação, e, concomitantemente, compatibilizando a instrução com as necessidades do mercado, com as oportunidades de trabalho, pararmos de jogar dinheiro que nós tomamos emprestado a juros caros, jogarmos fora, preparando jovens, ou fingindo que estamos preparando jovens acadêmicos e bacharéis, para serem frustrados sociais, porque sem oportunidade de trabalho. E, a par dessa compatibilização com o mercado, com essa regionalização que V. Ex^a preconiza, mas, sobretudo, tenha V. Ex^a a certeza de que, e creio que V. Ex^a irá concordar comigo, mais do que a instrução, mais do que o número de analfabetos, porque nos analfabetos, muitas vezes, nós encontramos muita gente educada, muito mais proveitosa ao País e à família do que muitos ilustrados que aí estão, ou aparentemente ilustrados — não são sabidos, mas são sábios — daí por que preocupa-me e eu gostaria que V. Ex^a pudesse concordar comigo, mais do que a instrução, Senador Marco Maciel, nós precisamos voltar as nossas vistas e todos os nossos esforços no sentido de implantar nesse País uma ordem, efetivamente, de educação. Muito obrigado a V. Ex^a

O SR. MARCO MACIEL — Agradeço, meu caro Senador Benedito Ferreira, o aparte de V. Ex^a e, quero dizer que subscrevo, integralmente, as manifestações que V. Ex^a vem de fazer.

Mas, Sr. Presidente e Srs. Senadores, eu me permitiria, como afirmei anteriormente, trazer à consideração de V. Ex^{as} algumas medidas que, a meu ver, seriam necessárias para que a educação venha a ter o papel de destaque na sociedade brasileira de nossos dias.

Entre as medidas que eu suscitaria, gostaria de lembrar as seguintes:

1. Alocação suficiente de recursos, à área de educação, mobilizando toda a estrutura do poder público para a tarefa de reverter a grave situação do setor. O ideal seria que, ao lado dos crescentes recursos dos poderes públicos — União, Estados, Municípios — se mobilizasse também, mais intensamente, a iniciativa privada.

2. Destinação de maiores recursos às porções do território nacional que apresentam condições mais precárias — o Norte, parte do Centro-Oeste e, em especial, o Nordeste.

3. Revisão do sistema tributário, de modo a permitir que os municípios e Estados possam efetivamente assumir a responsabilidade pela educação fundamental que se lhes atribui.

4. Efetivo cumprimento à obrigatoriedade constitucional de escolaridade gratuita para a faixa etária de sete a 14 anos, mediante movimento de caráter nacional capaz de saldar o que, muito propriamente, a Ministra Esther de Figueiredo Ferraz chamou de “dúvida da União para com a sociedade brasileira”. Para isso, já lembrava Carlos Maciel, “é preciso ordenar a ação, para maior eficiência”. É de considerar-se que é justamente nesta faixa que o nosso sistema educacional perde mais de 50% de seu contingente, daí a reclamada prioridade para esta providência.

5. Sistematização do processo de qualificação e aperfeiçoamento profissional do pessoal docente, mormente para o magistério da primeira à quarta série e, com ênfase especial, no Nordeste do País, onde são mais graves os problemas; nessa mesma faixa, que se proporcione melhoria salarial para os professores ainda os há, em regiões mais carentes, percebendo salários entre um e cinco mil cruzeiros.

6. Estímulos, por todos os meios disponíveis, a que se garanta e aprofunde a participação das comunidades diretamente interessadas no planejamento e gestão das atividades educacionais.

7. Fortalecimento das estruturas municipais de educação, responsáveis mais diretas pela educação básica, por força inclusive da Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971 (parágrafo único do artigo 58).

8. Apoio à formação de grupos de pesquisas, sobretudo nas universidades e voltados para as próprias regiões em que se situam, sobre os problemas da educação — já que tem enorme importância a geração de uma pedagogia basilarmente vinculada às condições concretas de cada região.

Todas essas proposições, Senhor Presidente, Senhores Senadores, creio oportuno repetir, devam considerar-se dentro de um quadro nacional que configure efetivo entendimento do papel da educação — mais que prioritário, essencial para o desenvolvimento nacional. Essencial porque, no dizer de Dilthey, relaciona-se intimamente com os elementos que constituem a vida social; essencial também porque, conforme afirma Kriek, é função básica da sociedade, porquanto assimilação típica dos seus membros às normas e ordenações da comunidade; essencial, em suma, porque dela depende o próprio aperfeiçoamento democrático do Brasil.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

PORTARIA Nº 47, DE 1983

O Diretor-Geral, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 215 do Regulamento Administrativo do Senado Federal, resolve designar Antonio Carlos Simões, Assessor Legislativo, Ubaldo Gonçalves, Técnico Legislativo, e Mário Sérgio da Silva Martins, Técnico Legislativo, para, sob a presidência do primeiro, integrarem a Comissão de Sindicância incumbida de apurar os fatos constantes no Processo nº 009226834, nos termos do artigo 481 e § 1º do Regulamento Administrativo.

Senado Federal, 13 de outubro de 1983. — **Almam Noqueira da Gama**, Diretor-Geral.